

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

RITCHIE SOARES BARBOSA MARTINS

**O ENSINO DE HISTÓRIA NA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO
(1880-1890)**

MESTRADO EM EDUCAÇÃO, HISTÓRIA, POLÍTICA E SOCIEDADE

SÃO PAULO

2013

RITCHIE SOARES BARBOSA MARTINS

**O ENSINO DE HISTÓRIA NA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO
(1880-1890)**

Mestrado apresentado à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência para obtenção do título de MESTRE em Educação, História, Política, Sociedade, sob a orientação do (a) Prof.(a), Dr^a Circe Maria Fernandes Bittencourt.

Martins, Ritchie Soares Barbosa

O Ensino de História na Escola Normal de São Paulo (1880-1890) / Ritchie Soares Barbosa Martins; Orientadora Circe Bittencourt. – São Paulo, 2013.

Dissertação (Mestrado em Educação, História, Política, Sociedade) – Programa Educação, História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

1. História Escolar. 2. Formação de professores. 3. Escola Normal de São Paulo. 4. Século XIX. I. Martins, Ritchie Soares Barbosa Martins, II. Bittencourt, Circe, III. Título.

Banca Examinadora

*Aos meus primeiros mestres,
meus pais, Enio e Damiana,
pelo exemplo de persistência,
de dedicação e de amor à vida.*

Agradecimentos

Agradeço primeiramente à professora Circe Maria Fernandes Bittencourt, minha orientadora, por suas aulas e orientações, sem as quais esse trabalho não teria acontecido.

Aos professores e colegas do Programa de Educação, História, Política, Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em especial ao mestre Kazumi.

À minha mãe Damiana e ao meu pai Enio, bem como meus irmãos Allan, Alyne e Letícia por fazerem da minha família o que é!

À Viviane, pela ajuda, paciência, apoio, amor, carinho e por me tornar cada dia uma pessoa melhor.

Agradeço a Capes, pelo financiamento. Ao pessoal do Arquivo do Estado e do Acervo Histórico da Escola Caetano de Campos, pela colaboração e ajuda.

Aos amigos e familiares, pela torcida, pela confiança, pela paciência, pela amizade e por estarem sempre por perto, compreendendo as falhas e ausências que um trabalho deste porte nos obriga. Valeu André, pela ajuda durante todo esse percurso.

Aos meus avôs João, por terem me contado histórias.

À Dona Leda por tudo que representou na minha vida e por sempre acreditar em mim.

RESUMO

O objetivo dessa pesquisa consiste em estudar o ensino de História na Escola Normal de São Paulo 1880 a 1890, verificando se este ensino, voltado para formação de professores para escolas de primeiras letras, teve suas bases vinculadas ao que foi proposto nos programas das escolas elementares ou do ensino secundário. A análise proposta se inicia no momento em que a escola passou pela sua terceira fundação 1880 até 1890, ano em que aconteceu uma reforma para adequação da escola ao modelo republicano. A pesquisa tem como fundamentos as contribuições da chamada “História das Disciplinas Escolares” e usa o referencial teórico de autores como André Chervel, Ivor Goodson, visando uma pesquisa que não se restrinja apenas as questões didático-pedagógicas, mas também, ao significado desses saberes na formação dos professores de uma escola que naquele momento estava se consolidando na história educacional de São Paulo, buscando compreender o ensino de História a partir de seus objetivos, conteúdos, métodos propostos e produção didática, em uma perspectiva histórica.

Palavras chave: História Escolar. Formação de professores. Escola Normal de São Paulo. Século XIX.

ABSTRACT

The objective of this research is to study the teaching of history at the Normal School of Sao Paulo from 1880 to 1890 to see if that school, facing teacher training for schools first letters had their bases connected to what was proposed in the programs of elementary schools or secondary school. The proposed analysis begins at the time the school went through its third founding in 1880 until 1890, the year it happened a reform school for suitability to the republican model. The research is founded on the contributions of the "History of School Subjects" and uses the theoretical framework of authors such as André Chervel, Ivor Goodson, seeking a search that is not restricted to teaching and pedagogical issues, but also, the significance of this knowledge the training of teachers in a school that was now being consolidated in the educational history of São Paulo, trying to understand the teaching of history from its objectives, content, teaching methods proposed and production, in a historical perspective.

Keywords: History School. Teacher training. Normal School of São Paulo. Nineteenth century.

Sumário

Introdução	11
Capítulo 1 – A Escola Normal de São Paulo e a Formação de professores no século XIX	24
1.1 As escolas Normais na Província de São Paulo	24
1.2 A Escola Normal de São Paulo na Rua da Boa Morte 1880-1888	33
1.3 A reforma republicana na Escola Normal de São Paulo	50
Capítulo 2 - O Ensino de História na Escola Normal de São Paulo: o professor José Estácio Corrêa de Sá e Benevides e a constituição dos programas curriculares	59
2.1 Consolidação da História como disciplina escolar	61
2.2 Os programas de História da Escola Normal de São Paulo	65
2.3 O programa de História Universal da Escola Normal de São Paulo	71
2.4 Os programas de História do Brasil da Escola Normal de São Paulo	74
2.5 História nos exames Extraordinários da Escola Normal de São Paulo	78
Capítulo 3 - A História ensinada na Escola Normal de São Paulo	82
3.1 O professor Estácio de Sá e Benevides e suas práticas pedagógicas	86
3.2 Os livros do professor de História	92
3.3 As Lições de História do Brasil e as Lições de História da Civilização	109
Considerações Finais	119
Referências Bibliográficas	122
Anexos	133

Lista de quadros

Quadro 1: Matrículas na Escola Normal, de 1847 a 1866	28
Quadro 2: Currículo da escola Normal de São Paulo 1875	31
Quadro 3: Currículo da escola Normal de São Paulo 1876	32
Quadro 4: Currículo da Escola Normal de São Paulo em 1880.....	35
Quadro 5: Currículo da Escola Normal de São Paulo em 1884.....	40
Quadro 6: Currículo da Escola Normal de São Paulo em 1888.....	45
Quadro 7: Matrículas em 1890.....	58

Lista de tabelas

Tabela 1: Matrícula na Escola Normal, de 1875 a 1878	33
Tabela 2: Matrículas na Escola Normal, de 1880 a 1889	46

Lista de figuras

Figura 1: Alunos em frente à escola Normal, no antigo sobrado da Rua Boa Morte.....	34
Figura 2: Professores e alunas da Escola Normal na Rua da Boa Morte – década de 1880 (acervo da EEPSPG Caetano de Campos) Normal, de 1847 a 1866. São Paulo 1875.....	34
Figura 3: Foto s/d Caetanistas 78	86
Figura 4: Capa da Obra <i>História da Civilização</i> . 3ª Edição do professor José Estácio Corrêa de Sá e Benevides.....	93
Figura 5: Proêmio da Obra <i>História da Civilização</i> 3ª Edição do professor José Estácio Corrêa de Sá e Benevides.....	94
Figura 6: 2ª parte: Proêmio da Obra <i>História da Civilização</i> 3ª Edição do professor José Estácio Corrêa de Sá e Benevides	95
Figura 7: Bibliografia da Obra <i>História da Civilização</i> . 3ª Edição do professor José Estácio Corrêa de Sá e Benevides	96
Figura 8: Programma-índice da Obra <i>História da Civilização</i> . 3ª Edição do professor José Estácio Corrêa de Sá e Benevides	97

Figura 9: 2ª e 3ª partes: Programma-índice da Obra <i>História da Civilização</i> . 3ª Edição do professor José Estácio Corrêa de Sá e Benevides.....	98
Figura 10: 4ª parte: Programma-índice da Obra <i>História da Civilização</i> . 3ª Edição do professor José Estácio Corrêa de Sá e Benevides.....	99
Figura 11: Capa da Obra <i>História da Civilização</i> . 1ª Edição do professor José Estácio Corrêa de Sá e Benevides.....	100
Figura 12: Advertência da Obra <i>História da Civilização</i> . 1ª Edição do professor José Estácio Corrêa de Sá e Benevides	101
Figura 13: Programma-índice da Obra <i>História da Civilização</i> . 1ª Edição do professor José Estácio Corrêa de Sá e Benevides	102
Figura 14: 2ª parte: Programma-índice da Obra <i>História da Civilização</i> . 1ª Edição do professor José Estácio Corrêa de Sá e Benevides.....	103
Figura 15: Fontes da Obra <i>História da Civilização</i> . 1ª Edição do professor José Estácio Corrêa de Sá e Benevides.....	104
Figura16: Capa da Obra <i>Resumo de História do Brasil</i> . 7ª Edição do professor José Estácio Corrêa de Sá e Benevides.	105
Figura 17: Programma da Obra <i>Resumo de História do Brasil</i> . 7ª Edição do professor José Estácio Corrêa de Sá e Benevides.	106

Introdução

O tema desta pesquisa foi construído mediante a percepção de que existe uma memória a qual entende o período que antecede a República como pouco fértil para profissionalização docente. Sobre isso (Dias, 2002), argumenta que se tratava de uma tentativa de exaltar o período republicano em detrimento do monárquico nas últimas décadas do século XIX indicando uma mudança nos rumos do pensamento pedagógico, com redefinições das finalidades e objetivos da educação escolar.

O problema da pesquisa centra-se em estabelecer as especificidades do ensino de História no curso de formação de professores da Escola Normal de São Paulo entre os anos de 1880 a 1890, buscando relacioná-la à História que fazia parte dos programas curriculares das escolas secundárias, e das escolas elementares, verificando se este programa se articulava ao currículo de História das escolas secundárias ou elementares. A pesquisa propõe a análise do ensino de História a partir de seus objetivos, conteúdos, métodos e a produção didática.

A escolha da Escola Normal de São Paulo, para ser a instituição a ser pesquisada, ocorreu devido à importância que ela exerceu durante a passagem do Império para a República, estando inserida nas discussões sobre a instrução pública na sociedade brasileira e principalmente paulista, no processo de formação de professores.

Entrando em contato com o regulamento e o programa da Escola Normal de São Paulo, quando de sua terceira fundação, período da passagem do Império para República, é possível verificar que constava para terceira cadeira, ministrada pelo professor Dr. José Estácio Corrêa de Sá e Benevides, o ensino de *Elementos de cosmografia e Geografia, especialmente do Brasil e noções de História Sagrada e Universal, especialmente do Brasil*¹. A presença dessa “cadeira” gerou questionamentos sobre o que deveria ser ensinado na

¹ No currículo de acordo com o Artigo 8º § 4º, Lei nº9 de 22 de março de 1874, as disciplinas propostas eram: na 1ª Cadeira, “Língua nacional e franceza, caligrafia, doutrina cristã, aritmética, inclusive sistema métrico, metódica e pedagogia, com exercícios práticos nas escolas da Capital”. Na 2ª cadeira seriam ministradas as matérias: “Elementos de cosmografia e geografia, especialmente do Brasil e noções de história sagrada e universal, especialmente do Brasil” (Dias, 2008, p.83).

disciplina História para futuros professores, que teriam como missão educar as novas gerações nos preceitos da sociedade brasileira, em processo de mudanças sociais e econômicas.

Representante maior da profissionalização docente durante o século XIX na então Província de São Paulo, a Escola Normal de São Paulo teve sua História no período imperial brasileiro esvaziada de significado. Possivelmente boa parte disso se deve a iniciativas e atuação de seus interpretes posteriores. Monarcha (1999) atribui esse fato a tentativa de exaltação do período republicado, na perspectiva de construir a história da República ligada a ideias de progresso, desenvolvimento e modernidade. É uma atitude que coloca o período imperial como vazio de iniciativas educacionais, tempo de atraso, vergonha e esquecimento (Dias, 2002).

A Escola Normal de São Paulo tem sido objeto de estudo de vários pesquisadores², contudo se concentram majoritariamente em sua fase republicana, Dias (2008) quando analisa essa produção, evidencia que apesar de algumas das obras não tomarem a Escola Normal de São Paulo como objeto central, ambos os trabalhos, apresentam uma “prática metodológica comum”, e de acordo com sua perspectiva, aborda o período imperial como esvaziado de iniciativas educacionais, e, portanto produziram uma história da Escola Normal de São Paulo que considerou apenas suas características republicanas “A Escola Normal de São Paulo aparece constantemente na literatura educacional vinculada a uma figura de linguagem: a Metáfora de Luzes e sombras. Por ela, tudo o que pode ser associado ao Império é entendido enquanto atraso, passado, antigo, velho, enfim, àquilo que deve ser escondido e ficar no escuro” (Dias, 2008, p.79). “[...] Assim, continuar reconhecendo que apenas os professores da República imprimiram ‘feições novas’ a essa Escola, sem levar em conta o período anterior, impede de alargar o poder de visão do Império para além de um grande vazio em termos educacionais”. (Dias, 2008, p.88)

Ao analisar a Escola Normal de São Paulo, em um período de mudanças educacionais e políticas mais amplas, pode ser entendida como ponto central

² Rodrigues (1930), Oliveira (1932), Carvalho (1940), Bauab (1972), Tanuri (1979), Hisdorf (1986), Reis Filho (1981), Monarcha (1999) e Dias (2002).

na construção de uma cultura escolar na formação de professores para o ensino elementar em São Paulo nas últimas décadas do século XIX.

É importante ressaltar que nas décadas de 70 e 80 do século XIX, a cidade de São Paulo recebeu um grande fluxo migratório, proveniente de diferentes partes do mundo, e viveu os conflitos sociais no processo de mudanças da troca do trabalho escravo pelo assalariado.

Este aumento populacional transformava São Paulo em um grande conglomerado urbano que entre outras demandas, criava a necessidade de ampliação da educação para vários setores da sociedade.

No fim da década de 80 do século XIX, com a abolição do sistema escravista e o aumento populacional proveniente do intensificado processo de imigração e urbanização, ampliaram-se os debates políticos sobre a concepção de cidadania, devendo, então, os direitos sociais e civis ser estendidos a um número cada vez maior de pessoas. A escola ganhou novo destaque, pela necessidade de aumentar o número de alfabetizados, condição fundamental para aquisição da cidadania política. (Bittencourt, 2009, p.62).

Além disso, naquele momento foi possível indicar que as ideias republicanas e liberais passaram a interferir na elite da capital da então Província de São Paulo, enfraquecendo a monarquia e dando indícios de que a sociedade paulista transformava-se politicamente.

De todas as províncias brasileiras era, efetivamente, São Paulo aquela onde o republicanismo vinha mostrando, não só maior pujança numérica, mas também maior capacidade de organizar-se. Por volta de 1881, o ano em que se promulgou a lei Saraiva, os registros de eleitores mostravam como a força numérica dos dois partidos tradicionais quase se equilibravam.” (Hollanda, 1985, p. 256)

A maior preocupação com a necessidade de ampliar as escolas trouxe conseqüentemente, a necessidade de formação de professores de acordo com novas condições exigidas pela conjuntura de modernização. Nesse contexto pode-se entender a Escola Normal de São Paulo, em sua fase de renovação curricular e propostas educacionais.

Ao determinar o objeto e a escola a serem pesquisadas as fontes básicas são textos legislativos e oficiais que discutem as diferentes manifestações na Assembleia Legislativa e os relatórios que afirmavam a necessidade de uma escola para formação do magistério primário, devido à falta constante de professores habilitados para escolas elementares.

A Escola Normal de São Paulo teve várias fundações, a primeira aconteceu após debates realizados na Assembleia Provincial, os quais deram subsídios para criação da primeira Escola Normal de São Paulo pela lei nº34, de 16 de março de 1846, existindo com um único professor Dr. Manoel José Chaves até sua supressão em 1867.

A aprovação da reabertura “segunda Fundação” (Monarcha, 1999) de uma Escola Normal Pública em São Paulo acontece em 1874 pela Assembleia Legislativa da Província de São Paulo pela Lei nº9 de 22 de março, coincidindo com a vitória da ideia da obrigatoriedade do ensino primário (Tanuri, 1979, p. 28).

Dentre os múltiplos interesses e urgências da época que orientam a fundação de uma escola Normal, está a intenção explícita de se organizar um instituto capaz de garantir a formação profissional e moral de professores da instrução primária. Para diferentes sujeitos, a inexistência de tal instituto faz com que a atuação dos professores confunda-se com a miséria material e moral da população pobre, enfraquecendo a atuação do estado na relação tensa e complexa entre vida pública e vida privada. Para eles, a escola normal deve formar o professor enquanto funcionário público, servidor do estado na sua profissão.” (Monarcha, 1999, p.92)

Ao inspetor geral da instrução pública, Francisco de Souza Carvalho é atribuído à iniciativa de criação de uma escola normal. (Monarcha, 1999, p.92) Sua instalação ocorreu apenas em 25 de fevereiro 1875, em uma das salas anexo à Faculdade de Direito, neste mesmo ano se autoriza a criação de uma seção de ensino feminina que funcionou em 1876 no pavimento térreo do Seminário da Glória³ (antigo Seminário das Educandas). (Tanuri, 1979, p.29)

Em 1878 devido a embates políticos causados pelo revezamento de partidos monárquicos no poder (Tanuri, 1979, p.31) a Escola Normal foi fechada temporariamente, e reaberta de forma definitiva pela lei nº 130, de 25 de abril de 1880, documento o qual também autorizou a reforma do ensino e o regulamento interno, e a partir de então não interrompeu mais suas atividades durante o Império. Com a instalação do regime republicano em 1890 foi realizada uma reforma para adequação da escola ao modelo republicano.

Definida pela lei nº 130, de 25 de abril de 1880, a Escola Normal de São Paulo foi reaberta em 30 de junho de 1880, marco estabelecido devido sua importância para a história da disciplina de História nesta instituição, ele assinala o ingresso do Dr. José Estácio Corrêa de Sá e Benevides como professor nomeado interinamente para reger a 3ª cadeira da Escola (História e Geografia). Dr. Sá e Benevides ocupou essa cadeira de 1880 até 1914, durante muitos períodos até acumulando junto com a atividade do magistério a direção da escola, e por vezes fazendo o papel de secretário (Dias, 2002, p.204). Assim, a história do ensino de História na Escola Normal de São Paulo a partir de 1880 esteve vinculada à história do professor Dr. José Estácio Corrêa de Sá e Benevides

O ensino de História ao longo da trajetória de aberturas e fechamentos da Escola Normal de São Paulo apareceu pela primeira vez a constar nos programas curriculares com a promulgação da Lei nº9, de 22 de março de 1874, pelo então Presidente da Província Dr. João Theodoro Xavier de Mattos. Esta Lei subdividia as cadeiras para dois professores e introduzia novas disciplinas. As cadeiras naquele momento se compunham assim: “1ª cadeira – Línguas Nacional e Francesa, Aritmética e Sistema Métrico, Caligrafia, Doutrina Cristã, Metódica e Pedagogia, com exercícios práticos nas escolas da capital”,

³ Lei nº 53, de 21 de Abril de 1875, arts. 3º e 4º.

“2ª cadeira – Noções de História Sagrada e Universal (inclusive do Brasil), Geografia (especialmente a do Brasil) e elementos de Cosmografia”. (Dias, 2008, p. 83).

Constatando-se a presença da História no currículo da Escola Normal, essa pesquisa visa responder: 1) Quais as finalidades educacionais para o ensino de História como disciplina escolar? 2) Quem produziu o programa de História? 3) Quais conteúdos foram adotados para o ensino de História? 4) Qual carga horária era atribuída para ensino de História? 5) Quais as propostas metodológicas para o ensino de História? 6) O ensino de História no curso Normal se moldava ao modelo secundário? As escolas elementares? Ou foi adaptado para seu público específico? 7) Quais intelectuais participam deste processo de transformação educacionais? Em quais conflitos e jogos políticos eles se inserem?

Toledo (2005), em sua Tese de Doutorado, *A Disciplina de História no Paraná: Os Compêndios de História e a História Ensinada (1876-1905)* apresentou como objetivo fundamental de seu trabalho, estudar a disciplina de História no Paraná, destacando quais as finalidades dos conteúdos desta disciplina nas aulas do Instituto de Preparatórios e Escola Normal no período de 1876 até 1905. Sua intenção foi reconstruir as relações socioculturais que permitiram a legitimação da História como disciplina escolar no Paraná no decorrer do século XIX e início do século XX.

Toledo (2005) mostra como o Imperial Colégio de Pedro II foi a primeira instituição a formalizar a História no currículo escolar, e como esta instituição na deficiência de um *sistema* nacional de ensino servia como modelo para as demais escolas secundárias do Império.

No primeiro capítulo de sua Tese *Lugar da Produção do Conhecimento Histórico Escolar no Império Brasileiro*, a autora trata do Colégio Pedro II, e de seu importante papel na constituição da História como disciplina escolar no Brasil.

O segundo capítulo *A Disciplina de História no Paraná e sua Legitimação como Saber Escolar*, Toledo (2005) analisa o percurso percorrido pela História como disciplina escolar no Paraná, articulando essa consolidação da disciplina com determinações vindas do Colégio Pedro II, e que no caso do Paraná influenciaram também o programa curricular da Escola Normal:

A História do Brasil funcionou junto com a Universal até 1878, na instituição, quando se criou a cadeira de História nacional independente. Durante o período que se estendeu de 1876 a 1889, foi indicado para adoção no Instituto de Preparatórios e Escola Normal, o Compêndio de História Universal de Victor Duruy, já mencionado em 1870 nos documentos oficiais; e, em 1882, as Lições de História do Brasil de Joaquim Manoel de Macedo. (Toledo, 2005, p.28)

O ensino de História nas Escolas Normais do século XIX, salvo pelo caso do Paraná tratado por Toledo (2005), é território pouco explorado pela historiografia da História da Educação Brasileira. E apesar de já existirem pesquisas realizadas, ainda há muito que estudar procurando rupturas e continuidades no processo de constituição da *forma escolar*⁴ no ensino normal de São Paulo e na disciplina escolar História, pois se percebe que a maior parte dos estudos centralizam suas questões apenas a partir do período republicano.

O estudo da Disciplina escolar é fundamental para compreensão do que foi proposto na Escola Normal de São Paulo para o ensino de História. Entendendo que essa instituição apresentou uma tradição escolar ligada aos caminhos que foram trilhados na formação dos professores, a pesquisa considerou esse *objeto* e *lugar* para ser investigado. Para isso fez uso do Referencial Teórico dos pesquisadores André Chervel e Ivor Goodson.

A pesquisa busca relacionar as mudanças presentes na sociedade brasileira e especialmente na Cidade de São Paulo com aquelas que foram responsáveis nas duas últimas décadas do século XIX pela constituição de uma nova cultura escolar. Trata-se de lançar o olhar para Escola Normal de São Paulo a partir de seu funcionamento interno. Para isso toma como base conceitual *cultura escolar*, segundo a qual Dominique Julia evidencia o que pode fazer para entender um espaço particular, a escola:

⁴ Ver Vicent (2001, p.07-48).

Ela tenta identificar tanto através das práticas de ensino utilizadas na sala de aula como através dos grandes objetivos que presidiram a constituição das disciplinas, o núcleo duro que pode constituir uma história renovada da educação. Ela abre, em todo caso, para retomar uma metáfora aeronáutica a “caixa preta” da escola, ao buscar compreender o que ocorre nesse espaço particular. (Julia, 2001, p. 13)

Para Chervel (1990), toda escola guarda características particulares, onde agentes internos e externos atuam, isso permite que seja produto de um saber único e objetivamente desempenhe duas funções, a primeira se refere à instrução das crianças, os aspectos de sua atividade, a segunda de criação das disciplinas escolares, “[...] vasto conjunto cultural amplamente original que ela secretou ao longo de decênios ou séculos e que funciona como uma mediação posta a serviço da juventude escolar em sua lenta progressão em direção a uma sociedade.” (Chervel, 1990, p.200). Tornando-se autônoma, constitui um objeto em si, infiltrando-se na *cultura da sociedade global*.

A pesquisa se valeu fundamentalmente da noção de disciplina escolar para sua análise, pois seus estudos têm demonstrado bons resultados no redirecionamento do olhar para o interior das instituições, explicando permanências e rupturas, mudanças de conteúdos e métodos de uma determinada disciplina.

Se se pode atribuir um papel estruturante à função educativa da escola na história do ensino, é devido a uma propriedade das disciplinas escolares. O estudo dessas leva a pôr em evidência o caráter eminentemente criativo do sistema escolar e, portanto a classificar no estatuto dos acessórios a imagem de uma escola encerrada na passividade, de uma escola receptáculo dos subprodutos culturais da sociedade. Porque são criações espontâneas e originais do sistema escolar é detentor de um poder criativo insuficientemente valorizado até aqui é que ele desempenha na sociedade um papel o qual não se percebeu que era duplo: de fato ele forma não somente os indivíduos, mas também uma cultura que

vem por sua vez penetrar, moldar, modificar a cultura da sociedade global. (Chervel, 1990, p. 184)

Os estudos tem mostrado que as disciplinas escolares compõem-se por diferentes agentes, de modo que conteúdos e métodos integram-se para remeter as finalidades do ensino.

Em decorrência desta concepção de escola como lugar de produção de conhecimento, a história das disciplinas escolares deve ser analisada como parte integrante da cultura escolar para que se possam entender as relações estabelecidas com o exterior, com a cultura geral e a sociedade. Conteúdos e métodos, nessa perspectiva, não podem ser entendidos separadamente e, ainda, os conteúdos escolares não são vulgarizações ou meras adaptações de um conhecimento produzido em um “outro lugar”, mesmo que possuam relações com esses outros saberes ou ciência de referência. A seleção dos conteúdos escolares depende intrinsecamente de finalidades específicas e, assim como métodos, não são decorrentes dos objetos das ciências de referência”. (Bittencourt, 2003, p.23)

Chervel (1999) caracteriza o campo metodológico da pesquisa histórica das disciplinas escolares, entendendo que o historiador esta inserido no processo de construção das questões que envolvem a análise, buscando significados, interrogando os documentos, para identificar os elementos constitutivos da forma escolar.

Goodson (2002) defende que o estudo histórico das matérias escolares proporciona o entendimento local do fato, identificando mudanças e conflitos curriculares. Sua análise permite localizar indivíduos e subgrupos, quais interesses e motivações presentes no currículo.

Estudar uma matéria específica como no caso dessa pesquisa, não se trata de negar as mudanças econômicas e políticas, mas entender como se manifestam no interior da escola.

Os estudos de caso históricos sobre matérias escolares proporcionam o “detalhe local” de mudança e conflitos curriculares. A identidade de indivíduos e subgrupos que atuam dentro de grupos de interesse curricular possibilita algum exame e alguma avaliação em torno de projetos e motivações. Com isso, teorias sociológicas que atribuem poder sobre o currículo aos grupos de interesse dominantes podem ser analisadas em relação ao seu potencial empírico. Concentrar a atenção no micronível de grupos ligados a alguma matéria de alguma escola não é negar a importância fundamental das mudanças econômicas de macronível ou das mudanças de ideias intelectuais, dos valores dominantes ou dos sistemas educacionais. Todavia, sustenta-se que essas mudanças de macronível podem ser reinterpretadas efetivamente no micronível. Mudanças de macronível são consideradas como sinais de uma série de novas escolhas visando submeter facções, associações e comunidades. Para entendermos como, com o tempo, as matérias escolares mudam, assim como mudam histórias de ideias intelectuais, precisamos entender não só como grupos particulares são onipotentes para introduzir mudança num currículo, mas também que as respostas desses grupos constituem uma parte muito importante do quadro geral, se bem que por ora um tanto subestimada.” (Goodson, 2002, p.76 e 77).

A análise de qualquer escolarização deve questionar; a forma, o conteúdo do currículo, a situação histórica particular e as prioridades sociopolíticas, considerando a história e a construção social do currículo. A sistematização dessas estruturas é fundamental para compreender a *invenção da tradição*⁵, as produções e reproduções do currículo escolar. (Goodson, 2002).

Neste sentido, a elaboração de currículo pode ser considerada um processo pelo qual se inventa a tradição. Com efeito, esta linguagem é com frequência empregada quando as “disciplinas tradicionais” ou “matérias tradicionais” são justapostas, contra alguma inovação recente sobre temas integrados ou centralizados na criança. A questão, no entanto, é que o currículo escrito é exemplo perfeito de

⁵ Ver Hobsbawn, Eric & Ranger, Terence. (1985, p.1)

invenção de tradição. Não é, porém, como acontece com toda tradição, algo pronto de uma vez por todas; é antes, algo a ser defendido onde, com o tempo, as mistificações tendem a se construir e reconstruir. (Goodson, 2002, p.27)

Com base nos referenciais discutidos acima esta pesquisa pretende estudar o ensino de História na Escola Normal de São Paulo, entre 1880 ano que ocorre sua *terceira fundação* e a aprovação de seu Regulamento, até 1890 ano que a escola passou pela *Reforma Caetano de Campos*, realizada para adequar a escola ao modelo republicano. A pesquisa pretende compreender as especificidades do processo de consolidação da disciplina História, seus métodos e conteúdos, buscando lançar olhar para as finalidades educativas desta disciplina escolar.

As fontes para pesquisa são construídas pela documentação presente no Arquivo Histórico do Estado de São Paulo, onde se destacam as correspondências entre políticos, legisladores, diretores, professores e alunos da Escola Normal, no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP), no qual são objeto de análise desta pesquisa, impressos do século XIX, principalmente os relatórios da Escola Normal e o Regulamento da mesma, no LEMAD – Laboratório de Ensino e Material Didático (USP) onde se encontram as obras *História da Civilização* e *História do Brasil- Lições* do Dr. José Estácio Corrêa de Sá e Benevides, e no Acervo Histórico da escola Caetano de Campos, onde se podem encontrar fontes como Atas da Congregação de Professores, Relatórios dos Diretores, Notas e Exames, que podem ajudar a reconstruir a história do ensino de História.

Essa abordagem adota como princípio, que para construção de um conhecimento, sobre determinado objeto, ele deve ser acompanhado de métodos e técnicas sempre relacionados à prática. Cabe ao historiador fazer um esforço para comprovar uma hipótese prévia, mas tentar verificar a razão do objeto se constituir daquela maneira.

É investigar como este objeto foi produzido, tentando reconstruir sua razão de ser ou aparecer a nós segundo sua própria natureza, ao

invés de determiná-lo em classificações e compartimentos fragmentados, pelo que “não é”, por estar “fora de lugar”, ou por ter nascido “tardiamente”. É, finalmente, entender a objetividade como o ato de fazer emergir a trama de relações que tecem a síntese histórica que é o objeto, não uma coisa abstrata (separada) e observada à distância pelo investigador, mas algo que, ao mesmo tempo, contém (e participa de) uma explicação do real histórico, tanto o real do passado quanto o do presente. (Marson, 1984, p.49)

O procedimento de análise das fontes se fez articulando os textos oficiais, regulamentos, decretos, legislação e os textos do professor – livros didáticos. [...] “o grande desafio dos historiadores e de qualquer explicação histórica tem sido justamente a religação desses vários lados do objeto reconstituído, numa síntese efetiva que trabalhe a determinação sem cair em causalidades mecânicas.” (Marson, 1984, p.51)

O trabalho se constitui em três capítulos: No primeiro capítulo abordaremos a Escola Normal de São Paulo inserida nas discussões sobre a instrução pública e a formação de professores para as escolas elementares ao longo do século XIX, destacando os aspectos específicos relacionados à sua terceira fundação, os currículos propostos na década de 1880 e situados frente aos debates ocorridos pela reforma Leôncio de Carvalho de 1879, relacionadas às novas propostas introduzidas em torno do método do ensino intuitivo ou lições de coisas, assim como apresentar uma caracterização da escola quanto aos alunos e professores que nela circulam no sentido de identificar aspectos do currículo em ação.

O segundo capítulo tem como objetivo analisar os programas Curriculares de História da Escola Normal de São Paulo na reforma curricular de 1880 a 1890, indagando sua relação com os demais programas de História. Visa identificar suas aproximações com os programas do ensino secundário e se estabelece possibilidades de formação de professores para prática do ensino de História nas escolas primárias.

No terceiro capítulo destacaremos a História ensinada pelo professor Dr. José Estácio Corrêa de Sá e Benevides único lente titular da cadeira de História durante a década de 1880. Para análise da História ensinada

utilizaremos os manuais escolares produzidos por este professor que permaneceu como docente da Escola Normal de São Paulo até 1914.

Capítulo 1 – A Escola Normal de São Paulo e a Formação de professores no século XIX

1.1 As escolas Normais na Província de São Paulo

A fundação das Escolas Normais no Brasil aconteceu por iniciativa das Províncias e liga-se ao item 2 do § 10 do Ato Adicional promulgado em 12 de agosto de 1834, à constituição de 1824, que entre outras mudanças passou para as Províncias a responsabilidade do ensino elementar e secundário, na perspectiva de criar sistemas regionais de ensino, essa descentralização administrativa intensificou os discursos pela necessidade de oferta de escolarização, e conseqüentemente, a preocupação com a formação de professores (Villela, 2008, p.29-31).

Segundo Tanuri (1979) o preparo específico para formar professores para escolas elementares não acontece paralelamente à emergência destas escolas, mas sim com o fortalecimento das ideias liberais de secularização e extensão do ensino primário para todas as camadas da sociedade. (Tanuri, 1979, p.13)

Na Província de São Paulo uma escola destinada à formação de professores para o ensino elementar foi proposta na Assembleia Provincial de 20 de janeiro de 1843. Este projeto de lei tinha o objetivo de sistematizar a instrução pública na Província e, incluiu a criação de uma Escola Normal em São Paulo para formação de mestres para exercício do magistério público. Desta forma, a Escola Normal de São Paulo teve sua fundação estabelecida pela lei nº34, de 16 de março de 1846, sendo esta a primeira legislação que regulamentou a instrução pública na Província de São Paulo.

A Escola Normal foi instalada em uma sala no edifício da catedral da Sé e destinava-se apenas a alunos do sexo masculino⁶, *livres, de bons costumes e com no mínimo 16 anos*.

De sua fundação 1846 até seu primeiro fechamento em 1867⁷, a Escola Normal contava com apenas um docente, o Dr. Manuel José Chaves, nomeado

⁶ Para essa primeira fase da Escola Normal de São Paulo foi prevista a criação de uma seção feminina, contudo sua criação ficou no papel.

pelo Presidente da Província como professor, considerando, entre outros méritos sua carreira acadêmica e relações políticas. Manuel José Chaves Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais no ano de 1835 foi também professor substituto da Faculdade de Direito, professor catedrático de Filosofia e Moral do curso anexo da Academia de Direito em 1836, juiz de paz do distrito da Sé e deputado provincial no período de 1842-1844. A nomeação desse professor, dentre desse perfil de formação e atuação, iniciou uma tradição que Monarcha (1999) chamou de *Bacharéis-Mestres*, ou seja, professores que foram formados em Direito.

O curso da Escola Normal tinha duração de dois anos e contava com a seguinte grade curricular: *Lógica - Gramática Geral e da Língua Nacional, Teoria e Prática da Aritmética – proporções inclusive – Noções Gerais de Geometria Prática e suas aplicações usuais, Caligrafia, Princípios da Doutrina e Religião do Estado, os Métodos e Processos de Ensino, sua aplicação e vantagens comparativas*. Pode-se perceber nessa organização que as matérias, com exceção ao caso do ensino de Lógica que não constava no programa do ensino elementar, o currículo foi praticamente o mesmo das escolas primárias elementares. Pode-se identificar que não constava do programa da Escola Normal as *Noções de História e Geografia do Brasil* e as *Noções de Físicas aplicáveis ao uso pessoal*, que eram indicadas nos programas do ensino elementar. Pode-se identificar, no entanto, que uma

característica de um ensino apoucado, estreitamente limitado em conteúdo ao plano de estudos das escolas primárias, não foi exclusiva da Província de São Paulo, mas marcou o início do desenvolvimento das escolas normais em outros países e estava presente na organização imprimida a três instituições congêneres anteriormente instaladas no Brasil: no Rio de Janeiro, Minas e Bahia.” (Tanuri, 1979, p. 15-16)

As condições didáticas e materiais da escola eram muito deficientes, conforme se verifica pelos ofícios e relatórios elaborados pelo professor Dr.

⁷ Lei nº6 do Orçamento Provincial de 1867-1868, aprovado em julho de 1867.

Manuel José Chaves ao descrever a rotina e acomodações da escola da Escola Normal:

A escola abre às quatro horas da tarde, durante seu exercício, por espaço de hora e meia ou duas horas, todos os dias úteis. Possui parco mobiliário e utensílios de aula: um banco, uma pedra de geometria, uma mesa; inexistem dicionários, modelos de caligrafia e instrumentos para trabalhos de geometria prática”. (Chaves, 1860)

Dr. Manuel José Chaves narrou em 1860, em relatório destinado ao Inspetor Geral da instrução Pública os métodos adotados para ensinar aos alunos as matérias do curso:

Tenho ensinado todos os métodos próprios para a direção da instrução e educação da mocidade, neste ensino emprego os tratados metodológicos mais célebres, servindo-me principalmente de alguma coisa do método Descartes, que é obra recomendável para explicar esta matéria em geral, e depois trato dos métodos especiais de ensino, do singular, mútuo e simultâneo, mostrando as vantagens de uns e inconvenientes de outros. A disciplina da aula é a mesma usada em todas as classes de tais ensinos. (Chaves, 1860)

O curso foi puramente teórico, sem contar com escolas primárias elementares para a aplicação dos ensinamentos propostos na Escola Normal de São Paulo, com aulas realizadas diariamente em no máximo duas horas, contando com apenas um professor para todas as matérias.

A somatória destes fatores fez com que a influência da escola nesse período fosse pouco relevante. É bem verdade que o poder público não tomou nenhuma atitude para melhorá-la, sem ter fornecido sequer um regulamento para seu funcionamento. Pelo contrário foram muitas as declarações negativas do Inspetor Geral da instrução pública, Diogo de Mendonça Pinto, criticando em seus relatórios o desempenho da Escola:

Cabia aqui falar de uma cadeira posta numa das salas da Sé sob o título de Escola Normal; mas eu ainda não percebi para que ele serve, onde possa classificá-la, que nome deve ter. A Lei de 1846 a decretou para um curso normal dividido em dois anos a alunos mestres, o que se passa ali, porém é heterogêneo à ideia de uma escola normal, é tão pouco, e esse pouco tão sem vitalidade nem movimento que o próprio professor não sabe o que informar-me, e anualmente reproduz em exposição lacônica os mesmos fatos, as mesmas necessidades, as mesmas considerações e não se diga as mesmas frases dos relatórios anteriores. (Pinto, 1859, p.34)

Por outro lado nos relatórios enviados pelo professor Manuel José Chaves ao Inspetor Geral da Instrução Pública fica claro seus clamores por melhorias para Escola que dependiam da ação do poder público, como a divisão das matérias em duas cadeiras a serem repartidas entre dois docentes, o que não aconteceu.

Apenas em 1864 apareceu uma proposta de lei na Assembléia Legislativa que contemplava praticamente todas as reivindicações relativas à Escola Normal, como a distribuição das matérias do curso em duas cadeiras, cada uma contando com um professor, e a inclusão da prática a ser realizada nas escolas de primeiras letras. Contudo essa lei não foi sancionada pelo Presidente da Província, Francisco Ignácio Homem de Mello, alegando que tal reforma aumentaria as despesas da Província e explicitava sua incerteza se tais medidas seriam efetivamente uma contribuição para a melhoria da instrução pública. (Bauab, 1979, p. 43)

A precariedade do funcionamento pode ser identificada ainda pela falta de regularidade dos exames finais, agravada pelo fato de apenas de dois em dois anos uma turma ter a chance de concluir o curso, uma vez que não havia classe de primeiro e segundo ano concomitante. Todos esses entraves fizeram com que a Escola tivesse baixíssima produtividade e fosse extinta em 1867 por uma simples emenda do orçamento para os anos de 1867/1868 (Tanuri, 1979, p.17). Assim, a Escola Normal de São Paulo, nesta fase, não se consolidou

como instituição responsável pela formação dos mestres para o exercício do magistério.

Ao lado da precariedade da Escola pode-se perceber também a pouca importância dada a esse tipo de formação pela sociedade em fase incipiente de urbanização no decorrer desse primeiro momento, fato que se pode verificar pelo número reduzido de matrículas entre os anos de 1847 a 1866:

Quadro 1: Matrículas na Escola Normal, de 1847 a 1866

Ano	Matricula	Ano	Matrícula	Ano	Matricula
1847	19	1854	18	1861	18
1848	19	1855	11	1862	17
1849	15	1856	11	1863	17
1850	11	1857	13	1864	16
1851	11	1858	13	1865	12
1852	21	1859	13	1866	—
1853	11	1860	14	—	—

Fonte: (Tanuri, 1979, p. 17).

A escassez de alunos, segundo Tanuri (1979), relaciona-se a uma série de precariedades mas não foram apenas as deficiências didáticas as responsáveis incapacidade da Escola Normal em atingir os objetivos destinados a ela. A falta de interesse da população pela profissão docente estava associada à inexistência de uma compreensão da necessidade em se formar professores para o magistério primário. Além disso, o desprestígio da profissão era agravado pelos baixos salários que não estimulavam esse tipo de investimento na formação profissional. A ausência de uma necessidade para a formação de professores é possível de ser verificada pela política estabelecida na Província que estendeu o direito a cargo vitalício nas cadeiras de instrução primária para qualquer candidato aprovado em concurso que exercesse o magistério de forma satisfatória por dois anos e não para aqueles que tivessem frequentado a Escola Normal como foi inicialmente anunciado no ano da criação da Lei de 1848. (Tanuri, 1979, p. 18).

A partir, principalmente da década de 1870, transformações de ordem política, ideológica e cultural trouxeram muitas mudanças para o campo educacional na Província de São Paulo. Os acontecimentos deste período foram chamados por Roque Spencer Maciel de Barros como o período da “Ilustração brasileira”⁸.

No campo ideológico havia intensa agitação graças à difusão de ideias liberais e filosóficas científicas que trouxeram maior valorização da questão educacional. Na política, iniciado pela Lei do Ventre Livre de 1871, a Abolição da Escravatura, a criação do Partido Republicano em 1870, o debate das ideias federalistas, as questões religiosas e militares, foram alguns dos elementos que colocaram a difusão do ensino como ponto central para as mudanças que proporcionariam um maior desenvolvimento social e econômico para a nação.

Acreditavam os homens da época que medidas como: a obrigatoriedade da instrução elementar, a liberdade de ensino em todos os níveis, a cooperação dos Poderes Gerais no âmbito da instrução primária e secundária nas províncias poderiam contribuir para disseminação de uma educação nos moldes liberais. (Tanuri, 1979, p. 23)

A confiança irrestrita que se depositou na educação, que, de resto, se traduziria muito menos em fatos concretos do que em efervescência de idéias e tentativas de reformas já triunfantes nos países europeus e nos Estados Unidos, levaria a uma intensificação dos apelos, no Governo e no parlamento, em favor da cooperação do Poder Central na esfera do ensino secundário e popular, no qual se inseriam as escolas normais. Além do mais, tais apelos passaram a incluir especificamente esses estabelecimentos, o que quase não acontecera até então”. (Tanuri, 1979, p. 24)

Muitos interesses estavam presentes para que a necessidade de uma escola capaz de garantir a formação profissional e moral de professores da instrução primária fosse requerida. A sociedade atribuía a falta de um instituto capaz de formar professores como funcionários públicos, como responsável

⁸ Roque Spencer Maciel de Barros. *A Ilustração Brasileira e a Idéia de Universidade*. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Boletim nº 241, 1959.

pela miséria material e moral da população mais pobre. (Monarcha, 1999, p. 92)

A Escola Normal passou a ser vista como normalizadora e produtora de regras de conduta do mestre, assim como organizadora dos procedimentos didáticos, das aspirações políticas e atuação profissional. A Escola Normal seria pelos discursos de vários intelectuais o centro de formação e difusão do progresso intelectual e multiplicador de conhecimento. (Monarcha, 1999, p. 93)

A escola Normal criará bons mestres; e estes, elevando o nível das habilitações de seus discípulos, derramarão pela sociedade as primeiras riquezas do espírito, sólida, estimável e luminosa instrução elementar. Será, pois, um centro da luz viva da ciência, irradiando-se por toda a província e penetrando por todas as camadas populares.

A Infância, bem esclarecida, levará seu saber à família, aos companheiros futuros de profissões, de indústrias ou de serviços públicos; e esse precioso pecúlio da inteligência se estenderá afinal pela sociedade inteira.

Assim se transformam as gerações, afugentando-se as sombras da ignorância, clareiam-se os espíritos, e dominam as ciências.

Todos estes grandiosos benefícios dependem do professor distinto, de sua proficiência, da escola em que aprendeu. (Xavier de Mattos, 1875, p.78)

Foi atribuído ao Inspetor Geral da Instrução Pública, Francisco Aurélio de Souza Carvalho, a iniciativa para criação de uma nova escola normal na Província de São Paulo na década de 1870. Em ofício⁹ enviado para o então Presidente da Província, D. João Theodoro Xavier, o Inspetor Geral Francisco Aurélio Carvalho argumenta sobre a necessidade de uma escola para formar professores fornecendo-lhes os conhecimentos necessários ao exercício do magistério. (Rodrigues, 1930, p. 154)

⁹ Ofício datado de 31 de outubro de 1873. Arquivo do Estado. Capital.

Aprovada a instalação de uma escola normal em 22 de março de 1874¹⁰ pela Assembleia Legislativa, sua abertura, no entanto, aconteceu apenas em 1875. Instalada em uma das salas do curso anexo a Faculdade de Direito¹¹, a Escola Normal de São Paulo reiniciou seu funcionamento destinado apenas a elementos do sexo masculino.

O curso permanecia com duração de dois anos e com as mesmas exigências para ingresso de seu período anterior. O currículo foi enriquecido por algumas matérias e dividido em duas cadeiras, cada qual com um professor. (Tanuri, 1979, p. 29)

Quadro 2: Currículo da escola Normal de São Paulo 1875

Cadeiras	Anos
1 ^a cadeira	1 ^o ano
Línguas Nacional e Francesa; Caligrafia; Doutrina Cristã; aritmética, inclusive Sistema Métrico; Metódica e Pedagogia, com Exercícios Práticos nas escolas públicas da Capital	
2 ^a cadeira	2 ^o ano
Elementos de Cosmografia e Geografia, especialmente do Brasil; Noções de História Sagrada e Universal, especialmente do Brasil.	

Fonte: (Dias, 2008, p. 83)

Para lecionar as disciplinas foram nomeados interinamente os professores Antonio do Valle, para a 1^a cadeira, e Américo Ferreira de Abreu, para a 2^a cadeira. Neste momento a direção da escola ficou a cargo do Inspetor Geral da Instrução pública, Francisco Aurélio de Souza Carvalho.

Aos alunos diplomados foi oferecido um certificado de habilitação e o provimento de cargo de forma vitalícia nas escolas elementares da Província de São Paulo.

A mudança do Presidente da Província Dr. João Theodoro Xavier por Sebastião José Pereira, trouxe como consequência mudanças na Lei e no regulamento da escola mas, além disso, estabeleceu pequenas alterações

¹⁰ Art. 8.º da Lei n.º 9 de 22 de março de 1874: "Fica criada nesta Capital uma Escola Normal para fim de habilitar indivíduos que se destinarem ao magistério da instrução primária." Leis da Província.

¹¹ Depois mudou para um sobrado na Rua Das Casinhas.

curriculares, dividindo o curso em quatro cadeiras. A lei também alterou a idade mínima para ingresso na Escola Normal, sendo então fixada a idade de 18 anos.

Quadro 3: Currículo da escola Normal de São Paulo 1876

Cadeiras		Anos
1ª cadeira	Língua Nacional e Aritmética	1º ano
2ª cadeira	Francês, Metódica e Pedagogia Teórica e Prática	1º ano
3ª cadeira	Cosmografia e Geografia	2º ano
4ª cadeira	História Sagrada e Universal, História pátria e Noções Gerais de Lógica	2º ano

Fonte: (Dias, 2008, p. 84)

Com a aprovação do Regulamento em 5 de janeiro de 1877, o cargo de diretor passou a ser ocupado por um professor da escola, bem como o de secretário. Duas escolas de instrução primária foram anexadas à Escola Normal, uma para o sexo masculino e outra para o sexo feminino, sendo que estas escolas serviriam para exercícios práticos. (Monarcha, 1999, p.101)

Apesar das mudanças bastante significativas no aspecto curricular, no início de 1878 a Escola Normal de São Paulo foi novamente fechada. O revezamento entre o Partido Conservador, responsável pela criação da instituição, e o Partido Liberal, representado pela figura de João Batista Pereira que assumiu a Presidência da Província, foi um dos motivos apontados para o fechamento. Para justificar seu ato inusitado, João Batista Pereira apresentou motivos diversos: a situação precária da escola, deficiências de condições materiais para seu adequado funcionamento, ensino ministrado por professores interinos. No entanto o principal motivo parece ter sido a ausência de verbas previstas no orçamento. (Tanuri, 1979, p. 31)

O quadro abaixo mostra que o número de matrículas foi mais significativo ao ser comparado ao momento anterior e, pela primeira vez, se matriculam alunos do sexo feminino:

Tabela 1: Matrícula na Escola Normal, de 1875 a 1878

Ano	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total
1875	33	–	33
1876	115	57	172
1877	–	–	–
1878	28	22	50

Fonte: (Tanuri, 1979, p. 33)

A tendência de aumento do número de matrículas em 1876 revela uma mudança de interesse por uma escola de formação e são poucos efetivamente os motivos que podem explicar a queda de matrícula para 1878, a não ser por razões políticas.

1.2 A Escola Normal de São Paulo na Rua da Boa Morte 1880-1888

Definida pela lei nº 130, de 25 de abril de 1880, a Escola Normal de São Paulo foi novamente reaberta dois anos após seu fechamento em 1878, em 30 de junho de 1880, sob orientação do então Presidente da Província Laurindo Abelardo de Brito, advogado, ex-aluno do curso normal, e membro do Partido Conservador. Foi instalada inicialmente no pavimento térreo do prédio do Tesouro Municipal, mas foi transferida em 1881 para a Rua da Boa Morte, atual rua do Carmo, próxima à praça da Sé, região central da cidade de São Paulo.



Figura 1. Professores e alunos em frente à escola Normal, no antigo sobrado da Rua Boa Morte. (Polianthéia Comemorativa do Centenário do Ensino Normal em São Paulo 1846-1946. São Paulo, Gráfica Brésica, 1946)



Figura 2. Professores e alunas da Escola Normal na Rua da Boa Morte – década de 1880 (acervo da EEPSC Caetano de Campos)

Pelas fotos é possível identificar algumas das principais características desse novo momento da Escola Normal de São Paulo. As fotos mostram a presença de alunos e alunas e, apesar de estarem separados, estudavam no mesmo sobrado em que a Escola Normal de São Paulo passou a funcionar em 1881. A presença de crianças (Figura 2) indica também outra inovação importante na Escola Normal de São Paulo onde, pela primeira vez, no mesmo edifício, funcionavam as escolas anexas. Tais escolas, segundo o Artigo 11º da lei de 25 de abril de 1880 foram assim constituídas:

Haverá no mesmo edifício da escola normal 2 escolas primárias, uma para meninas e outra para meninos, anexas ao estabelecimento, afim de nelas praticarem na regência das cadeiras os alunos da escola normal. Parágrafo 1º - estas escolas servirão de cursos preparatórios e o presidente determinará as matérias que nelas devem ser ensinadas. (Lei nº 130, Laurindo Abelardo de Brito, 25/04/1880)

Nessa fase, a Escola Normal passou a ter uma administração mais complexa, tendo um diretor subordinado diretamente ao presidente da província e teve um Regulamento próprio, no qual constavam todas as orientações quanto ao seu funcionamento e organização. A mudança mais significativa foi a criação da Congregação de professores, presidida pelo Diretor da Escola Normal e tornou-se lugar importante e privilegiado para a organização e para as decisões internas da Escola.¹²

O Regulamento aprovado em 1880¹³ ampliou o curso de dois para três anos e cada cadeira passou a ser de responsabilidade de apenas um professor.

¹² Laurindo Abelardo de Brito. Regulamento da Escola Normal de São Paulo expedido em 30 de junho de 1880. Typ. Da Gazeta Liberal, São Paulo, 1884. Instituto de Estudos Brasileiros, IEB/USP.

¹³ Idem, Ibidem.

Quadro 4: Currículo e professores da Escola Normal de São Paulo em 1880

Cadeiras		Professores
1ª cadeira	Gramática e Língua Nacional (estudos práticos de estilo e declamação)	Vicente Mamede de Freitas
2ª cadeira	Aritmética e Geometria	Godofredo José Furtado
3ª cadeira	Geografia geral, História do Brasil e especialmente da Província. História Sagrada e resumo cronológico da História Universal	José Estácio Corrêa de Sá e Benevides
4ª cadeira	Pedagogia e Metodologia: compreendendo exercícios de intuição; Doutrina Cristã	Ignácio Soares de Bulhões Jardim
5ª cadeira	Francês, Física e Química	Paulo Bourroul

Fonte: (Dias, 2008, p. 85)

O curso preparatório anexo, em sua seção masculina era dirigido pelo professor Antonio Silva Jardim que, então, cursava a Faculdade de Direito e a seção feminina ficava a cargo da Professora Catarina Amélia de Prado Alvim.

É importante notar, nessa nova fase da Escola Normal, mudanças no programa curricular, com o acréscimo de estudos científicos como Física e Química, além de uma afinidade maior entre as matérias da mesma cadeira. A 3ª cadeira, ocupada pelo professor José Estácio Corrêa de Sá e Benevides, apresentou um elemento novo: *História do Brasil e especialmente da Província*, incluindo nos plano de estudos a história da Província de São Paulo.

Acumulava o cargo de diretor da Escola Normal o professor da 1ª cadeira: *Gramática e Língua Nacional*, Vicente Mamede de Freitas, que deixou o cargo em 1882 para exercer o cargo de professor substituto na Faculdade de Direito de São Paulo.

Em 1882 assumiu o cargo de Diretor, o Dr. Paulo Bourroul, professor da 5ª cadeira: *Francês, Física e Química*, que aproveitando visita à França para resolver assuntos pessoais, adquiriu um laboratório de Física e Química e

livros para a criação da biblioteca da escola¹⁴. A aquisição de um laboratório de Física e Química para o desempenho de suas atividades docentes, assim como a seleção de obras feita pelo Dr. Paulo Bourroul indicam que este professor se mostrava alinhado à tendência modernizadora dos métodos educacionais¹⁵.

O Dr. Paulo Bourroul adquiriu 122 livros para biblioteca da Escola Normal de São Paulo, sendo 4 títulos para a 2ª cadeira, 23 para a 3ª cadeira, 73 para a 4ª cadeira e 16 para a 5ª cadeira, seleção esta que mostra sua maior preocupação com as obras que seriam utilizadas pela – *Pedagogia e Metodologia* (4ª cadeira) e serviriam para a formação pedagógica dos professores. (Pestana, 2011, p. 64)

Nas compras de livros feitos pelo Dr. Paulo Bourroul havia um número significativo de exemplares que embasariam os professores da Escola Normal no trabalho com o método intuitivo ou lições de coisas: 1- *L'éducation humaine*, de Fredrich Froebel; 2- *Méthode Froebel*, de Hermam Goldammer; 3- *Leçons dès choses*, de Emile Bouant; 4- *Exercices et travaux pour les enfants selon la méthode et lês procedes de Pestalozzi et de Froebel*, de autoria de Fanny Ch. Delon e M. Delon; 5- *Etudes sur la vie et lês travaux de J. H Pestalozzi*, de Phillibert Pompée; 7- *Manuel pratique dès jardins d'enfant de Frédérique Froebel à l'usage dès institutrices et dès mères de famille*, de Jean François Jacobs; 8- *L'école primare: Cahiers de pedagogie d'après lês principes de Pestalozzi*, de Jules Paroz; 9- *Plan d'études et leçons dès choses pour lês enfants de six à sept ans*, de Jules Paroz. (Pestana, 2011, p. 79-80)

O método intuitivo, também conhecido como *Lições de coisas*, configurou-se como uma das mais importantes inovações pedagógicas do

¹⁴ Sobre a importância destes livros, Marta Maria Chagas de Carvalho ressalta: “As compras de Paulo Bourroul esboçam um retrato eloquente da cultura pedagógica reputada necessária à formação de bons mestres nos últimos anos do século XIX, dando-se como resultado de uma operação de seleção largamente conformada por um repertório de títulos relativamente restrito. Inscrito na materialidade dos produtos industriais difundidos internacionalmente por livrarias, casas de edição e representações governamentais, nas inúmeras Exposições Pedagógicas realizadas nesse final de século, tal repertório disponibilizava uma pluralidade de informações e de normas com função modelar no processo de conformação de uma cultura pedagógica. [...] Podemos chamá-los aqui de saberes profissionais, perguntando-nos pelo modo como se articulam na biblioteca de Bourroul, compondo uma cultura pedagógica específica”. (Carvalho, 2007).

¹⁵ Sobre a constituição da Biblioteca da Escola Normal de São Paulo é importante a dissertação de mestrado de Pestana, Marina G. Colecionando livros, formando mestres: a Biblioteca Pedagógica da Escola Normal de São Paulo – 1883. PUC-SP, 2011.

período. Assim, representou uma das principais reformas de base para organização do ensino em vários países da Europa e também nas Américas. É fundamentado especialmente nas ideias de Pestalozzi e Froebel, e entendia que toda educação deveria começar pela educação dos sentidos. (Schelbauer, 2006, p. 133). De acordo com Schelbauer (2006), o método intuitivo foi absorvido e defendido por uma série de intelectuais brasileiros, a partir, sobretudo, da década de 1870, constituindo-se como núcleo central da renovação pedagógica que se queria ver implantada nas reformas de instrução pública no Brasil. Nesse contexto se instituiu a Reforma Leôncio de Carvalho (Decreto n. 7247 de 19/04/1879) por intermédio da qual se prescreveu as “Noções de Coisas como disciplina de ensino nas escolas primárias do 1º grau e Prática do ensino intuitivo ou lições de coisas, como disciplina do programa das Escolas Normais do Estado (1879, Art. 4º e 9º, § 1º)”. (Schelbauer, 2005, p. 137).

Desta forma, entende-se a introdução no currículo da Escola Normal de São Paulo, a partir de 1880, dos *exercícios de intuição* presentes na 4ª cadeira: *Pedagogia e Metodologia*. E, pode-se também entender as polêmicas em torno da introdução do método intuitivo nas escolas elementares e nas Escolas Normais uma vez que os intelectuais que defendiam tal inovação se opunham aos métodos tradicionais do setor católico. Geralmente os seguidores de tais inovações metodológicas eram intelectuais adeptos do positivismo ou do cientificismo que passaram a confrontar-se com os docentes católicos no cotidiano escolar.

Na província de São Paulo muitos dos intelectuais defensores do método intuitivo “estiveram à frente das iniciativas no âmbito da imprensa republicana, onde, na situação de colaboradores ou redatores, escreveram sobre a questão educacional, apontando os problemas de instrução pública e falando das iniciativas (Schelbauer, 2005, p.139). Escolas particulares foram sendo criadas, sendo que em muitas delas, teve espaço para o ensino intuitivo. Rangel Pestana, Américo de Campos, João Kopke foram alguns intelectuais que fundaram escolas em que muitos dos materiais utilizados eram relacionados aos métodos intuitivos.

O tema do ensino laico também era objeto de várias polêmicas. Na escola Normal de São Paulo os professores Godofredo José Furtado, Cypriano

José de Carvalho e Silva Jardim tornaram-se os principais defensores de tais inovações e defrontaram-se com os docentes católicos, em particular o professor Sá e Benevides.

Silva Jardim, tendo formado em Direito em 1883, concorreu imediatamente à Cátedra de Português da Escola Normal, participando, “em notável concurso, no qual um dos candidatos era o consagrado filólogo, autor do *Compêndio de Gramática Portuguesa*, Júlio Ribeiro” e do qual saiu vencedor. (Reis Filho, 1981, p. 132). Silva Jardim como professor da escola anexa havia difundido a *Cartilha Maternal de João de Deus* que apresentava um novo método de leitura assim como a utilizava para formação de futuros professores:

Mas não basta a leitura das palavras pelo processo que melhor aplicação encontrou na *Cartilha maternal*. (...) O professor zeloso formará e fará formar por seus alunos frases com as palavras do livro, mostrando assim a aplicação prática da leitura - dar-nos idéias, sentimentos expressões. Permitirá diálogos espontâneos, a seu convite, entre as crianças sobre pessoas da família, colegas, acontecimentos infantis, etc. Desenvolvendo-lhes, assim, a sociabilidade e aperfeiçoando-lhes a elocução, dando-lhes os hábitos correto da conversação. (Silva Jardim, Antonio, in *Centenário do Ensino Normal em São Paulo 1846-1946*)

Como docente, Silva Jardim deixou marcas em seus alunos e alunas. Nas memórias de Senhorinha, aluna da Escola Normal em 1884, ela manifesta sua adesão às ideias do professor:

Quando Silva Jardim entrou em conflito com o doutor Theofilo Dias, eu logo o apoiei, ainda que de nada lhe valesse a minha admiração. Acredito que ele será um grande polemista. Não se curva a ninguém. Embora de estatura média, é enérgico, ativo. Tento não deixar de ler seus artigos no jornal *A Província de São Paulo*. Adoro o que escreve sobre o positivismo. Eu acredito em Deus, mas tenho a mais forte antipatia por religiosos, beatos e beatas.

(...) Silva Jardim deve ser um pouco louco também. Mas a verdade é que ele e seus colegas, Godofredo Furtado e Cypriano de Carvalho, deram vida à Escola Normal. Além de desafiarem a Congregação com problemas ideológicos, aborrecem-na com outras questões, como a dos compêndios, por exemplo. Silva Jardim e Cypriano de Carvalho negaram-se a adotar os compêndios obrigados por lei, fazendo o doutor Sá e Benevides, diretor da Escola, espumar de raiva. (Senhorinha, 1884 in Rocha, Maria Aparecida, Caetano de Campos: fragmentos da história da instrução pública em São Paulo, Associação dos Ex- alunos do IECC, São Paulo, 1994, p.171)

A atuação desse grupo de professores era, desta forma, polêmica e já em 1884 teve como resultado uma primeira crise. O professor Paulo Bourroul pediu exoneração em 12 de janeiro de 1884 e em substituição foi indicado como diretor interino o professor Dr. José Estácio Correa de Sá e Benevides. Em 25 de abril deste mesmo ano, pela Lei. 59, foi criada a 6ª cadeira – *Gramática e Língua Francesa*: atribuída ao professor Carlos Marcondes de Toledo Lessa, deslocando a disciplina de Francês, para uma cadeira própria.

Quadro 5: Currículo da Escola Normal de São Paulo em 1884

Cadeiras	Professores	
1ª cadeira	Língua Nacional (estudos práticos de estilo e declamação)	Antonio Silva Jardim
2ª cadeira	Aritmética e Geometria	Godofredo José Furtado
3ª cadeira	Geografia Geral, História do Brasil e especialmente da Província. História Sagrada e resumo cronológico da História Universal	José Estácio Corrêa de Sá e Benevides
4ª cadeira	Pedagogia e Metodologia: compreendendo exercícios de intuição; Doutrina Cristã	Ignácio Soares de Bulhões Jardim
5ª cadeira	Física e Química	Paulo Bourroul
6ª cadeira	Gramática e Língua Francesa	Carlos Marcondes de Toledo Lessa

Fonte: (Dias, 2008, p. 85).

Para Monarcha (1999, p.122), o Presidente da Província, barão de Guajará, o diretor interino da Escola Normal, Dr. José Estácio Corrêa de Sá e Benevides ¹⁶, e alguns membros da Congregação, lançaram durante os anos de 1884 a 1888 uma verdadeira ofensiva contra os professores considerados “lentes positivistas”¹⁷. Antonio da Silva Jardim, Godofredo José Furtado e Cypriano José de Carvalho. O primeiro, bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, e os outros dois engenheiros civis formados pela Escola Central do Rio de Janeiro.¹⁸

Como positivistas ortodoxos, esses professores aspiram a imprimir outra orientação à rotina da Escola Normal de São Paulo e formulam um repertório amplo de questões relativas à vida desse instituto e ao ofício do magistério. A partir do ponto de vista do positivismo ortodoxo, abordam aspectos distintos do dia-a-dia escolar e do exercício da profissão: aulas particulares, critérios para a correção de provas de alunos, autonomia didático-pedagógica, adoção de “compêndios”, métodos de ensino, presença de pais de alunos no interior do instituto, exercício de livre-pensamento. (Monarcha, 1999, p. 138)

Os embates políticos se acirraram ainda mais na escola com o ingresso de cônego Manoel Vicente da Silva como o novo diretor. Na Ata da Sessão Ordinária de 31 de Agosto de 1887, apresentando-se aos professores o cônego pede a fala e faz algumas considerações sobre a missão que foi encarregado pelo Excelentíssimo Governo Provincial e que foram registradas da seguinte maneira pelo Professor Dr. Sá e Benevides¹⁹:

¹⁶ O professor José Estácio Correa de Sá e Benevides assumiu o cargo depois de pedido de exoneração do Dr. Paulo Bourroul, em 12 de janeiro de 1884.

¹⁷ “Nessa ofensiva, destacam-se: a introdução de Religião do Estado; a reforma do regulamento interno do instituto com a criação de artigos incisivos: pena de demissão do professor por crime de furto, estelionato e ato ofensivo à moral pública e à religião do Estado; a contratação do mosenhor Camilo Passalácqua para reger a 4ª cadeira e a do cônego Manoel Vicente da Silva para exercer a direção da Escola Normal de São Paulo; e a obrigatoriedade de compêndios aprovados ou indicados pela congregação”. (Monarcha, 1999, p. 122)

¹⁸ O terceiro capítulo “*Os Professores Positivistas na Escola Normal de São Paulo*” do trabalho de Monarcha (1999) discute a atuação dos professores que definiu como “positivistas” na Escola Normal de São Paulo.

¹⁹ Para facilitar o entendimento do texto, todas as citações de Ata da Congregação de Professores, tiveram a escrita atualizada.

Senhor Diretor, aludindo ao fato de se achar pela primeira vez presidindo os trabalhos da Congregação, proferiu algumas palavras externando o seu modo de pensar sobre a Escola Normal e seu professorado. [...] Contando para isso também com a boa vontade e auxílio ilustre do corpo docente, ao qual finalmente pedia para que não o recebessem com qualquer prevenção de espírito e que aguardassem os seus atos para julgá-lo, abolindo-o ou compensando-o.²⁰

Depois de encerrada a sessão o professor Godofredo José Furtado pediu a palavra e proferiu um discurso de homenagem aos feitos do Dr. Benevides enquanto foi diretor, elogiando principalmente sua postura tolerante e de boa vontade:

Proponho que se consiga em ata um voto de reconhecimento ao nosso colega e ex-diretor, Dr. Benevides, pela maneira afável por que nos tratou e especialmente pela tolerância de que deu tantas provas durante sua direção. (Godofredo, 1887)²¹

Foi possível perceber nas palavras do Professor Godofredo José Furtado, preocupação quanto à postura que o novo diretor cônego Manoel Vicente da Silva adotaria. Considerando este discurso, que presta uma homenagem ao professor Benevides, pode-se ainda repensar sobre a posição deste professor de História que, em algumas das pesquisas sobre a Escola Normal e sobre o ensino de História consideram-no como um defensor veemente de uma linha conservadora e extremada do catolicismo, além de perseguidor dos colegas seguidores do positivismo.

Itamar Freitas (2006) apresenta a trajetória profissional de José Estácio Correia de Sá e Benevides analisando suas atividades de professor e como

²⁰ José Estácio Corrêa de Sá e Benevides. Ata da Congregação dos Professores da Escola Normal. 31/08/1887. Texto manuscrito. Acervo Histórico da Escola Caetano de Campos.

²¹ Idem, *Ibidem*.

autor de livros didáticos e de forma semelhante às análises de Carlos Monarcha (1999) e, da mesma forma endossa as críticas de Rodrigues (1930) em relação à sua posição política. Para Freitas, José Estácio Correia de Sá e Benevides foi na Escola Normal de São Paulo:

responsável pelo combate cerrado aos lentes positivistas até o final da década de 1880. A ofensiva incluiu “a introdução da Religião do Estado” e a pena de “demissão do professor por crime de furto, estelionato e ato ofensivo à moral e à religião do Estado” (Freitas, p. 143).

De acordo com Freitas (2006) a biografia de Benevides explica sua posição conservadora, sendo filho do famoso professor da Faculdade de Direito de São Paulo, José Maria Correa de Sá e Benevides, considerado como católico ultramontano que não admitia transigência alguma com os positivistas, sendo “uma fortaleza católica ultramontana, dentre os quadros vigorantes na Academia de Direito” (Freitas, p. 141). Esta mesma postura, segundo Freitas, tinha seu filho José Estácio na Escola Normal de São Paulo que ingressou em 1880, com apenas vinte e dois anos de idade, como professor titular da cadeira de História após ter se bacharelado em Direito na faculdade paulista.

No entanto, pelas leituras das Atas da Congregação da Escola Normal, percebe-se uma aproximação de Estácio de Sá Benevides com os professores “positivistas” do estabelecimento no período em que exerceu o cargo de diretor do estabelecimento, entre os anos de 1884 a 1887, explicando-se, desta forma o discurso do professor Godofredo José Furtado a favor da atuação “do colega e ex-diretor”. Também não foi no decorrer da atuação de Estácio de Sá e Benevides como diretor que ocorreu a demissão do professor Godofredo José Furtado, como afirma Freitas, mas posteriormente, sob a direção do cônego Manoel Vicente da Silva, em 1888.

As preocupações do professor Godofredo em relação ao cônego Manoel Vicente da Silva se confirmaram no que se refere às mudanças na Escola Normal. Pela Ata de 30 de setembro de 1887, o diretor informou que reformaria

o Regimento Interno da Escola, sem que o mesmo passasse pela aprovação da Congregação.

A leitura da reforma do regimento interno foi realizada em 31 de outubro de 1887, sem precisar da aprovação dos professores. Suas determinações foram apresentadas com a aprovação prévia do Conselho de Instrução Pública conforme o diretor fez questão de ressaltar antes de sua leitura:

O Excelentíssimo Senhor Diretor, declarou não ter prometido convocar e reunir extraordinariamente a Congregação da Escola para ouvir e fazer a leitura do novo regimento interno, antes de sujeitado a aprovação do governo; 1º por esse regimento compõem-se em grande parte de artigos do antigo regimento interno, já aceito e executado pela Escola; 2º, por que os que foram criados o foram por ele Diretor com a concordância da Congregação do professores da mesma Escola como determina o Art 112, do Regulamento de janeiro de 1880, porém não obstante não ter feito essa promessa ia proceder a leitura dele declarando que o mesmo já estava aprovado pelo Conselho de Instrução Pública.²²

O Professor Godofredo não compareceu à leitura do Regimento, tendo sido sua ausência registrada em Ata, informando que não houve justificativa para sua falta. O resultado deste embate foi a exoneração do professor Godofredo José Furtado e do professor Cypriano José de Carvalho. Antes desta data, Silva Jardim já havia se exonerado (maio de 1886) terminando, desta forma, as mudanças mais progressistas da Escola Normal de São Paulo.

A Reforma de Instrução pública de 1887 mudou a organização curricular da Escola Normal, que ampliou para 8 cadeiras e houve mudanças, sobretudo na parte específica referente à formação dos docentes, enfatizando o ensino da religião do Estado e retirando o ensino intuitivo.²³

²² José Estácio Corrêa de Sá e Benevides. Ata da Congregação dos Professores da Escola Normal. 31/10/1887. Texto manuscrito. Acervo Histórico da Escola Caetano de Campos.

²³ Lei nº81 de 6 de abril de 1887

Quadro 6: Currículo da Escola Normal de São Paulo em 1888

Cadeiras		Professores
1ª cadeira	Português	Carlos Reis
2ª cadeira	Aritmética e Geometria	Constante Affonso Coelho
3ª cadeira	História e Geografia	José Estácio Corrêa de Sá e Benevides;
4ª cadeira	Pedagogia, Metodologia e Religião	Pe. Camillo Passalacqua
5ª cadeira	Física e Química	Eduardo de Macedo Soares
6ª cadeira	Francês	vaga desde fins de 1888
7ª cadeira	Caligrafia e Desenho, seção masculina	Thomaz Augusto Ribeiro de Lima
8ª cadeira	Caligrafia e Desenho, seção feminina	Felicidade Perpetua de Macedo

Fonte: (Dias, 2008, p. 86).

No Curso Preparatório Anexo também houve mudanças de docentes: Antonio Militão de Souza Aimberê (s. Masculina) e Catarina Amélia do Prado Alvim (s. Feminina).

Para prática dos alunos manteve-se o regulamento da Escola Normal de 30 de junho de 1880 em seu artigo 11 que previa a instituição de duas escolas primárias anexas, uma para cada sexo, que por decisão da Congregação²⁴, havia sido dividida em duas seções: uma para alunos com menos de 10 anos, e outro de caráter preparatório, para alunos maiores. A formação pedagógica ainda manteve-se restrita, apenas pela matéria *Pedagogia e Metodologia* no último ano do curso.

As mudanças no currículo também estavam relacionadas às mudanças sociais do período e, no caso da Escola Normal de São Paulo, pode-se constatar a crescente presença feminina no curso.

²⁴ Ofício do Diretor da Escola Normal, Dr. Paulo Bourroul, ao Presidente da Província, datado de 8/10/1882. Arquivo do Estado de São Paulo, Escola Normal de São Paulo: 1849 – 1885. Lata nº de ordem 5130.

Tabela 2: Matrículas na Escola Normal, de 1880 a 1889

Anos	Alunos Matriculados			Diplomados		
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
1880	25	36	61	-	-	-
1881	39	26	65	6	1	7
1882	45	23	68	11	9	20
1883	58	35	93	12	6	18
1884	82	59	141	14	4	18
1885	137	95	232	22	15	37
1886	150	141	291	13	13	26
1887	134	123	257	38	14	52
1888	135	204	339	32	32	64
1889	140	153	293	51	64	115

Fonte: (Tanuri, 1979, p.41)

O quadro demonstra que progressivamente o número de alunos matriculados e diplomados, do sexo feminino, aumentou consideravelmente, superando a quantidade de alunos do sexo masculino nos anos de 1888 e 1889. Assim, é possível afirmar, que neste momento “delineava nos derradeiros anos do regime monárquico a participação que a mulher iria ter no ensino brasileiro”. (Tanuri, 1979, p. 41)

A idéia de que a educação da infância deveria ser-lhe atribuída, uma vez que era o prolongamento de seu papel de mãe e da atividade educadora que já exercia no lar, principiava a infiltrar-se entre os pensadores e políticos. De um lado, o magistério era a única profissão que conciliava as funções domésticas da mulher, tradicionalmente cultivadas, os preconceitos sociais que bloqueavam a sua profissionalização, com o movimento em favor da ilustração da mesma, já iniciado nos anos setenta. (Tanuri, 1979, p. 41)

A presença de mulheres na Escola Normal havia sido estimulada, uma vez que havia sido adotado o sistema de coeducação (Lei nº 130, de 25 de abril de 1880), uma inovação, embora a convivência entre os alunos não fosse tão simples. O relato da aluna Senhorinha de 1948 revela os procedimentos dessa convivência:

Embora as aulas da Escola sejam mistas, os rapazes possuem entradas diferentes das nossas, por um portão dos fundos, que os obriga a percorrer um longo trajeto pela ladeira das Carmelitas. A falta de espontaneidade no relacionamento entre nós causa confusões incríveis. (...)

É uma grande bobagem obrigarem a nos comportar como se não víssemos os rapazes. Quantas coisas poderíamos fazer juntos! Mas nossos pais e professores só pensam em imoralidades e temem que os cometamos. (Senhorinha, 1948, p. 166)

A separação entre alunos e alunas e uma vigilância constante em relação às alunas pode ser também observada no que se refere ao uso da Biblioteca da Escola:

A Biblioteca, cujo regimento já se acha organizado, está aberta todos os dias úteis, dias da semana para os alunos, e dias para as alunas. Estas, durante a sua estada na sala de leitura são, segundo resolveu a congregação, acompanhadas pela adjunta da professora da aula anexa. (A Província de São Paulo, 19/03/1884)

A separação entre os alunos e alunas foi se acentuando, conforme pode-se constatar pela *Ata da Congregação dos Professores da Escola Normal*, lavrada em 18 de março de 1887, em que foram discutidos e aprovados os horários das aulas para o ano letivo corrente. Nessa Congregação os professores foram convocados pelo diretor da Escola Normal, pois por iniciativa do Governo Provincial e aprovação da Assembleia

Legislativa, a matrícula no primeiro ano de alunos do sexo feminino deveria ser diferenciada:

O Interino Dr. Diretor declara que a Congregação dos Professores da Escola Normal, foi convocada afim de tomar conhecimento da Lei Nº 23, sobre matrículas do 1º ano, ultimamente aprovada pela Assembleia Provincial, e assinada pelo Excelentíssimo Governo Provincial. [...] Fica a Congregação avisada a dividir as aulas do 1º ano, em duas seções – sexo masculino e feminino.²⁵

Ainda nessa Ata, as descrições dos horários ficaram assim distribuídas: os alunos do 1º Ano teriam aulas de Aritmética, as segundas, quartas, e sextas (8:45h às 9:45h); Português, as terças, e sábados (8:45h às 9:45h); Francês, às segundas, quartas, e sextas (10:00h às 11:00h); Doutrina Cristã, aos sábados (12:30h às 13:30h). As aulas para seção feminina foram basicamente as mesmas da seção masculina, acrescidas de Prendas Domésticas, às terças (10:15h às 12:15h).

Os alunos do 2º ano teriam aulas de Português: às segundas, quartas, e sextas (8:45h às 9:45h); Geometria, às terças, e sábados (8:45h às 9:45h); Francês, às terças, e sábados (10:00h às 11:00h); e Física, às quartas, e sextas (10:00h às 11:00h).

Para os alunos do 3º ano: Geografia e História aconteceriam às segundas, terças, quartas, sextas e sábados (10:00h às 11:00h); Aritmética, às segundas, quartas, e sextas (10:00h às 11:00h); Francês, às segundas, quartas, e sextas (11:15h às 12:15h); Doutrina Cristã, sábados (11:15h às 12:15h); Química, às segundas, quartas, e sextas (11:15h às 12:15h); Pedagogia e Metodologia, às segundas, quartas, e sextas (12:30h às 13:30h).

As aulas foram distribuídas em 3 salas, numeradas sala 1, sala 2, e sala 3, sendo que a sala 3 trava-se do laboratório de Física e Química.

A partir da segunda metade da década de 1880 as exigências de ingresso na Escola Normal de São Paulo também sofreram mudanças consideráveis. A crescente procura pela Escola Normal estava relacionada às

²⁵ Idem, Ibidem

mudanças que ocorriam em São Paulo. Juntamente com a abolição dos escravos, em São Paulo, o crescimento populacional foi bastante significativo. A população paulistana que em 1872 era de 23.243 habitantes passou para 64.934 em 1890. Com as mudanças econômicas, políticas e sociais presentes na cidade de São Paulo durante a década de 1880, cresceu a procura pela Escola Normal, com aumento constante no número de matrículas. Muitas pessoas de origem pobre buscavam na carta de normalista, promoção social e oportunidade de um emprego, (Monarcha, 1999, p. 113), embora parte significativa de filhos de comerciantes, funcionários públicos, dentre outros, também buscavam a Escola Normal de São Paulo, que se transformava em um lugar educacional com características de curso secundário, assim como se criava um novo status “ser normalista”.

Os candidatos à matrícula deveriam apresentar aprovação obtida em Instrução Moral e religiosa; Leitura e Caligrafia; Contabilidade; Sistema Legal de Pesos e Medidas; Desenho Linear; Elementos de Cosmografia e Geografia e, apenas para alunos do sexo feminino, Prendas Domésticas. Estas aprovações poderiam ser de cursos secundários oficiais do Império, na Escola Normal, ou nas matérias do curso preparatório anexo²⁶.

Tanuri (1979) aponta que a presença de matérias exigidas para ingresso que não constavam no currículo das escolas primárias em vigor²⁷ comprova que a Escola Normal de São Paulo saía do limite em que foi criada, apenas como uma escola ligada à instrução primária, e atingia outro patamar e status.

Cabia à Escola Normal seguir as determinações oficiais que possibilitavam o regime de frequência livre e os exames vagos, que poderiam ser relativos a qualquer ano do curso, garantindo matrícula no ano posterior, e os exames “extraordinários”, com os quais, mesmo sem frequência nas aulas, era possível obter a carta de professor, assim como todos os benefícios dos alunos formados na Escola²⁸.

Muitas foram as manifestações por parte da Congregação da Escola Normal contrárias aos exames vagos, extraordinários ou a aprovação de

²⁶ Regulamento da Escola Normal de São Paulo, de 30/6/1880, arts. 55, 56, 128, 129. Escola Normal de São Paulo: 1849 – 1887. Lata nº de ordem 5129.

²⁷ Art. 3º do regulamento de 18/04/1869.

²⁸ Lei nº 130, de 25 de abril de 1880.

exames feitos em outros estabelecimentos de ensino. Em 1886 o então Diretor da Escola Normal, Dr. José Estácio Corrêa de Sá e Benevides, alertou:

Sendo a missão da Escola Normal formar professores, isto é, ensinar a ensinar, não se compreende que tenham valor exames feitos para fim muito diverso – como são os dos chamados preparatórios – nem mesmo exame vago com dispensa do curso normal. O professor só pode se formar fazendo um estudo especial e aprofundado das matérias que tem de ensinar, dando sempre a esse estudo uma feição prática de transmissão de conhecimentos adquiridos, por meio dos exercícios nas escolas primárias anexas. (Benevides, 1886)

Em 1887 pela Lei nº 81, de 6 de abril, seguida pela aprovação de um Regulamento datado de 22 de agosto do mesmo ano, eliminou os exames vagos e extraordinários, introduzindo a exigência do curso completo para a obtenção da *carta de normalista*.

1.3. A reforma republicana na Escola Normal de São Paulo

Com a Proclamação da República em 1889, novas mudanças ocorreram na Escola Normal de São Paulo sendo que algumas delas já haviam sido defendidas pelos professores Silva Jardim e Godofredo José Furtado durante a década de 1880. Importante destacar que mudanças que ocorreram nessa instituição em 1890 ou o foco principal da Reforma que então ocorreu passou a ser considerado um marco na história da educação. Para a maior parte da historiografia da educação, foi a partir desse momento que a escola Normal passou efetivamente a existir, confundindo-se com seu nascimento. A valorização da reforma de 1890 tem marcado as pesquisas sobre história da Escola Normal de São Paulo, reforma esta que se transformou em uma espécie de paradigma aos demais sistemas de formação de professores do país.

Mas, é preciso destacar que instaurado o regime republicano, as inovações educacionais e políticas para educação refletiam principalmente o

movimento iniciado no Império a partir de 1870. As principais mudanças implantadas aconteceram nas ações práticas voltadas para o ensino primário e normal e se apropriaram de grande parte dos princípios debatidos e praticados no período de 1880 a 1884/87. (Tanuri, 1979, p.75)

A reforma da Escola Normal de São Paulo, é preciso ainda explicitar, esteve intimamente ligada ao plano de ação governamental do Partido Republicano Paulista que desde sua fundação, na Convenção de Itu em 18 de abril de 1873, defendia teses para educação que se tornaram o ideário de propaganda de seus representantes. (Reis Filho, 1981, p. 26)

Apresentado pela Comissão Permanente do Congresso Republicano em 19 de outubro de 1873 e aprovado em 1874²⁹, as bases para constituição do Estado de São Paulo apontaram os rumos pretendidos para educação.

Compete à Assembléia Geral legislar sobre a instrução primária e secundária, tendo por base os princípios de liberdade de ensino. A obrigatoriedade da instrução primária não atinge aos residentes à distância de um quilômetro dos povoados onde não haja escola gratuita ou particular.

O Estado garante a instrução primária gratuita a todos e fica estabelecida a liberdade de ensino em todos os graus. (A. Brasiliense, 1878, p. 131)

Francisco Rangel Pestana³⁰, redator do jornal *A Província de São Paulo*, ficou responsável pela redação do capítulo que tratou da educação e defendeu o posicionamento do Partido Republicano Paulista desde as eleições de 1881 até as que foram realizadas em 31 de agosto de 1889. (Reis Filho, 1981, p. 27)

²⁹ A. Brasiliense, Os Programas dos Partidos e o 2º Império, São Paulo, Tipografia de Jorge Seckler, 1878.

³⁰ Francisco Rangel Pestana nasceu em Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro em 26 de novembro de 1839, foi jornalista, político, professor, dono de escola e jurista brasileiro, formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, onde se formou em 1863. Signatário do Manifesto Republicano (1870), foi deputado da Província de São Paulo em diversas legislaturas e, Proclamada à República, assumiu a direção da província no triunvirato em que também faziam parte Prudente de Moraes e o coronel Joaquim de Sousa Mursa. Para aprofundamento da ação de Rangel Pestana na educação ver: Maria Lúcia Spedo Hilsdorf. *Francisco Rangel Pestana – Jornalista, Político, Educador*. São Paulo: FEUSP, tese de doutoramento, 1986.

Sou pela liberdade de ensino em todos os seus graus e entendo que tanto mais científico ele se torna, quanto mais livre deve ser. O ensino oficial não pode estar sujeito à influência da escola filosóficas: deve ser integral, concreto, tão completo quanto possível como recapitulação das verdades afirmada pela ciência. (A Província de São Paulo, 09/08/1889)

O *ensino livre* tinha grande importância para os defensores de um liberalismo propagador das escolas particulares, bem como a qualificação dos professores, teses ignoradas pelos conservadores católicos e defendidas pelos positivistas, liberais e cientificistas.³¹

A instrução popular passou a ser considerada parte integrante de um projeto de melhoria nacional e, portanto intimamente ligada às organizações políticas “há considerável grau de consciência política em relação ao papel do ensino.” (Reis Filho, 1981, p. 29)

Prudente de Moraes, nomeado Presidente do Estado de São Paulo pelo Presidente da República Marechal Deodoro da Fonseca, na impossibilidade de reformar todo sistema escolar paulista decidiu começar pela Escola Normal. (Tanuri, 1979, p. 84).

As decisões relativas à Escola Normal pelo governo provisório paulista foram imediatas, exigindo a adesão do corpo docente e de funcionários ao regime republicano. Esta situação provocou a saída do diretor da Escola e foi indicado, como diretor interino, o professor José Estácio de Sá e Benevides que de imediato manifestou sua filiação ao republicanismo, cargo que ocupou até a nomeação de Caetano de Campos em 1890.

No início da República novamente pode-se observar novas divergências entre o corpo docente que se colocava em lados opostos: os que se recusavam a aderir ao regime republicano e os que aderiram ao novo sistema político nacional. A adesão dos professores se fez oficialmente em sessão extraordinária da Congregação da Escola Normal, no dia dezanove de novembro de 1889, sob a direção, novamente em caráter interino, do professor José Estácio de Sá e Benevides. O diretor apresentou o ofício dirigido à

³¹ Roque Spencer Maciel de Barros, *A Ilustração Brasileira e a ideia de Universidade*, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, USP, 1959.

Congregação da Escola Normal pelo governo provisório do Estado de São Paulo que pedia a confirmação da adesão do “ilustre corpo docente e dos respectivos empregados”:

Outrossim, o Governo Provisório espera do patriotismo de todos os brasileiros residentes nesta província, com o franco pronunciamento de suas adesões à atual ordem de cousas, a leal cooperação para que seja mantida a ordem, o respeito a todos os direitos legítimos e a paz pública, em que reside o regime da liberdade plena que se acaba de inaugurar. Saúde e fraternidade Prudente de Moraes; Francisco Rangel Pestana; Joaquim de Sousa Mursa (Ata da sessão extraordinária da Escola Normal, 19 de novembro de 1889)

Em seguida as formas de adesão foram sendo apresentadas pelos membros da Congregação presentes, uma vez que estavam, na ocasião, apenas os professores da “primeira, segunda, sexta e sétima cadeiras”. No dia 21 de novembro, também em sessão extraordinária, continuou o processo de adesão:

Neste ato, o Padre mestre Camillo Passalacqua, professor da quarta cadeira da Escola, pedindo e obtendo a palavra pela ordem para uma declaração, disse que, não tendo podido comparecer à sessão última da Congregação efetuada anteontem, por estar ausente da capital, aproveitando a ocasião para, acompanhando seus ilustres colegas, declarar que dá sua adesão ao Governo Provisório, fazendo votos pela continuidade da paz, prosperidade e progresso da Pátria e concordando quanto em si estiver para que essa aspiração se realize, o que sem Duvida é por todos nós desejada. (Ata da Congregação da Escola Normal de São Paulo, 21 de novembro de 1889)

Desta forma, o corpo docente foi novamente alterado em meio às posições políticas assumidas e que, em princípio, significavam adesão às propostas de mudanças do novo governo do Estado de São Paulo.

Pelo decreto nº 27 de 12 de março de 1890, sob a orientação de Rangel Pestana, tendo como diretor Caetano de Campos, a Escola Normal foi reformada³².

As transformações ocorridas na Escola Normal de São Paulo, para adequação ao modelo republicano tiveram início durante a administração do Dr. Antônio Caetano de Campos, nomeado diretor da Escola Normal em 13 de janeiro de 1890, por Rangel Pestana. (Rodrigues, 1930, p. 191)

É preponderante o papel desempenhado por Rangel Pestana na elaboração do Decreto de 12 de março e na escolha do pessoal indicado para a Escola Normal de São Paulo. O redator do programa dos candidatos republicanos, no período da propaganda, não perdeu a oportunidade de consolidar seu pensamento na legislação do ensino normal. Tanto que estabelece, no preâmbulo do Decreto de 12 de março, os considerados indicadores da orientação que deseja imprimir em toda Reformam da Instrução Pública. (Reis Filho, 1981, p.40)

A nomeação de Caetano de Campos para ser diretor da Escola Normal foi a primeira medida de Rangel Pestana no que se refere à reforma Geral da Instrução Pública. (Rodrigues, 1930, p. 191)

Segundo Reis Filho (1981), o Dr. Antonio Caetano de Campos teve como missão reformar a Escola Normal adequando-a ao modelo republicano, e atender as expectativas de diferentes seguimentos da sociedade que enxergavam no aperfeiçoamento profissional dos professores, o caminho certo para melhoria da qualidade da instrução Pública.

A estrutura da Escola Normal, no entanto, foi pouco alterada. Efetivamente as principais modificações aconteceram nas escolas anexas que

³² Segundo Tanuri (1979, p. 84) o mentor intelectual da primeira reforma republicana do ensino normal foi Rangel Pestana, sendo Caetano de Campos apenas seu executor. Em carta dirigida a Rangel Pestana em 20 de março de 1890 ele afirmou não ter alterado o projeto inicial: “Como terá visto pela publicação do decreto, saiu ele, pode dizer-se, como você o concebeu”. Apud João Lourenço Rodrigues – *Um retrospecto: alguns subsídios para história pragmática do ensino público em São Paulo*. São Paulo: Instituto Ana Rosa, 1930, p.191-192.

a partir do Decreto³³ tornaram-se escolas-modelo, para que pudessem servir à prática de ensino dos alunos da Escola.

A importância que se atribui às escolas-modelo advinha também do fato de representarem, para os reformadores, uma espécie de miniatura do que deveria ser o ensino primário do Estado. Nelas seria prudentemente testada a reforma que pretendiam estender, tão logo fosse possível, a todo o ensino público de nível primário. (Tanuri, 1979, p. 85)

Nas escolas-modelo, conforme o Relatório do Diretor da Escola Normal em 1890,³⁴ deveriam ser introduzidos os métodos intuitivos de ensino com base em Pestalozzi, pelo qual a vida mental começa pela experiência sensorial, sendo que a criança deve desenvolver a observação, sendo esta a fonte do conhecimento, além da instrução oral, por intermédio da qual progressivamente chegar-se-ia ao conhecimento sistematizado, que conduz ao desenvolvimento mental do aluno. (Schelbauer, 2005, p.140)

Nas escolas-modelo as aulas deveriam ser regidas por *professores diretores*, que orientariam os alunos do 3º ano da Escola Normal durante a prática que era realizada. Para lecionar nesta escola foram contratadas as professoras Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, para a escola feminina, e Márcia P. Brown, para a masculina, escolhidas por Caetano de Campos principalmente pela sua formação norte-americana, condizente com as propostas de reforma e aplicação do método intuitivo. (Tanuri, 1979, p.85)

Segundo João Lourenço Rodrigues³⁵, a Escola Normal continuou funcionando em um sobrado, na Rua da Boa Morte nº 39, um prolongamento da Rua do Carmo, na Ladeira Tabatinguera, embora já se anunciasse a construção de um novo prédio para a Escola Normal.

³³ Decreto nº 27, de 12 de março de 1890, *Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo*, tomo I, 2ª Ed., Imp. Oficial do estado de São Paulo.

³⁴ Relatório do diretor da Escola Normal de São Paulo em 1890. In: João Lourenço Rodrigues - do ensino Um Retrospecto: *Alguns subsídios para a história pragmática público em São Paulo*. São Paulo: Instituto Ana Rosa, 1930

³⁵ João Lourenço Rodrigues, op. cit., p. 116

O curso permanecia com a duração de três anos e os requisitos para o ingresso permaneceram semelhantes àqueles consagrados pelo período imperial:

Para ser admitido à matrícula no 1º ano de Escola Normal provará o pretendente perante o Diretor: 1º - ser maior de 15 anos de idade, se for mulher e de 17 anos, se for homem. 2º - ter sido aprovado em rudimentos de Português, Francês, Aritmética, Geografia e Caligrafia, em exames prestados na Escola Normal, nos liceus de instrução pública que se criarem no Estado, ou nos cursos superiores da República. (Decreto de 12 de março de 1890, art. 8º.)

Na organização curricular do curso normal foram incluídas as disciplinas: Álgebra e escrituração Mercantil, Biologia, Educação Cívica e Economia Política, Música, Educação Física. E deixaram de compor o plano de estudos, Língua Francesa e Educação Religiosa.

Para ministrar as novas disciplinas foram contratados os professores Dr. Luís de Toledo Piza e Almeida – Economia Política e Educação Cívica; Manoel C. Buarque – Organização e Direção das Escolas; João Vieira de Almeida – Português – 1ª cadeira; Aritmética, Álgebra, Geometria e Escrituração Mercantil – 2ª cadeira – Dr. Godofredo José Furtado; Geografia, Cosmografia e História do Brasil – 3ª cadeira – Dr. Luís Correia Galvão; e para Biologia – Dr. Antônio Caetano de Campos, que acumulava o cargo de professor com o de diretor da Escola Normal. Permaneceram os professores: Dr. Carlos Reis – Português – ; Joaquim J. de Azevedo Soares – Aritmética e Geometria ; Dr. José Estácio Corrêa de Sá e Benevides – Geografia e História ; José Eduardo de M. Soares – Física e Química; Dr. Tomás Ribeiro de Lima – Desenho e Caligrafia, e D. Felicidade P. de Macedo, lente desta mesma cadeira que anteriormente à Reforma havia sido dividida em duas seções.³⁶

A distribuição das cadeiras pelos anos do curso, segundo o Decreto de nº 27 de 12 de março de 1890 em seu artigo 6º, ocorreu da seguinte maneira: 1º ano – Português, Aritmética, Geografia e Cosmografia, Exercícios militares,

³⁶ Caetano de Campos, relatório, op. cit.

Caligrafia e Desenho; 2º ano – Português, Álgebra e Escrituração Mercantil, Geometria, Física e Química, Ginástica, Música, Desenho; 3º ano – História do Brasil, Biologia, Educação Cívica e Economia política, Organização das escolas e sua Direção, Exercícios Práticos. No curso para o sexo feminino, no 1º ano acrescerá – Prendas e Exercícios Escolares, em substituição aos militares; no 2º acrescentou-se Economia Doméstica e Prendas, e será dispensado o estudo de Álgebra e Escrituração Mercantil.

O número de cadeiras passou de oito para dez, incluíram-se as chamadas *aulas* num total de seis (Caligrafia, Desenho, Ginástica, Economia e Prendas Domésticas), diferença presente devido ausência de concurso para contratação dos professores que ingressaram na escola após a reforma de 1890. (Tanuri, 1979, p. 88) Nesta composição a Escola Normal de São Paulo passou a contar com dezesseis professores.

A disciplina *Pedagogia e Metodologia*, única responsável pela formação pedagógica dos alunos, consagrada durante o período imperial deixou de existir, em seu lugar entrou *Organização e Direção das Escolas*. Segundo Tanuri (1979) a exclusão da disciplina pode representar a importância que foi dada ao preparo prático na própria instituição e a criação desta nova disciplina uma preocupação em torno da organização das escolas-modelo. (Tanuri, 1979, p. 88)

Reis Filho (1981) interpretou que a supressão da disciplina *Pedagogia e Metodologia* evidenciou as expectativas de Caetano de Campos quanto ao grupo de professores reunidos em torno da Escola Normal, pois concebia a idéia de que esses professores reuniam os conhecimentos necessários para os novos procedimentos pedagógicos que vigoravam no período e poderiam difundir sua influência por todas as escolas de ensino público, por intermédio dos alunos da Escola Normal, mesmo sem uma matéria específica para esta finalidade. (Reis Filho, 1981, p. 68)

O sistema de coeducação, presente desde 1880 foi abolido com o Decreto de 12 de março de 1890, e para os alunos do sexo feminino passou a ser instituída uma formação diferenciada. A disciplina de Álgebra e Escrituração Mercantil não compunha o currículo para o curso feminino da

Escola Normal, no qual foi incluída a disciplina de Economia Doméstica e Prendas.³⁷

Em contrapartida, o número de matrículas de alunos do sexo feminino pela primeira vez superou o masculino, segundo *Relatório* de 1891 enviado por Caetano de Campos ao Governador do Estado e apresentado a seguir:

Quadro 7: Matrículas em 1890

Etapa	Seção Masculina	Seção Feminina
1º ano	20	41
2º ano	37	29
3º ano	27	37
Total	84	107

Fonte: Caetano de Campos, *Relatório do Diretor da Escola Normal ao Governador do Estado*, 1891, Arquivo do Estado.

O professor de Biologia e Diretor da Escola Normal de São Paulo, Dr. Antônio Caetano de Campos, morreu repentinamente em setembro de 1891, sendo que sua reforma teve curta duração.

Neste mesmo ano, em 22 de setembro, foi apresentado um projeto de lei pelo deputado Artur Breves, por intermédio do qual se baseou a Lei nº 88 de 8 de agosto de 1892, que estabeleceu a organização sistemática de todo o aparelho escolar de nível primário, secundário e Normal, reformando novamente a Instrução Pública no Estado de São Paulo. (Tanuri, 1979, p. 90)

³⁷ Para aprofundamento da condição da educação das mulheres neste momento ver: Maria de Lourdes Mariotto Haidar – *O ensino secundário no Império Brasileiro*.

Capítulo 2 - O Ensino de História na Escola Normal de São Paulo: o professor José Estácio Corrêa de Sá e Benevides e a constituição dos programas curriculares

Os conflitos da Escola Normal de São Paulo, conforme apresentado no capítulo anterior, foram diversos no que se referiu à organização curricular, destacando a seleção das “cadeiras” com seus “tempos escolares” organizados em aulas ministradas de segunda feira a sábado que envolvia a seleção dos conteúdos e várias questões de natureza metodológica para a efetivação de práticas escolares. As divergências na constituição curricular ocorriam no momento em que os debates colocavam em confronto os projetos curriculares humanísticos e os de caráter científico (Chervel, 1990). As disputas colocavam professores em posições diferenciadas, resultando nas mudanças do corpo docente entre os anos de 1886 a 1888, incluindo nesse processo a fase iniciada com a nova política republicana a partir do final de 1889.

No ano inicial da República novamente pode-se observar novas divergências entre o corpo docente, como visto no capítulo anterior, colocando-se em lados opostos os que se recusavam a aderir ao regime republicano e os que compartilhavam das propostas do novo sistema político.

Os programas curriculares foram, assim, elaborados em meio a conflitos entre as posições diversas, tanto de caráter político quanto epistemológicas, do corpo docente, conforme se pode observar pelas atas da Congregação dos professores da Escola Normal. A interferência direta do poder político da província e, depois estado de São Paulo sempre foi acentuada, com forte controle sobre os diretores e suas formas de atuação junto ao corpo docente.

Nesse contexto é que analisamos o Programa de História, entendendo a importância das propostas conforme conceituação de Ivor Goodson (1995) sobre o que se denomina de currículo pré-ativo.

As concepções em torno do currículo pré-ativo, segundo Goodson possibilitam o entendimento dos interesses existentes em suas prescrições, permitindo o entendimento sobre os valores e objetivos defendidos na escolarização, bem como permite estabelecer parâmetros para análises das práticas e negociações na sala de aula e no processo educativo:

O currículo escrito não passa de um testemunho visível, público e sujeito as mudanças, uma lógica que se escolhe para, mediante sua retórica, legitimar uma escolarização. Como tal, o currículo escrito promulga e justifica determinadas intenções básicas de escolarização, à medida que vão sendo operacionalizadas em estruturas e instituições. Tomemos esta convenção comum, que é a matéria escolar, num currículo pré-ativo: enquanto o currículo escrito estabelece a lógica e a retórica da matéria, o que aparece é apenas o aspecto mais tangível, abrangendo padronização de recursos, meios financeiros, exames, iniciativas correlatas e interesses de carreira. Nesta simbiose, é como se o currículo escrito oferecesse um roteiro para a retórica legitimadora da escolarização, à medida que esta mesma retórica fosse promovida através de padrões para alocação de recursos, atribuição de status e classificação profissional. Em síntese, o currículo escrito nos proporciona um testemunho, uma fonte documental, um mapa do terreno sujeito a modificações; constitui também um dos melhores roteiros oficiais para a estrutura institucionalizada da escolarização.(Goodson, 1995, p. 21)

Ao destacarmos a importância da forma pré-ativa do currículo, o objetivo é apreender o processo de construção da disciplina dentro de uma abordagem mais histórica e social da ação e dinâmica e que se compõe de forma progressiva e que envolve uma série de outras áreas do conhecimento escolar e níveis por intermédio dos quais ele é produzido, negociado e reproduzido.

Geralmente o currículo pré-ativo é produzido sem a presença direta de professores que atuarão nas salas de aula, mas este não foi o caso da História escolar na Escola Normal de São Paulo nesse período.

O currículo pré-ativo, expresso nos programas curriculares dos anos de 1880 a 1890 para a cadeira de História, foi elaborado pelo professor José Estácio Correa de Sá e Benevides, sendo ele mesmo o encarregado de transformá-lo em currículo interativo. Trata-se de um caso pouco usual ou mesmo inédito nas disputas para a constituição de uma disciplina escolar em seu sentido prescritivo, considerando ainda o problema de distribuição e criação de novas disciplinas para uma situação de inovação escolar, como foi o

caso da Escola Normal no período. Assim, a Escola Normal, por ter o objetivo de formar professores não era ou não deveria ser uma escola com base no modelo de escola secundária com caráter propedêutico, mas sim deveria ser uma instituição de formação profissional.

No capítulo anterior foi possível identificar que os programas curriculares introduziram cadeiras na formação de professores e também era proposto currículo para as escolas anexas de nível elementar que serviam para a prática dos professores. Considerando tais especificidades dos programas curriculares da Escola Normal, como foi, então, proposto o ensino de História? Como se articularam com os programas das escolas secundárias e das escolas elementares?

2.1. Consolidação da História como disciplina escolar

O ensino de História foi se construindo ao longo do século XIX e integrou o conjunto de disciplinas fundamentais no processo de escolarização brasileira em todos os níveis, conforme vários estudos realizados.

O ensino de História sempre esteve presente nas escolas elementares ou escolas primárias brasileiras, variando, no entanto, de importância no período que vai do século XIX ao atual. Inicialmente foi objeto de poucos estudos nas escolas encarregadas de alfabetizar, mas, à medida que se organizava e se ampliava esse nível de escolarização, a partir da década de 70 do século XIX, sua importância foi ampliada como conteúdo encarregado de veicular uma história nacional e como instrumento pedagógico significativo na constituição de identidade nacional. (Bittencourt, 2009, p. 60)

No Brasil a consolidação da disciplina de História para o nível secundário nos remete à primeira metade do século XIX, relacionada à independência política e a preocupação das elites em realizar pela educação a “construção” de uma nação.

Na experiência histórica brasileira a exigência de se construir simbólica e objetivamente a nação foi particularmente fundamental em dois importantes momentos da história brasileira daquele século: o período que se seguiu à nossa autonomia política, com a necessidade de definir o nascente Estado brasileiro e, no final do século, numa conjuntura marcada pela transição da ordem monárquica para republicana, quando se constitui um novo desafio a questão da nação brasileira. (Gasparello, 2004, p. 17).

Os primeiros registros sobre a História como saber escolar surgiram nas propostas educacionais pela Assembléia dos Deputados em 1827, e previa a criação de uma escola especial de nível médio, o Colégio de Belas Artes. Naquele momento o ensino de História se apresentou dividido em três, *História Geral Profana, História Sagrada e História do Império do Brasil*. Contudo, foi apenas em 1837 que o estudo da História se tornou obrigatório no Colégio Pedro II, iniciando sua trajetória curricular na primeira escola pública de nível secundário do país. (Bittencourt, 2008, p.100).

Para as escolas elementares, ou de primeiras letras, pelo decreto de 15 de outubro de 1827, primeira lei sobre a instrução nacional do Império do Brasil, a História foi apresentada no artigo 6^o :

Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil. (Xavier, 1980, p. 45).

Para o ensino nas escolas elementares foi previsto o *Método mútuo* conforme afirmam vários autores sobre o período (Faria Filho, 1999; Bastos, 1999), mas pouco se conhece sobre a efetivação desse método para o ensino de História.

Os estudos de Bittencourt (2003, 2008) e Gasparello (2004), centralizam suas análises no ensino de História, principalmente no momento de institucionalização e legitimação da História como disciplina escolar, ou seja, percorrem o século XIX e início do século XX mostrando o percurso do ensino de História em diferentes espaços.

A História escolar para Bittencourt (1993), entre os anos de 1855 a 1901, para o secundário do Colégio Pedro II, caracterizou-se por estar

inserida no currículo de humanidades moldado para a formação das classes dirigentes do país, (e) tinha como objetivo auxiliar a compor uma casta de privilegiados brasileiros, inculcando-lhes os padrões culturais do mundo ocidental cristão, fazendo com que se identificassem com o mundo exterior civilizado” (Bittencourt, 2008, p. 105).

Na caracterização do currículo de História adverte:

Acredito, contudo, que seria anacrônico pensar na configuração de um currículo baseado em disciplinas de caráter “científico” antes do final do século XIX, principalmente em um país agrário e escravagista”. “[...] As propostas de mudanças curriculares visando a uma formação de caráter mais “científico” só ocorreram no final do século XIX, quando, efetivamente, iniciava-se o processo de industrialização em uma sociedade que se urbanizava (Bittencourt, 2008, p. 106).

Para o ensino de História nas escolas elementares, mostra que esteve presente de forma optativa, sendo considerado pelas autoridades como facultativa ao ensino elementar. Nos programas curriculares a História nacional apareceu ao lado da História Sagrada, depois de 1855, e geralmente foi um conteúdo integrante de “educação moral e religiosa” (Bittencourt, 2008, p. 107). E, afirma que as disciplinas históricas foram estabelecidas nas Escolas Normais a partir de 1870, embora a construção curricular nessas escolas

sempre tenha encontrado dificuldades para realizar uma integração com a prática docente e mesmo se relacionado aos estudos pedagógicos, mantendo as separações entre História Universal e a Sagrada, além da História do Brasil. (Bittencourt, 2008, p.112).

Gasparello (2004) analisa a institucionalização da disciplina de História do Brasil ao longo do século XIX e início do século XX. Seu estudo sobre o ensino de História foi feito no Colégio Pedro II, instituição que tem sua história ligada à construção do ensino secundário no Brasil e a institucionalização do ensino de História, serviu como modelo para outras escolas secundárias do país no século XIX e primeiras décadas do século XX. Neste trabalho a autora mostra como a institucionalização da disciplina de História contribuiu ao longo do século XIX para ajudar a moldar um paradigma de concepção humanista clássica de cultura, para formar uma *identidade nacional*.

Pela análise das produções didáticas para a história nacional, Gasparello destaca basicamente três momentos: no primeiro período (década de 1840) o ensino de História do Brasil inicia sua trajetória como disciplina instituída, na qual a autora destaca o caráter nacionalista e patriótico nas produções; o segundo (a partir dos anos de 1850) é considerado como *clássico* para a historiografia didática, neste momento foram construídos os paradigmas da nacionalidade voltados para formação da elite brasileira e, o último período abordado pela autora é marcado pela renovação nas produções didáticas para o ensino de história e se configura como o “nascimento da nação republicana nos livros didáticos”.

Pelos estudos sobre a história da disciplina pode-se perceber a importância de se utilizar dos documentos curriculares oficiais e os livros didáticos para se compreender estes momentos iniciais da disciplina em diferentes instituições educacionais. Trata-se de fontes que possibilitam situar os sujeitos envolvidos na constituição da disciplina, sendo que a maioria dos livros Didáticos de História foram produzidos pelos professores das principais instituições modelares, assim como eram eles responsáveis pela organização dos currículos pré-ativos cujo conteúdo estava expresso nas obras “aprovadas” para o ensino da disciplina.

2.2. Os programas de História da Escola Normal de São Paulo

A História fez parte das matérias ensinadas na Escola Normal de São Paulo a partir da sua segunda instalação em 1875. O curso, com duração de dois anos, foi dividido em duas cadeiras, cada qual sob a responsabilidade de um professor. Neste momento a História compunha a segunda cadeira, destinada aos alunos do segundo ano, com a nomenclatura *Elementos de Cosmografia e Geografia, especialmente do Brasil; noções de História Sagrada e Universal especialmente do Brasil*. (Quadro 2)

A História, neste período, era ministrada pelo professor Dr. Américo Ferreira de Abreu que, além de ensinar a História Sagrada, a História Universal e História do Brasil, deveria lecionar também os conteúdos de Geografia, construindo a identidade da disciplina escolar História também a partir da integração à Geografia, que também pertencia à mesma cadeira.

Em 5 de janeiro de 1877 foi aprovado um novo Regulamento para a Escola Normal de São Paulo, no qual o currículo sofreu algumas alterações. As 1ª e 2ª cadeiras foram desmembradas e foram distribuídas da seguinte maneira:

1ª cadeira – Língua Nacional e Aritmética (1º ano);

2ª cadeira – Francês, Metódica e Pedagogia Teórica e Prática (1º ano);

3ª cadeira – Cosmografia e Geografia (2º ano);

4ª cadeira – História Pátria, História Universal, História Sagrada e Noções Gerais de Lógica (2º ano). (ver Quadro 3)

As mudanças de organização no plano de estudos alteraram pouco a distribuição das aulas. Geografia e História aparecem em cadeiras distintas 3ª e 4ª respectivamente, mas estas cadeiras permaneceram de responsabilidade do professor Américo Ferreira de Abreu, e eram destinadas aos alunos do 2º ano. Neste currículo Noções Gerais de Lógica passaram a fazer parte do conteúdo a ser ensinado na 4ª cadeira junto com História Sagrada, Universal e História pátria.

Pelos Currículos percebe-se que História Universal e História do Brasil tiveram que coexistir com História Sagrada por alguns anos, até a Reforma da

Instrução Pública de 1887 que alterou a organização curricular da Escola Normal.

A disputa entre uma história profana ou civil e uma história sagrada caracterizou esse momento nas diferentes organizações curriculares. O ensino de História proposto com base nos programas escolares sofreu mutações, e foi objeto de disputas entre diferentes setores das classes dominantes, no âmbito do conhecimento histórico, havendo um embate entre o predomínio de uma História Sagrada em contraposição a uma História laica, influenciada por métodos científicistas e positivistas, revela essa característica. A reforma Leôncio de Carvalho de 1879, que em certa medida influenciou o novo currículo da Escola Normal de São Paulo, decorreu desse embate, sendo que entre outras modificações da reforma do ministro do Partido Liberal, estabeleceu-se a liberdade de crença na educação dos alunos de todos os níveis de ensino³⁸.

Apesar de algumas mudanças mais inovadoras no novo currículo da Escola Normal de São Paulo na sua nova fase após 1880, o conservadorismo educacional é perceptível pela inclusão do ensino de Doutrina Cristã conforme estabeleceu o Regulamento expedido em 30 de junho de 1880, justamente para a 4ª cadeira – *Pedagogia e Metodologia: compreendendo exercícios de intuição; Doutrina Cristã*. Esta cadeira responsável por ensinar aos alunos como ser professor, manteve o ensino da Religião atrelado à formação pedagógica dos alunos, permanecendo no currículo da Escola Normal de São Paulo durante toda a década de 1880.

O embate entre História Sagrada e História civil ou profana, representou uma forma de legitimar os agentes históricos do poder instituído, colocando a Igreja como parceira inseparável das classes dominantes (Bittencourt, 2008, p. 103 e 1993, p.193-221)

O programa de ensino da disciplina de História elaborado pelo lente José Estácio Correa de Sá e Benevides, no começo de 1880 ao ser nomeado e foi, provavelmente, baseado no currículo construído anteriormente pelo dr.

³⁸ Decreto nº 7.247 de 1879 “reforma o Ensino Primário e Secundário do Município da Corte e o Superior em todo o Império”.

Américo Ferreira de Abreu, em 1877. Também foi este programa usado até as mudanças de 1887, pois segundo o Regulamento da Escola Normal, o ensino deveria ser regulado por programas elaborados pelos professores e aprovados pela Congregação da Escola. É importante destacar que o professor Sá e Benevides foi responsável pelas aulas de História da Escola Normal de São Paulo de 1880 a 1914 e, portanto tanto no período final da monarquia quanto nas décadas iniciais em que ocorreram as famosas reformas educacionais republicanas da Escola Normal, sua proposta de ensino de História foi a dominante. Considerando sua permanência como professor, cargo que ocupou até seu falecimento, em 1914, percebe-se que suas concepções sobre História assim como as políticas, foram se transformando, inclusive, aceitando e aderindo ao regime republicano, contrariamente a seu pai que acabou por ter um jubileamento compulsório como professor da Faculdade de Direito de São Paulo pelo governo republicano provisório, em 1890, pelas suas convicções conservadoras, mantendo-se monarquista e ultramontano. (Freitas, 2006, p. 141).

A biografia de José Estácio de Sá e Benevides demonstra que teve uma formação dentro dos padrões das elites da época e que, segundo Freitas e Monarcha, foi bastante conservadora. Filho do Dr. José Maria Corrêa de Sá e Benevides e d. Emília Dabney Brotero de Sá, nasceu na cidade do Rio de Janeiro, a 31 de julho de 1856, mas teve sua formação escolar em São Paulo, cidade em que seu pai se tornou professor da Academia de Direito. José Estácio de Sá e Benevides estudou na Escola Normal de São Paulo no período de sua segunda fundação, tendo sido, portanto aluno do Dr. Américo Ferreira de Abreu. Também cursou a Academia de Direito de São Paulo, formando-se em Ciências Jurídicas e Sociais em 1879, fase em que possuía forte influência do pai. Desde cedo se revelou um estudante muito aplicado e, em 1872 como aluno normalista, já colaborava com o jornal *Vinte e Dois de Maio*, e em 1874, participou do jornal *A Ordem*, ambos dirigidos pelo seu pai. Também se destacou como aluno da Academia de Direito, sendo escolhido como examinador das turmas de 1º ano da academia em 1880, por ocasião dos exames finais. Foram, possivelmente essas qualidades de aluno dedicado, que favoreceram sua nomeação como professor da Escola Normal. José Estácio

de Sá e Benevides tomou posse do cargo de professor de História e Geografia em 2 de agosto de 1880, com apenas vinte e dois anos de idade.

Pela pesquisa *A História Universal de José Estácio Correia de Sá e Benevides* de Itamar Freitas (2006), este por ser filho do professor da Faculdade de Direito, José Maria Correa de Sá e Benevides, foi seguidor dos mesmos princípios conservadores do pensamento católico ultramontano do pai:

A trajetória inicial de José Estácio assemelha-se à do pai José Maria. Estudou na Faculdade de Direito entre 1875 e 1879, tendo o genitor, provavelmente, como professor e modelo. Em 1872 e 1874, atuava nos jornais *Vinte e dois de Maio* e *A Ordem*, ambos dirigidos pelo pai, José Maria. O último periódico, *A Ordem*, foi ativo defensor dos bispos do Pará e de Olinda na conhecida questão que envolveu a Igreja Católica e a Maçonaria brasileira. (cf. Melo, 1954, p. 94; Freitas, 1915, p. 532, 554-555; Dias, 2002, p. 109-131, apud. Freitas, 2006, p. 142).

Mas, como foi apresentado no capítulo anterior, o professor José Estácio Benevides, acumulando o cargo de professor, foi diretor interino da Escola Normal de São Paulo logo após a saída do prof. Paulo Bourroul, entre 1884 e 1887, momento em que Escola se encontrava em meio a debates intensos sobre propagação das ideias abolicionistas, republicanas e positivistas. Diferentemente do que Freitas (2006) e Monarcha (1999) afirmam, Benevides, como diretor da escola Normal, tentou promover e conciliar as propostas dos seus colegas positivistas, demonstrando aproximações com suas propostas e, provavelmente por estas posições conciliatórias acabou sendo substituído na direção da escola pelo cônego Manoel Vicente da Silva em 1887, em plena crise da Escola Normal.

A formação de José Estácio, de qualquer forma, era bastante sólida, conforme atesta seu percurso profissional e foi sempre considerado um profissional idôneo, com uma personalidade capaz de administrar conflitos, condição que explica ter sido, por vários momentos nomeado para diretor interino da Escola Normal de São Paulo nas fases mais conturbadas da década de 1880 e mesmo depois, no período republicano, após a morte de Caetano de

Campos. Foi professor de História da Escola Normal até sua morte, em 1914 e “ministrou aula de história do comércio e da indústria, disciplina vinculada à cadeira de história geral do curso superior da Escola do Comércio”. (cf. Paula e Silva et al, 1909).

Para a Escola Normal escreveu obras de História da Civilização e do Brasil, obras que atestam seus estudos na área e por intermédio das quais podemos identificar suas concepções historiográficas que se vinculam, evidentemente, à organização curricular elaborada para esse nível de ensino.

O programa de 1888³⁹ de ensino de História era ministrado para o 3º ano do curso. As aulas para a 3ª cadeira – História e Geografia foram distribuídas em cinco dias da semana (segundas, terças, quartas, sextas e sábados), e estas aulas tinham duração de uma hora, e aconteciam das 10 às 11 horas da manhã, na sala 01. Segundo análise de *Tabela dos dias e horários das aulas do curso normal*, de 1889⁴⁰, História e Geografia estavam separadas, e do total das cinco aulas destinadas à 3ª cadeira, três (às terças, sextas e sábados) eram destinadas à História.

Os conteúdos históricos foram divididos em História do Brasil, História Sagrada e História Universal. A organização deste programa foi dividido por pontos de estudo, que indicavam o conteúdo a ser ensinado.

Na distribuição dos conteúdos estabelecidos para a disciplina de História, a parte que trata da História do Brasil foi a que apresentou a maior quantidade de tópicos, vinte e cinco pontos deveriam ser abordados, sendo que História Sagrada e História Universal contavam com quatorze tópicos a serem estudados cada uma. Esta distribuição revela, sem levar em consideração a complexidade de cada ponto de ensino, que houve nesse período um predomínio do ensino de História do Brasil, demonstrando que seus conteúdos eram considerados mais importantes do que os de História Universal. Fica evidenciado também que apesar de História Sagrada contar com um número menor de pontos do que a História do Brasil ela ocupava lugar de destaque nos planos de estudos da Escola Normal de São Paulo, pois se

³⁹ O Programa de História da Escola Normal de São Paulo foi encontrado na série manuscritos do Arquivo do Estado de São Paulo sobre a Escola Normal, Lata 3TI, número de ordem 5131.

⁴⁰ Série Manuscritos do Arquivo do Estado de São Paulo sobre a Escola Normal, Lata 3TI, número de ordem 5131.

colocava em igualdade de importância com a História Universal apresentando a mesma quantidade de tópicos a serem ensinados.

Pode-se notar, igualmente, diferenciações em relação aos programas curriculares propostos pelo Colégio Pedro II, no mesmo período. Pelo Plano de Estudos do Colégio Pedro II do ano de 1882, a História estava distribuída no 5º, 6º e 7º ano, sendo História Geral –Antiga e Media (5º ano) História Geral-Moderna (6º ano) e História e Corografia do Brasil (7º ano). Importante destacar que poucos alunos do Colégio Pedro II chegavam ao final do curso e assim, poucos teriam aulas de História do Brasil, situação bastante diversa da proposta da Escola Normal de São Paulo. As aproximações quanto à organização curricular também ocorriam quanto à configuração de um curso seriado, com horários determinados, mas, para a Escola Normal pode-se perceber a importância da presença dos alunos nas aulas, dentro de horários determinados com precisão para que houvesse “um bom andamento da escola:

Ao primeiro dia do mês de março de mil e novecentos e noventa e sete, nesta Imperial cidade de S. Paulo, no edifício da Escola Normal, na sala da Congregação... em sessão extraordinária, a fim de tratar de assunto relativo ao bom andamento da escola, pelo mesmo Sr. Diretor, foi apresentado o seguinte horário que deve vigorar no presente ano:

1º ano	Horário
Aritmética 2ª, 4ª e 6ª	das 8:45 às 9:45
(...)	
3º ano	
Geografia 2ª, 3ª, 4ª, 6ª e sábados	das 10 às 11 – sala n.1
(...)	

Que aprovassem o motivo alegado em suas petições os alunos Alfredo Bellegarde, Francisco Américo Pereira, Pedro Thomas de Oliveira, Américo Marcondes Machado, Maria Rosa Duarte e Isabel de Toledo a fim de poderem justificar as faltas.

(Ata da Congregação da Escola Normal de São Paulo, 1/03/1887)

Pelas Atas da Congregação também se pode acompanhar um outro tema bastante significativo na organização curricular: a aprovação dos compêndios. Os compêndios escolares, no século XIX, segundo Bittencourt (2008) eram fundamentais para a organização curricular:

Programas curriculares e livros didáticos foram sendo produzidos concomitantemente, um auxiliando o outro na elaboração dos conteúdos das diversas disciplinas a serem transmitidos pela educação formal. Os programas de ensino passaram a preceder a elaboração dos compêndios somente no século XX, com a consolidação das disciplinas escolares. (Bittencourt, 2008, p.97)

Para a elaboração do programa curricular de História o professor Benevides, se valeu dos livros didáticos disponíveis, sendo que os que eram adotados deveriam ser aprovados pela Congregação, situação nem sempre tranquila para os professores que discordavam das decisões do conjunto de professores. No caso de História, para o ano de 1887, a Congregação aprovou a adoção dos compêndios de Constantino (apud) para Geografia Geral e Moreira Pinto para Geografia do Brasil; Consiglieri Pedrozo para História Universal⁴¹, sem haver, no entanto, nesse período, indicação de obra para História do Brasil e para a História Sagrada.

2.3. O programa de História Universal da Escola Normal de São Paulo

O Programa de História Universal da Escola Normal de São Paulo produzido pelo Professor José Estácio Correa de Sá e Benevides foi proposto para ser ensinado aos alunos do 3º ano do curso de formação de professores

⁴¹ Este autor Consiglieri Pedroso (1851- 1910), foi um político, historiador, etnógrafo, ensaísta, escritor, professor e diretor do Curso Superior de Letras de Portugal, foi militante republicano, foi deputado às Cortes da Monarquia, eleito pelo círculo eleitoral de Lisboa, foi um dos introdutores da antropologia em Portugal, estudando os mitos, tradições e superstições populares, atividades em que era um típico letrado do último quartel do século XIX, profundamente imbuído de valores humanistas e revelando-se um ensaísta brilhante. Sua obra de História Universal diferia assim das obras mais utilizadas no Brasil.

para as escolas elementares. Conforme apresentado anteriormente, dividia espaço com História do Brasil e História Sagrada, ocupando papel de menor destaque quando comparado a História do Brasil, pois apresentava menos tópicos de conteúdos expressos e que deveriam ser ensinados nas aulas.

Do total de 53 tópicos, nos quais cada um apresenta um tema da História que deve ser ensinado nas aulas, História Universal representou apenas 14 temas o que significa dizer que seus conteúdos foram bastante simplificados quando comparados aos programas do secundário do Colégio D. Pedro II, neste o ensino de História Universal ocupa papel de destaque contando com 73 temas a serem tratados nas aulas.

Nos tópicos de conteúdos do Programa de História Universal de 1888 constava a seguinte sequência de matéria:

1. *Objeto da História: seus métodos e divisões; fontes históricas.*
2. *Elementos modificadores da História. Antiguidade do Homem.*
3. *Egito: história política e Civilização do Egito.*
4. *Assíria e Babilônia. Fenícia: Civilização.*
5. *Israel, Ária e Pérsia. China: Civilização*
6. *Grécia: Política e Civilização*
7. *Roma: história política de Roma. Cartago. Fim do Império do Ocidente.*
8. *História política. Idade Média: Fatos principais.*
9. *História Moderna: Fatos principais, Civilização.*
10. *História Contemporânea: Revolução e reações políticas.*
11. *Constituição de novas nações.*
12. *Unificação de nacionalidades.*
13. *Civilização da Idade Contemporânea.*
14. *Quadro cronológico da História Universal.*

Pelo programa apresentado, uma concepção de História Universal estava se transformando, uma vez que os pressupostos dessa História, cujo princípio se conciliava com os da Igreja Católica, se transformavam em uma História da Civilização que se constituía por intermédio de intelectuais franceses, em especial, Charles Seignobos (*Histoire de la Civilisation*). Mas

Benevides era também leitor de Max Weber (autor de História Universal que chegou a ser adotado no colégio Pedro II por João Ribeiro, conforme programa de 1892), autores que também estavam empenhados em compreender a sociedade considerada civilizada, conceito que então passava a ser fundamental para a compreensão das sociedades. Para o programa da Escola Normal de São Paulo ao final do século XIX a influência maior, no entanto, estava vinculada aos princípios da obra de Victor Duruy (também presente nos programas do Pedro II nesse período) cuja maior inovação foi a de introduzir o conceito de história contemporânea, iniciada pela Revolução Francesa.

A bibliografia de referência apresentada em seu livro *escolar* Lições da História da Civilização, cuja 1ª edição foi de 1903, deve ter sido praticamente a mesma para a confecção da proposta curricular da década de 1880 assim, como a base para a organização de suas aulas. Assim, é possível identificar uma proposta que visava conciliar uma história de caráter mais científica (incluindo uma parte sobre a história concebida como *sciencia*) com “leis, segurança nos métodos, certeza dos resultados, e até o próprio desinteresse” (Benevides, 1903, p.3) a uma história cuja civilização, com base na organização das nações cuja “ligação” se fará “pela restauração do reino social de Cristo.” (Benevides, *idem*, p. 238).

Esta tendência em conciliar uma história de caráter científico sem perder a gênese de uma moral católica parece ser a tônica do professor Benevides. Dentre o círculo que frequentava, ou que se relacionava na vida profissional, estava o influente cônego Valois de Castro, professor de história do curso anexo à faculdade de Direito e posteriormente também professor do Ginásio São Paulo e que, de maneira aparentemente contraditória teve grande prestígio na vida educacional republicana de São Paulo, mesmo sendo um padre, defensor de uma formação moral católica no sistema educacional. Benevides parece se encaixar essa tendência um republicano católico, e daí a presença, sem grandes conflitos, de uma História Sagrada como integrante do programa para a formação dos futuros professores das escolas elementares.

Os conteúdos propostos para História Sagrada no Programa da Escola Normal de São Paulo em 1888 seguem a seguinte sequência:

1. *Provas doutrinárias da verdade científica dos livros santos.*

2. *Criação do mundo: Cosmogomia da bíblia e das ciências.*
3. *Dilúvio : Noé, dispersão dos homens.*
4. *Terceira época: Abraão, Issac e Jacó.*
5. *História de José, de Moises.*
6. *Governo dos juízes.*
7. *Reinado de Saul, de David, de Salomão.*
8. *As 10 tribos. Reinos de Israel e de Judá. .*
9. *Os profetas Elias, Eliseu e Jonas. História de Tobias e Judite.*
10. *Os judeus cativos em Babilônia. História de Ester.*
11. *Últimos acontecimentos que precederam a vinda do Messias.*
12. *Nascimento do Messias sua Infância.*
13. *Vida pública de Jesus.*
14. *História dos apóstolos. Conclusão.*

2.4. Os programas de História do Brasil da Escola Normal de São Paulo

A disciplina de História do Brasil foi constituída em meio a disputas entre diferentes grupos sociais e seus interesses ao longo do século XIX. Seus conteúdos foram selecionados objetivando a construção de uma história nacional. Como não possuía modelos estrangeiros, foi alvo de disputas dos grupos no poder, que procuravam institucionalizar uma História que lhes dessem legitimidade (Bittencourt, 1990, p. 83).

O programa de História do Brasil produzido pelo professor José Estácio Correa de Sá e Benevides para ser ensinado aos alunos do 3º ano da Escola Normal não apresenta algumas diferenças daqueles adotados para as escolas secundárias do país, nas quais o modelo foi o Colégio Pedro II. Percebe-se uma simplificação de conteúdos e o desaparecimento da exaltação de grandes heróis. Seus conteúdos, no entanto, são privilegiados em relação à História Sagrada e à História Universal.

Os alunos da Escola Normal deveriam aprender vinte e cinco tópicos, sendo que o curso iniciava com *As viagens e Descobrimentos Marítimos dos portugueses*, dando destaque à importância dos navegadores Cristovão Colombo e Vasco da Gama. O segundo tópico aborda o *Descobrimento do Brasil e seus primeiros exploradores*. O terceiro se dirige aos *povos indígenas*,

e segundo o que estava prescrito no programa contemplava a *Etnografia, língua, período de civilização, tabas, usos e costumes, religião, forma de governo e guerras*.

No quarto tópico *O sistema de colonização, Capitânicas Hereditárias*, não foi evidenciado no programa, como em várias obras da época, a participação de *D. João III*, retirando o protagonismo de seus feitos. *D. João III* em obras escolares consagradas da época, como o caso de *Lições de História do Brasil* de Joaquim Manoel de Macedo, obra esta adotada no Colégio Pedro II, consagrava em vários capítulos os feitos do rei português, tanto para o estabelecimento das capitânicas hereditárias, como no estabelecimento do governo-geral do Brasil em 1549:

(...) *D. João III* criou, em 7 de janeiro de 1549 um governo geral no Brasil, ficando a ele sujeitas todas as capitânicas, e designou a Bahia de Todos os Santos, como ponto mais central da costa, para aí ser fundada a cidade capital da grande colônia portuguesa da América.”(Macedo, 1884, 18p. 77)

O quinto tópico se refere ao *Governo Geral: Thomé de Sousa, Duarte da Costa e Mem de Sá* e o sexto o *Domínio da Espanha e fatos subsequentes* seguindo a ordem cronológica dos acontecimentos.

No sétimo tópico, *Holandeses: Primeira e segunda invasão, resultados* resume bastante a importância dada ao período que os holandeses estiveram no Brasil, no quadro *Programas de História do Brasil do ensino secundário (1882/1929)*, o momento histórico em que os holandeses estiveram no Brasil é tratado em seis tópicos.

Considerando este mesmo quadro é possível perceber que o episódio *Os franceses no Maranhão* foi um conteúdo não contemplado no plano de estudos analisado.

O oitavo tópico *Destruição dos Palmares, guerras civis dos Mascates e dos Emboabas*. O nono *Duclera, Duguay Trowin no Rio de Janeiro; Tratados de Utrecht e de Madrid 1688 a 1750*. Décimo, *Desenvolvimento do Brasil no*

reinado de D. João 5º, e décimo primeiro tópico Reinado de D. José 1º; Jesuítas e Marques de Pombal, centralizam suas abordagens nos grandes feitos dos grandes personagens da História.

A partir do décimo segundo tópico até o décimo sexto, *Primeiras ideias de Independência – Minas; Transmigração da Família Real de Bragança para o Brasil; Revolução de Pernambuco; Revolução em Portugal em 1820; Seus feitos no Brasil; Regresso da Corte portuguesa e, Regência no Brasil, Independência*, tratam dos acontecimentos que se referem à Independência do Brasil de Portugal.

O décimo sétimo tópico inicia uma sequência de sete temas que centralizam suas abordagens nos acontecimentos do Império do Brasil *Assembleia Constituinte, Fatos Subsequentes; Abdicação, governos regenciais: Declaração de maioria de D. Pedro 2º; Primeiro ministério em Minas Gerais e em São Paulo 1842; Guerra no Rio da Prata contra Oribe e Rosas; Tratado com o Paraguai de 6 de Abril de 1856; Desenvolvimento industrial, comercial e literário do Brasil; Guerra contra o Uruguai: Intervenção indébitas do ditador Solano Lopes. Guerra Contra o Paraguai*. Apesar de não haver uma divisão em blocos de periodização como posteriormente seria consagrada nos currículos de História do Brasil (Período Colonial, Independência e Período Imperial) percebe-se que os fatos históricos do Império do Brasil são privilegiados, quando comparado aos fatos históricos de períodos anteriores.

O Vigésimo quarto tópico propõe uma *Recapitulação da matéria dada* e o décimo quinto e último tema dos conteúdos prescritos para História do Brasil *Desenvolvimento de alguns fatos principais da História da Província*, apresenta uma preocupação com a História da província de São Paulo que neste momento se configura como uma inovação em relação aos conteúdos que foram propostos para escolas secundárias, tornando como referencia os programas de 1855 a 1901 do Colégio Pedro II (Bittencourt, 2008, p. 101 e 102).

A inclusão de um tema no programa para História do Brasil da Escola Normal de São Paulo expressa o cumprimento do que foi proposta para a 3ª

cadeira – *Geografia geral, História do Brasil e especialmente da Província*⁴². História Sagrada e resumo cronológico da História Universal, no currículo da Escola Normal de 1880 (quadro 4) e também de 1884 (quadro 5) no qual a mesma proposta foi feita para a 3ª cadeira.

Nesse sentido a História de São Paulo inicia sua trajetória como tema relevante para a História do Brasil, sendo possível perceber os primórdios de um movimento de exaltação dos feitos paulistas que com advindo da República se tornariam propaganda do Partido Republicano Paulista.

(...) de um São Paulo de Piratininga pobre, partiram os desbravadores do sertão até que, com a fase cafeeira o Estado se enriqueceu, definindo assim o próprio papel que os paulistas se atribuíam como 'mentores' do Partido Republicano Paulista e sua interferência no plano federal da república (Nadai, 1975, p. 195).

A história da província passou a ser integrada nos programas curriculares apenas nas escolas normais por ser esta integrante dos programas das escolas elementares.

Ademais os temas do programa estão organizados de acordo com a ordem cronológica dos fatos históricos, expondo uma história prioritariamente política, de exaltação dos grandes acontecimentos e grandes heróis, com muitos episódios onde foi preciso *guerrear* para garantir a ordem e o progresso da nação.

É importante destacar, no entanto, que a História de São Paulo como conteúdo no programa elaborado para a escola Normal indica também uma diferenciação no que se refere aos demais currículos para a escola secundária por estar vinculada à tendência, então, proposta para o ensino da disciplina para as escolas elementares, dentro dos princípios do método intuitivo, por intermédio do qual, a criança deve iniciar o aprendizado do mais próximo para o mais distante. Assim, as propostas para o ensino de História para a escola elementar deveriam sempre começar com a história da sua própria região para se chegar à história do Brasil.

⁴² Grifo meu.

2.5. História nos exames Extraordinários da Escola Normal de São Paulo

A Escola Normal de São Paulo a partir do Regulamento de 1880⁴³ passou a contar com dois tipos de exames para avaliar seus alunos, os *exames vagos*, e os *exames extraordinários*.

Os exames extraordinários eram compostos por todas as matérias da escola e tinham a função de aprovar os alunos normalistas para prática do magistério, serviam também para pessoas estranhas a escola, que no caso de aprovação, receberiam a carta de professor e teriam direito a todas as vantagens dos alunos formados pela Escola, independente da frequência. (Tanuri, 1979, p.36)

Na Ata da Congregação de Professores da Escola Normal de São Paulo de 16 de novembro de 1889⁴⁴, entre outras demandas, foram aprovados os programas dos exames extraordinários, apresentados pelos professores de cada cadeira, para todos os anos, e todas as disciplinas da Escola. Nela estão todas as informações quanto à realização dos exames extraordinários para 1889.

Os exames extraordinários foram realizados com provas escritas e provas orais, contando com conteúdo específico, que foram apresentados e aprovados pela Congregação de Professores.

As provas escritas e orais dos exames extraordinários de 1889 para disciplina de História aconteceram para os alunos do terceiro ano, entre os dias 20 e 26 de novembro. Os alunos homens fizeram as provas nos dias 20 e 22 de novembro e as alunas nos dias 23 e 26. As provas foram marcadas na sala 1 às dez horas da manhã.

O Programa para disciplina de História foi apresentado pelo professor José Estácio Corrêa de Sá e Benevides, que quando da apresentação e aprovação dos Programas para os exames, estava exercendo também a função de diretor.

Para as provas escritas de História o programa foi constituído pelos seguintes conteúdos:

⁴³ Lei nº 130, de 25/4/1880, art. 10.

⁴⁴ Encontrada no Acervo Histórico da Escola Caetano de Campos.

1. *Definição, objeto e fim da história: seu método: suas divisões: ciências auxiliares.*
2. *A unidade de espécie e de origem das raças humanas é sustentável perante a ciência?*
3. *Antiguidade do homem sobre a Terra. Há conflito entre a origem bíblica e a da ciência a tal respeito?*
4. *O Dilúvio é fato histórico? Foi ou não universal?*
5. *Teoria sobre os elementos modificadores da História?*

Os conteúdos para prova escrita de História evidenciam a importância atribuída à História Sagrada na constituição do currículo da Escola Normal, conforme tratado neste capítulo. Esta valorização está relacionada às propostas do professor Sá e Benevides em sua tendência, na época, de tentar conciliar as explicações científicas com a moral católica.

Os conteúdos da prova oral representavam a expressão do proposto no programa de História de 1888, contudo foi possível perceber maior aprofundamento nos temas de História Universal, privilegiada nos exames extraordinários quando comparadas com os de História do Brasil. Os conteúdos de História Universal parecem ter sido desmembrados nos exames, ocupando o espaço destinado a História Sagrada no Programa, resultando em maior quantidade de tópicos de conteúdos para História Universal. Houve um total de vinte cinco pontos para História Universal, frente a quinze pontos de História do Brasil, conforme se constata a seguir:

1. *Egito – Considerações gerais sobre sua história política e sobre sua civilização.*
2. *Assíria - Considerações gerais sobre sua história política e sobre sua civilização.*
3. *Fenícia - Considerações gerais sobre sua história política e sobre sua civilização.*
4. *Judéa - Considerações gerais sobre sua história política e sobre sua civilização.*
5. *Pérsia - Considerações gerais sobre sua história política e sobre sua civilização.*

6. *Índia - Considerações gerais sobre sua história política e sobre sua civilização.*
7. *China - Considerações gerais sobre sua história política e sobre sua civilização.*
8. *Grécia - Considerações gerais sobre sua história política e sobre sua civilização.*
9. *Roma - Considerações gerais sobre sua história política e sobre sua civilização.*
10. *Os Bárbaros – Invasões.*
11. *O Feudalismo na Europa: suas causas e resultados.*
12. *A luta entre o sacerdócio e o império.*
13. *As cruzadas no Oriente, suas causas e resultados.*
14. *Insurreição. Não legível*
15. *Considerações gerais sobre a história política e sobre a civilização da Idade Média.*
16. *Idade Moderna – Descobrimientos – A renascença.*
17. *A Reforma e a reação católica.*
18. *A Revolução Francesa de 1789 – suas causa e resultados.*
19. *O Diretório - Consulado – O Império.*
20. *Considerações gerais sobre a história política e sobre a Civilização da Idade Moderna.*
21. *Idade Contemporânea – Constituição de novas nações: Grécia; Bélgica.*
22. *Idade Contemporânea – Constituição de novas nações: Egito e principado danubiano.*
23. *Idade Contemporânea – Constituição de novas nações: Estados Unidos da América do Norte.*
24. *Idade Contemporânea – Constituição de novas nações: México. Republicas espanholas do sul da América.*
25. *Considerações gerais sobre a história política e sobre a civilização da Idade Contemporânea.*
26. *Descobrimiento do Brasil.*
27. *Primeiras explorações.*
28. *Cristovão e Martin Affonso.*

29. *Capitanias Hereditárias.*
30. *Estabelecimento do governo geral: Tomé de Sousa.*
31. *Duarte da Costa*
32. *Mem de Sá*
33. *Divisão do Brasil em 2 governos.*
34. *Manoel Telles Barreto.*
35. *Diogo Botelho.*
36. *Diogo de Meneses.*
37. *Primeira invasão dos Holandeses.*
38. *Segunda invasão dos Holandeses.*
39. *Guerra holandesa – Capitulação da Campina do Taborda.*
40. *Paz de Portugal com a Holanda. Resultados da guerra holandesa.*

Além das provas extraordinárias, houve também realizações de exames vagos que eram realizados para que os normalistas, ou pessoas interessadas em cursar a Escola Normal pudessem obter certificado que as permitissem matricular automaticamente na série posterior⁴⁵. Estas provas específicas, que expressam também as propostas curriculares por intermédio das diferentes disciplinas, não aconteceram para o caso da História, porque o curso era oferecido, conforme apresentado anteriormente apenas para os alunos do terceiro e, portanto último ano da Escola Normal, condição indica a ausência desses conteúdos para os exames vagos. Desta forma, os alunos ingressantes por intermédio desses exames deveriam acompanhar o curso de História em sua forma integral, no 3º ano.

⁴⁵ Regulamento da Escola Normal de São Paulo, de 30/06/1880, arts. 57 e 58

Capítulo 3 - A História ensinada na Escola Normal de São Paulo

A História ensinada na Escola Normal de São Paulo, na década de 1880, esteve centrada nas ações de um único professor, José Estácio Correia de Sá e Benevides que conforme apresentado no capítulo anterior foi também o responsável pela organização do programa curricular para a História a ser ensinada na Escola Normal de São Paulo. Dentro desta condição, a análise deste capítulo, cujo objetivo é apresentar como a História foi ensinada para alunos normalistas, centra-se nas práticas e atividades desse professor.

Para analisarmos a História ensinada nos baseamos no conceito de Goodson (1995) sobre *currículo interativo* ou *currículo em ação*. Se no dizer de Goodson, o currículo escrito serve para legitimar uma escolarização ao “estabelecer a lógica e a retórica da matéria” assim como “atribui status e classificação profissional” (Goodson, 1995, p 21), o currículo interativo corresponde a uma ação que envolve outros sujeitos, os professores e os alunos, em especial, situados em um determinado lugar - a sala de aula.

Considerando os agentes envolvidos nos estudos sobre currículo interativo, Goodson (1995, p. 72) nos aproxima da importância em examinar a vida particular dos mestres, do método chamado *histórico de vida* que, no caso se aproxima do estudo sobre escolarização. Importa conhecer a carreira do mestre, seus problemas enfrentados enquanto docente uma vez que, por intermédio dessas relações, se pode delimitar e situar os métodos de ensino, suas formas de entendimento sobre as disciplinas escolares, seu significado enquanto método educacional.

Goodson também adverte sobre os problemas para a história de vida quando se pretende entendê-la de forma crítica e a preocupação em se deter em casos únicos, destacados, e que pode levar a uma análise do individualismo ou do indivíduo isolado, exemplar. Muitas dessas análises acabam por situar o indivíduo em um patamar de elogios ou de negação referentes às suas ações em seu percurso de atividades profissionais. Assim, Goodson considera:

Devido ao poderoso legado do individualismo e hipóteses individualistas presentes em tantas epistemologias, este perigo precisa ser continuamente examinado em relação ao trabalho sobre história de vida. (Goodson, 1995, p.73)

Para o autor é preciso estar atento para a existência de vários enfoques possíveis sobre uma pesquisa curricular em seu aspecto interativo, ao se evidenciar o *enfoque individual*, que corresponde à história de vida e carreira de um docente e ao *enfoque de grupo ou coletivo* em que se apreende as profissões, categorias, matérias, disciplinas etc. que “com o tempo evoluem mais como movimentos sociais” e “da mesma forma, as escolas e turmas de cada sala desenvolvem padrões de estabilidade e mudança” (Goodson, 1995, p. 72).

E, ainda este autor recorre ao que afirma Mannheim (1972) sobre o significado das pesquisas sobre história de vida:

O método genético de explanação, se for suficientemente aprofundado, não poderá, com o correr do tempo, limitar-se à história de vida, individual, e à situação do grupo mais abrangente. Com efeito, a história de vida, individual, é apenas um componente numa série de histórias de vida entrelaçadas...foi mérito da visão sociológica o ter posto lado a lado a gênese individual de significado e a gênese baseada no contexto de vida em grupo. (Mannheim, 1972, p. 25 , apud Goodson, p. 73)

Desta forma, foi apresentado nos capítulos anteriores, o professor Estácio de Sá e Benevides em suas atividades na Escola Normal de São Paulo entre os anos de 1880 a 1890, indicando seu trabalho no interior da escola, em suas burocracias em que se destacaram as de diretor interino do estabelecimento por várias vezes. Estácio de Sá e Benevides foi apresentado em suas articulações e posicionamentos em meio a fases conturbadas da Escola Normal, de disputas entre professores, mas também dos professores com o poder político da Província/Estado. Destacou-se o embate interno que

ocorria na Congregação, tendo sido percebido a reordenação do papel a ser desempenhado pela escola nesse período, ou seja, uma escola especial e, em certa medida bastante inovadora em seus objetivos de profissionalização encarregada da formação de professores.

Foi visto que a história das atividades profissionais de Benevides na Escola Normal ocorreu em um período em que a profissão de professor ampliava seu *status* social perante a comunidade, condição evidenciada pelo crescimento de alunos na Escola Normal e ainda tendo que integrar alunas, as futuras profissionais educacionais. A presença das mulheres na Escola Normal era fato bastante novo na história da educação escolar paulista ou mesmo brasileira, uma vez que os professores tinham que ensinar em classes em que conviviam rapazes e moças no mesmo espaço. As lembranças da aluna Senhorinha demonstram as contradições desse tratamento das classes mistas:

É uma grande bobagem obrigarem a nos comportar como se não víssemos os rapazes. Quantas coisas poderíamos fazer juntos! Mas nossos pais e professores só pensam em imoralidades e temem que as cometamos. Senhorinha (1884), Reis, 1994, p.167)

Nas salas de aula da Escola Normal dos anos de 1880 surgia uma nova tendência na caracterização do magistério para as escolas elementares ou primárias, ou seja, a de ter um predomínio de professoras, mas que naquele momento era fato novo, tendo os professores encarregados da formação dos futuros mestres de conciliar situações adversas e mesmo preconceituoso no convívio escolar. Dessas tensões, nas reformas educacionais da Escola Normal após a Proclamação da República, foi feita a separação dos alunos em classes separadas.

A atuação do professor Benevides nos anos de 1880 a 1890 ocorreu ainda, é importante destacar, quando era bastante jovem, recém formado da Escola Normal e da Academia de Ciências Sociais e Jurídicas de São Paulo. Nesta fase, ao que se pode perceber ainda estava se situando na vida de professor de História, lembrando ainda que era bastante influenciado pela

figura do pai e seu conservadorismo ultramontano. Nada pudemos conhecer sobre sua vida familiar além do fato de ser filho de família descendente de uma origem nobre- dos fundadores da colônia – do memorável Estácio de Sá. Não obtivemos informações sobre sua vida pessoal, se foi casado ou teve filhos e todas as fontes que tivemos acesso são relativas às suas atividades profissionais.

Para este capítulo recorreremos às fontes já indicadas, em especial as Atas da Congregação que foram relidas, sobretudo no que se refere às indicações sobre os problemas relativos a métodos de ensino e avaliações dos alunos. Também utilizamos algumas memórias de ex-alunos publicadas em revistas de ensino ou comemorativas que mostraram algumas das características das práticas de sala de aula e ainda analisamos os livros Didáticos de História por ele publicados. Essas obras, mesmo sendo publicadas posteriormente ao período delimitado neste trabalho, são fontes importantes por indicarem os conteúdos ensinados, uma vez que tais obras foram elaboradas com base em suas próprias aulas na Escola Normal, além de terem sido sempre produzidas com esta intenção, conforme expresso em partes introdutórias das obras. Para a leitura das obras foram importantes as indicações de Choppin (2008) e de Bittencourt (2004, 2008) sobre as concepções e métodos de leitura de obras escolares. Bittencourt (2004) apresenta ainda as considerações sobre as relações entre autores de livros didáticos e editores que, preferencialmente, passaram a selecionar autores pelas suas práticas em sala de aula. E, este parece ter sido o caso do professor Benevides ao ter suas obras inicialmente publicadas em revistas e editoras locais de São Paulo, mas que, posteriormente foram editadas pela mais importante editora brasileira de obras escolares, a Francisco Alves.

Foram analisadas as obras de José E. C. de Sá e Benevides: um manual para o ensino de história Universal, *Lições História da Civilização* (1912, 8ª edição) para os alunos da escola normal e um manual de História do Brasil, as *Lições de História do Brasil* (1903?, 1ª edição), igualmente para alunos normalistas e também um outro livro didático com características diferentes dos manuais, o *Resumo da História do Brasil* (1911, 7ª edição) que foi organizado de acordo com o Programma dos exames de Sufficiencia para matrícula na Escola Normal.

Dentro dos pressupostos indicados e pelas fontes analisadas, neste capítulo situo a figura do professor Estácio de Sá e Benevides em suas atividades de docente, de um profissional com determinado status de intelectual, considerando a relevância que a Escola Normal de São Paulo ia adquirindo a partir da sua “terceira fundação” até o início da fase republicana, momento em que o fato de ser professor da Escola Normal significava se comprometer a ter novas responsabilidades, não apenas profissionais, mas também no que se referia ao conhecimento que estava sendo disseminado e de como era produzido e divulgado.

3.1 O professor Estácio de Sá e Benevides e suas práticas pedagógicas

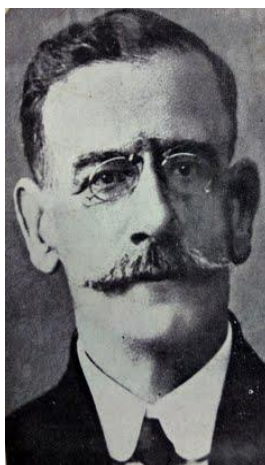


Figura 3. Foto s/d Caetanistas 78⁴⁶

Uma ex-aluna da Escola Normal de São Paulo, Isabel Vieira de Serpa, fez relato na publicação *Poliantéia* de alguns dos professores da escola, entre eles, do professor Sá e Benevides. Neste relato é possível se aproximar de algumas das características que lhes eram atribuídas pelos seus alunos.

O dr. Benevides, alto e magro, ligeiramente curvado, esse eu o via ali, na escrivaninha que por vezes se assemelhava à mesa de um

⁴⁶ <http://caetanistas78.blogspot.com.br/2011/06/os-diversos-diretores-e-professores-que.html>

tribunal. Era seco, de poucas palavras, e quando chamava o aluno para expor o ponto, ficava à espera. E a espera se prolongava, silenciosa, quando ele nada sabia dizer. Passado o prazo regular, ele abria calmamente a caderneta das notas e escrevia. Às vezes, o estudante matreiro abria nas costas do colega que lhe ficava na frente, o livro de História Universal, e lia, sem falta de uma vírgula, sem gaguejar, o ponto inteiro! O mestre de nada se apercebia ou parecia não se aperceber. Da mesma forma abria a sua caderneta, anotava e chamava outro... (Poliantéia, 1948, p.67-68)

Em alguns relatos de ex-alunos que evidenciam a sua atuação educacional percebe-se que, ao mesmo tempo, expressam a relação dessa prática com a personalidade do professor. Segundo relato de João Lourenço Rodrigues em *Um Retrospecto*, o Dr. Sá e Benevides foi assim lembrado:

Membro dum família muito recomendável por seus antecedentes históricos. Reservado no trato social, não faltava quem o averbasse de aristocrata e orgulhoso. A inferência era falsa: o retraimento nele era uma questão de puro acanhamento congênito. Como lente, o Dr. Benevides tinha reais dotes didáticos. Quando expunha, não tinha preocupação de alardear erudição, mas limitava-se ao essencial do assunto. Por vezes, cingia-se a indicar aos alunos as melhores fontes de consulta: deixava o resto à iniciativa e ao esforço dos estudiosos. Essa atitude era diversamente interpretada. Alguns viam nessa sobriedade de exposição uma questão de comodismo: o lente não se dava ao trabalho de preparar cuidadosamente as lições. Outros, por pura malícia, insinuavam que o Dr. Benevides não podia fazer longas preleções. Quando ele se acalorava no desenvolvimento dum assunto, um grumo de saliva lhe aflorava invariavelmente ao lábio inferior e ali ficava a desviar a atenção dos alunos e a provocar sorrisos. Quando o Dr. Benevides se apercebia disso, a aula era suspensa muito antes do toque da sineta. É possível que a sobriedade expositiva do catedrático tivesse motivos de ordem mais elevada: por que não admitir que ele deixava na penumbra a sua personalidade para promover o surto da personalidade do aluno? É bem conhecido o dito do grande Vieira: Não tivemos tempo de ser mais breve. Quem está senhor do seu assunto pode dizer muito em

poucas palavras. Ora, tratando-se do Dr. Benevides, por curtas que fossem as suas aulas, o fato é que, quando ele expunha um assunto, a maioria da classe saía da aula com lição sabida. (Rodrigues, 1930, p. 124-125)

Como professor seus métodos não deveriam estar muito distantes dos adotados pela maioria dos docentes da cidade ou mesmo de outras escolas do país: “preleção, indicação de compêndio – ou oportunidade para tomar notas -, lição tomada ao aluno dias depois”, conforme afirmou Almeida Júnior (1946) sobre aquele período. Também pelo relato de Senhorinha de 1884, publicado em “Caetano de Campos”: Fragmentos da História da Instrução Pública no Estado de São Paulo percebe-se que o único professor que se destacava pelo método empregado foi Silva Jardim nas aulas, inclusive pelo fato de introduzir discussões políticas nas aulas (Senhorinha, 1884, p. 165 e 171).

Almeida Júnior (1946) em suas lembranças sobre os professores da Escola Normal não se recordava de nenhuma modernização pedagógica por parte dos professores da Escola Normal:

Nas aulas propedêuticas, não se percebiam intenções pedagógicas (...) sentia-se, porém, que cada professor estava cômodo em sua disciplina (...) [Vários professores, inclusive] Benevides ou Ascendino dos Reis, impunham-se pela solidez da cultura, pela assiduidade, pela seriedade com que encaravam a função docente. O aluno acabava levando também a coisa a sério. (Almeida Júnior, 1948, p. 15-16, apud. Freitas, 2006, p.146).

As aulas do professor Benevides, ao que parece, eram valorizadas pelos alunos, por ser ele uma pessoa que dominava os conteúdos e transmitia-os de forma convencional, pela preleção, embora sem ser um grande orador. Pela produção curricular e de suas obras posteriormente, pode-se perceber seu compromisso com a produção histórica. Pela indicação do compêndio para as aulas de História Universal de 1887, de Consiglieri, um importante intelectual português, historiador e antropólogo, percebe-se que Benevides acompanhava

a produção historiográfica do período, estando atualizado e foi até ousado em indicar esta obra de um reconhecido militante republicano em meio às disputas entre monarquistas e republicanos na Escola Normal.

O professor José Estácio Corrêa de Sá e Benevides no decorrer de sua carreira integrou profissionalmente e se aproximou do grupo de professores de História das escolas públicas, tendo participado de comissões examinadoras de história, compondo bancas dos concursos para as cadeiras de história e de história do Brasil do Ginásio de São Paulo⁴⁷.

Foi também um dos sócios fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, juntamente com outros professores da Escola Normal do período do Império como: Dr. Carlos Reis; Dr. Constante Affonso Coelho; José Eduardo de Macedo Soares; e Tiburtino Mondim Pestana. (Dias, 2002, p.207).

Também passou a colaborar para periódicos que começaram a surgir nos anos iniciais da fase republicana. Apresentou artigos na Revista de Ensino,

periódico publicado pela Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo [que] visava, entre outras finalidades, facilitar a tarefa do mestre, divulgando os melhores métodos e processos de ensino. Assim, veiculava textos elaborados por professores para serem utilizados nas aulas, bem como orientações sobre como ensinar determinados conteúdos escolares.(Gualtieri, 2008, p.12)

Desta forma a publicação de Lições de História da Civilização foi realizada inicialmente na Revista de Ensino em seu segundo número. A participação de Benevides na Revista de Ensino foi considerada importante pelo seu editor Arnaldo Oliveira Barreto:

⁴⁷ Compôs a comissão examinadora o diretor interino Antonio Francisco de Paula e Sousa; Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, como presidente; José Luiz de Almeida Nogueira e José Estácio Corrêa de Sá e Benevides, como examinadores; Cesário Motta Junior, Secretário dos Negócios do Interior, como fiscal do Governo. (Borges de Faria, 2012, p. 73-74)

Do nosso mestre e amigo, Sr. Dr. José Estácio Correia de Sá e Benevides, provector lente de história da escola Normal, recebemos a carta abaixo, com que nos enviou o 1º artigo da série que sobre história da civilização pretende, a instâncias nossas, escrever para a nossa Revista.

As suas lições de história, aliás esplêndidas, obedecem ao “programa” dessa disciplina, adotada no curso da Escola Normal (Barreto, 1902, p.367)

Esta apresentação do editor da Revista de Ensino mostra a rede de relações de Benevides e seus compromissos com o grupo de educadores que passava a ditar as normas e métodos do ensino paulista. Barreto havia sido aluno de Benevides e tornava-se figura de destaque na formação de professores:

Diplomado pela Escola Normal de São Paulo em 1891, A. O. Barreto integra uma geração de normalistas que, após a Proclamação da República”, passa – em substituição ao Bacharel em Direito - a ocupar cargos na administração educacional, a liderar movimentos associativos do magistério, assessorar autoridades educacionais e produzir material didático e de divulgação das novas idéias, sobretudo no que diz respeito ao ensino da leitura. (Mortatti, p.78)

As relações do professor Benevides com seus ex-alunos demonstram que, além de ser respeitado, suas preferências educacionais estavam de acordo com o novo momento da época republicana, incluindo os novos métodos de ensino, notadamente para as escolas primárias.⁴⁸

Na Revista de Ensino o professor Benevides publicou em cinco lições, parte da História da Civilização nos números nº 3, 4, 5 no ano de 1902. No ano seguinte, a Revista deixou de publicá-las sob a justificativa de que o material

⁴⁸ O paulista Arnaldo de Oliveira Barreto foi autor da Cartilha das Mães, publicada a partir de 1896 (Mortatti, 2000, p.92) e da Cartilha Analytica, produzida em 1907. Arnaldo Barreto também produziu em co-autoria a coleção graduada Puiggari-Barreto. In Frade, Isabel Cristina Alves da Silva. Arnaldo de Oliveira Barreto: um autor entre livros para alfabetizar e para o desenvolvimento da leitura.

do referido professor já estava no prelo de uma editora. Posteriormente, provavelmente em 1903, as Lições de História da Civilização de Benevides foi publicada, aprovada pelo Conselho de Educação do governo do Estado de São Paulo e adotada em muitas das escolas paulistas.

Importante destacar que muitos ex-alunos do professor Benevides na Escola Normal tornaram-se importantes figuras principalmente da política educacional e também escritores, e jornalistas, compondo grupos de intelectuais que participavam de determinados círculos de relações. Além de Arnaldo Oliveira Barreto, Tancredo do Amaral, também ex-aluno de Benevides, tornou-se posteriormente professor de História da Escola Normal, compartilhando o ensino em uma das áreas em certo sentido inovadora, que era a história do Estado de São Paulo.

Nos estudos sobre Estácio de Sá e Benevides, tanto o de Monarcha (1999) que o analisa na perspectiva dos embates entre educadores positivistas e conservadores na Escola Normal de São Paulo quanto o de Freitas (2006) que o apresenta como professor e autor de livro didático de uma História, a visão que apresentam é sobre a vida de um docente conservador e um dos responsáveis pelo conservadorismo no processo de formação dos futuros professores das escolas primárias. No entanto, é preciso considerar que pelas análises do período posterior a esta fase do final do Império, na conhecida Escola Normal Caetano de Campos não parecia haver preocupação com renovações metodológicas ou mesmo quanto aos conteúdos para as normalistas. Desta forma explica-se a permanência do professor Benevides que não se diferenciava muito em relação aos demais professores de História da época. No Ginásio de São Paulo, apenas para indicar esta tendência, o cônego Valois de Castro era o lente de História e gozava de muito prestígio junto aos intelectuais republicanos.

O professor Benevides, é interessante notar, que embora fosse também professor de Geografia, pouco se dedicou a este conteúdo ou se referiu a ele. Parece ter seguido os conteúdos das obras que indicava na Congregação, tendo preferência pela produção de Moreira Pinto.

3.2 Os livros do professor de História

Enquanto foi professor de História e Geografia da Escola Normal de São Paulo, entre 1880 e 1914, escreveu livros que foram usados por diversas escolas em todo país. Mas, é importante afirmar que foram produzidos especialmente para os alunos das escolas normais, com preocupações ligadas à formação dos docentes que estavam encarregados desse trabalho nessas escolas.

Na Revista de Ensino, conforme foi visto anteriormente, ao serem publicados partes do texto Lições de História Universal, o próprio Benevides apresentou os objetivos dessa publicação. Em carta redigida à Revista explica que suas lições resultaram da leitura e consulta de diversas obras e pretendiam apenas facilitar o trabalho daqueles que iniciam a sua carreira e não dispõem de tempo para consultar diferentes expositores e coordenar suas leituras.

Para Gualtieri (2008), nesse primeiro artigo da série que o professor de história da Escola Normal escreveria para o periódico o leitor fica sabendo, ao ler as páginas finais da Revista, que o objetivo do Lições de História da Civilização, para além de tornar mais fácil a tarefa do professor sem tempo poderia se perceber outras intenções:

talvez pudesse ser acrescentado, ainda, o papel formativo que uma obra dessas teria, pois como adverte Bittencourt (2004:483), nessa época, o livro didático, para professores sem formação, representava “o método de ensino”, além de conter o conteúdo específico da disciplina (Gualtieri, 2008, p. 2)

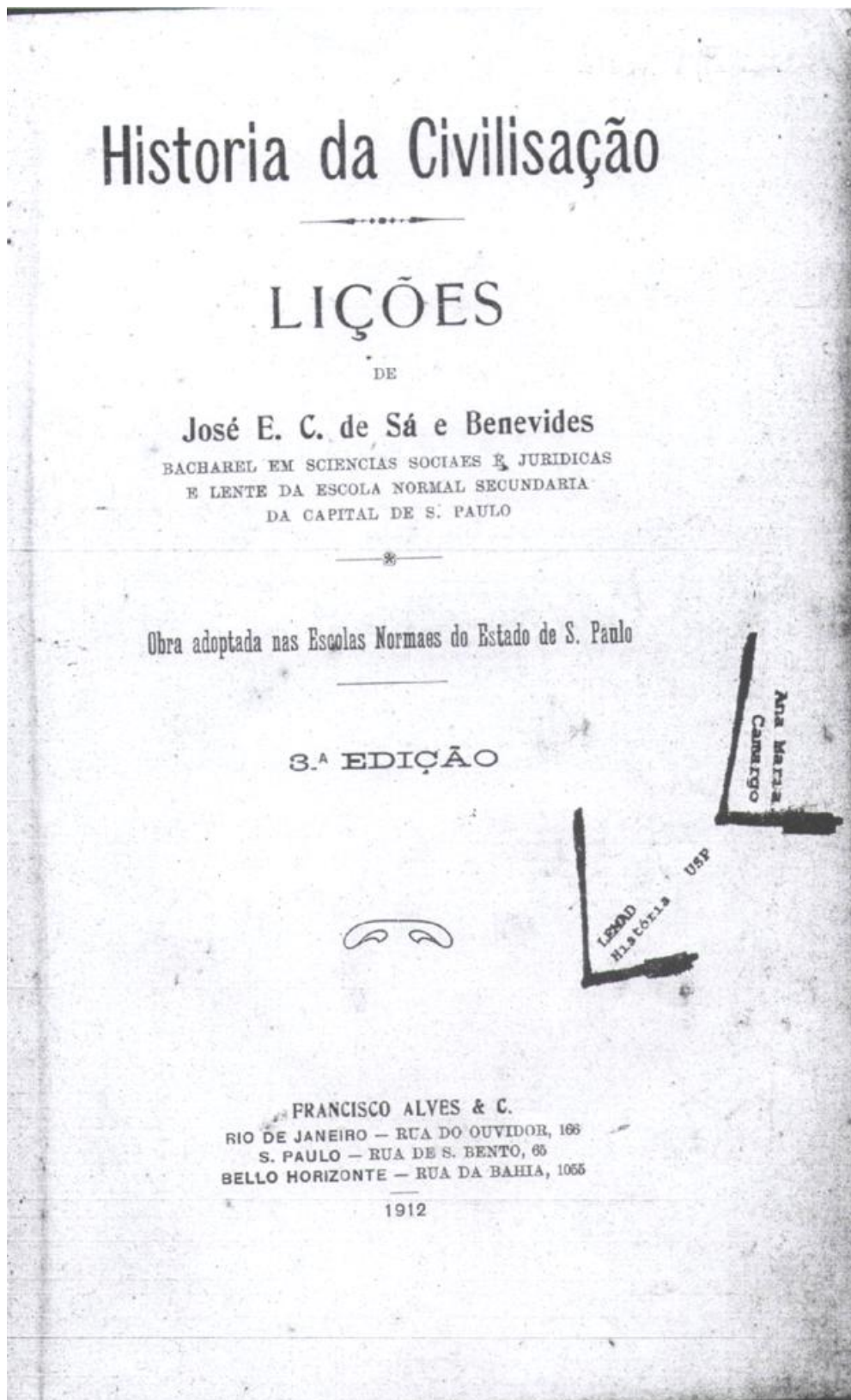


Figura 4: Capa da Obra *História da Civilização*. 3ª Edição do professor José Estácio Corrêa de Sá e Benevides.

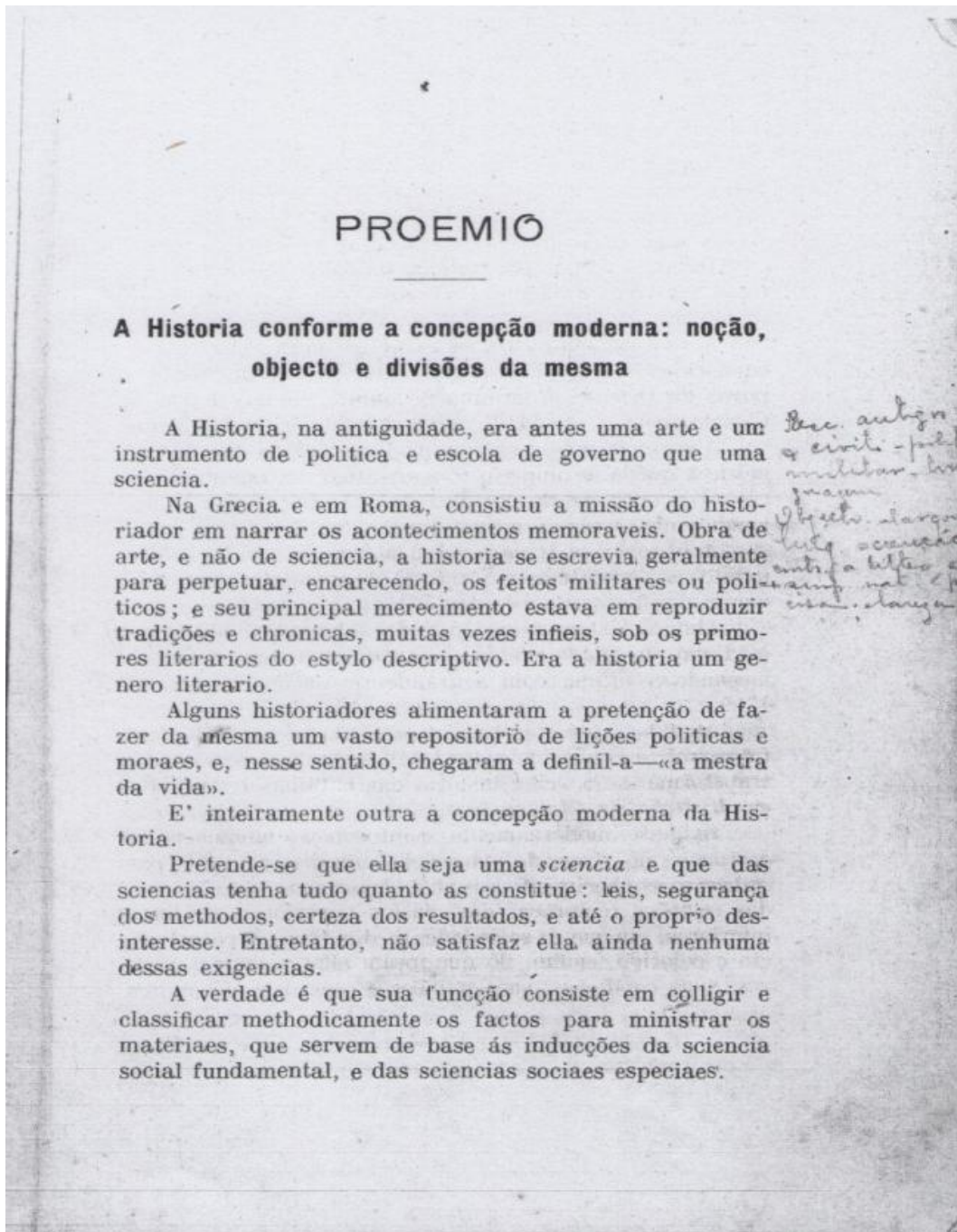


Figura 5: Proemio da Obra *História da Civilização* 3ª Edição do professor José Estácio Corrêa de Sá e Benevides.

— 4 —

Tem, ella, por objecto narrar methodicamente os factos notaveis, succedidos nas sociedades humanas civilizadas, procurando deduzir *tanto quanto possivel* as relações que os ligam.

Divide-se, ella, em *antiga, média e moderna*, e só começa verdadeiramente desde que existem narrações authenticas.

A *historia antiga* começa com as mais velhas nações conhecidas — Egypcios e Chaldeus; passa em revista os povos do Oriente, e termina no quinto seculo, depois de Christo, com a queda do imperio romano do Occidente.

A *historia média* comprehende o periodo que decorre desde a queda do imperio romano até o decimo-quinto seculo, por occasião da descoberta da America. — Comprehende pouco mais ou menos dez seculos.

A *historia moderna* começa no fim do seculo decimo-quinto, e vem até nossos dias, occupando-se principalmente dos povos do Occidente.

Alguns historiadores, porém, subdividem a historia moderna em *idade moderna e idade contemporanea*—começando a ultima com a grande revolução franceza de 1789.

Abolida a idéa, já hoje depreciada, de uma *Historia Universal*, é conhecida a tendencia actual no ensino para transformar-se a velha historia das batalhas e das datas em *Historia da Civilisação*.

Exige-se, modernamente, a informação minuciosa dos costumes, do viver, do pensar, do crêr das gerações passadas; o conhecimento cabal da existencia simultanea e das relações reciprocas das classes superiores, médias e inferiores, em que as sociedades se dividiam; o painel exacto e colorido, emfim, do que foram ellas com seus matizes, suas condições, suas paixões e seus usos peculiares.

Figura 6: 2ª parte: Proemio da Obra *História da Civilisação* 3ª Edição do professor José Estácio Corrêa de Sá e Benevides.

BIBLIOGRAPHIA

João Ribeiro — «Historia Antiga»; Gama Berquó — «Historia Universal»; Webber — «Historia Universal»; Buckle — «Historia da Civilisação da Inglaterra (Introdução)»; Bacharel Alfredo Moreira Pinto — «Noções de historia universal»; R. Botelho — «Historia Universal»; Pedroso — «Compendio de historia universal»; Pedroso — «As grandes épocas da historia» (conferencias); Victor Duruy — «Compendio de historia universal» (tradução do Conego Francisco B. de Souza); C. Cantú — «Histoire Universelle»; Oliveira Martins — «As raças humanas»; Idem — «A republica romana»; Sismondi — «Chute de l'empire romain»; J. Chantrel — «Histoire de l'Eglise»; Ch. Seignobos — «Histoire de la Civilisation»; J. de Crozals — «Histoire de la Civilisation»; Ph. Lebas — «Histoire du moyen-age»; G. Kurth — «Les origines de la civilisation moderne»; Dezobry et Bachelet — «Dictionnaire de géographie et d'histoire»; Rocha Pombo — «Compendio de historia da America»; «Un siècle» (mouvement du monde de 1800—1900) — par un Comité sous la présidence de Monseigneur Pèchenard; A. Mallet — «L'époque contemporaine» — taes são as fontes desta recopilação.

O AUTOR.

Figura 7: Bibliografia da Obra *História da Civilização*. 3ª Edição do professor José Estácio Corrêa de Sá e Benevides.

PROGRAMMA-INDICE

PROEMIO

A «Historia» conforme a concepção moderna: noção, objecto e divisões da mesma	3
---	---

PARTE I

Civilização antiga

a) Antiguidade oriental:

Dos egypcios	5
Dos assyrios e babilonios	10
Dos phenicios	13
Dos hebreus	17
Dos irarianos	22
Dos aryas da India	26
Dos chinezes	30

b) Antiguidade classica:

Dos gregos:	
I — Tempos primitivos e heroicos	35
II — As colonias gregas	37
III — Tempos legislativos	38
IV — Guerras persicas ou medicas	41
V — Guerras do Peloponeso	44
VI — Thebas — Pelopidas e Epaminondas	47
VII — Os macedonicos	49
VIII — Ultimos tempos da Grecia	52
IX — A civilização	58
Dos romanos:	
I — A realza	56
II — A republica	60
III — O imperio	65
IV — A civilização	69

Figura 8: Programma-índice da Obra *História da Civilização*. 3ª Edição do professor José Estácio Corrêa de Sá e Benevides.

— 242 —

PARTE II

Civilização Medieval

Os barbaros: invasões, suas causas e consequencias

a) O mundo romano e o mundo barbaro	75
b) As invasões	78
c) Estados fundados pelos germanos	80
Os barbaros e o Christianismo: as conversões	87
O imperio byzantino	89
Os arabes e o islamismo	91
Carlos Magno: organização social, politica e militar... ..	95
O regimen feudal.	98
A Egreja: sua organização; reformas	101
A civilização oriental: estudo das civilizações byzan- tina e arabe; influencia das mesmas no Occidente	104

As cruzadas:

a) As cruzadas do Oriente	109
b) As cruzadas do Occidente	113
Formação da burguezia	116
As instituições da Inglaterra	119
A Allemanha imperial	121

A constituição das monarchias modernas:

a) Portugal e Hespanha	124
b) Unificação da França	125
c) Italia *.	126
d) Inglaterra..	128
e) Allemanha.	129
f) Estados escandinavos	130
g) Fundação da Polonia e da Russia	131
A quéda do imperio do Oriente	132
Apreciação geral da civilização medieval	133

PARTE III

Civilização Moderna

As «grandes invenções» e os descobrimentos mari-
timos: suas consequencias:

a) As «grandes invenções»	139
b) Os descobrimentos	140
Estabelecimento dos governos absolutos na Europa	143
Reinados de Luiz XIII e Luiz XIV na França	144

Figura 9: 2ª e 3ª partes: Programma-índice da Obra *História da Civilização*. 3ª Edição do professor José Estácio Corrêa de Sá e Benevides.

— 243 —

A entrada dos slavos na politica geral da Europa. — A Russia; Pedro 3 Grande	147
Engrandecimento da Prussia	152
Idem da Inglaterra	154
A «Renascença»	156
A «Reforma»... ..	160
A «Contra-Reforma»	164
As relações internacionaes: a diplomacia; o direito das gentes; a guerra, etc.	167
A revolução de 1648, na Inglaterra, e suas consequen- cias	168
A revolução de 1688, na Inglaterra, e estabelecimento do regimen parlamentar	171
O regimen colonial no seculo XVIII	173
Apreciação geral da civilisação moderna	176

PARTE IV

Civilisação Contemporanea

A «Revolução»	181
O Directorio e o Consulado	185
O governo de Napoleão I.	188
Estabelecimento dos governos constitucionaes na Europa:	
a) A revolução de 1830, na França, e seus effeitos ...	193
b) A revolução de 1848, na França, e seu resultado...	195
Repercussão das idéas revolucionarias na Europa ...	197
Unificação de nacionalidades	208
A «Questão do Oriente» no seculo XIX	211
A democracia: as «questões sociais»	213
Sciencias, letras e artes no seculo XIX	216
As transformações economicas	221
A expansão da civilisação européa:	
I — Na America	224
II — Na Asia	229
III — Na Oceania	232
IV — Na Africa	234
Apreciação final	236
Bibliographia	239

Figura 10: 4ª parte: Programma-índice da Obra *História da Civilisação*. 3ª Edição do professor José Estácio Corrêa de Sá e Benevides.

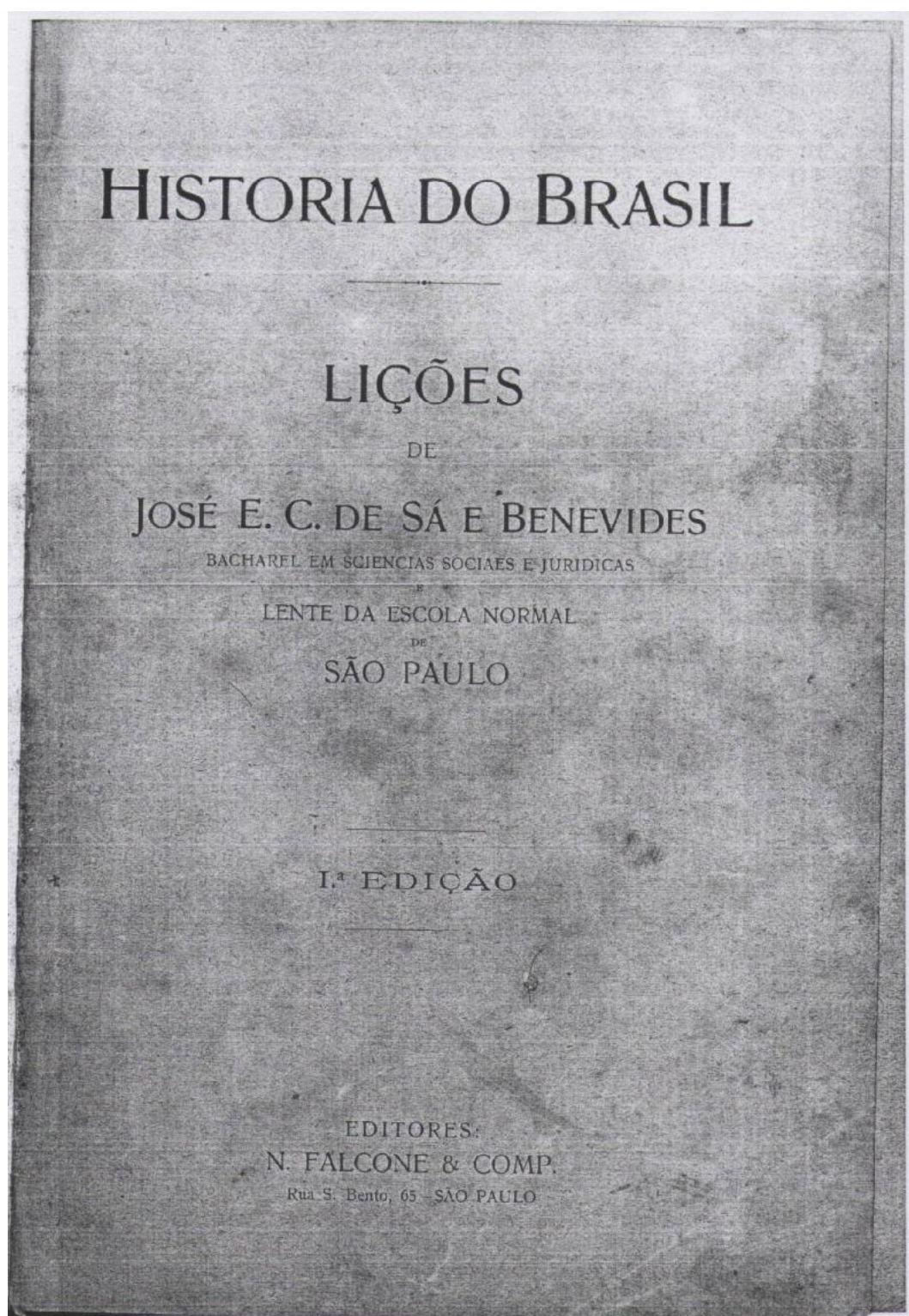


Figura 11: Capa da Obra *História da Civilização*. 1ª Edição do professor José Estácio Corrêa de Sá e Benevides.

ADVERTENCIA

Estas lições, subordinadas ao respectivo programma official de ensino, nada mais são do que uma recopilação para facilitar o estudo de meus discipulos.

Fornecem, ellas, os elementos de um conhecimento geral da "Historia Pátria", si bem que muito limitados com relação á ultima parte do programma, porque, sendo tarefa de futuros historiadores o escrever a "historia" desse periodo, só existe d'elle por enquanto a simples "resenha" dos factos.

Serei feliz, si, na realidade, fõrem ellas proveitosas á mocidade estudiosa — habilitando-a para futuras e mais profundas investigações.

O AUTOR.



Figura 12: Advertência da Obra *História da Civilização*. 1ª Edição do professor José Estácio Corrêa de Sá e Benevides.

<h1>PROGRAMMA-INDICE</h1>	
<h2>INTRODUCCÃO</h2>	
Estudo dos antecedentes históricos da descoberta do Brasil . . .	Pag. 1
PARTE I	
TEMPOS COLONIAES	
1. Descobrimiento do Brasil e primeiras explorações	Pag. 5
2. Os habitantes do Brasil ao tempo do seu descobrimiento; noções geraes sobre sua origem, raças, lingua, usos e costumes	23
3. A colonisação do territorio: Martim Affonso de Souza e fundação dos primeiros nucleos coloniaes; as capitánias hereditarias	34
4. O governo geral: causas e effectos do seu estabelecimento, Primeiros governadores	45
5. Os Jesuitas no Brasil: sua influencia sobre a conducta mor- ral, civil e politica dos habitantes. Anchieta, Nobrega, Antonio Vieira	51
6. As luctas com os francezes	61
7. As luctas com os inglezes	68
8. As luctas com os holandezes	72
9. As luctas com os hespanhoes	78
10. Periodo expansivo dos habitantes do Brasil: devassamento e povoamento dos sertões. As bandeiras e bandeirantes paulistas e suas entradas. Rivalidades e luctas	86
11. O Marquez de Pombal e o Brasil: influencia de sua admi- nistração	98
12. Estudo da origem e da formação da <i>nacionalidade</i> no Brasil	102
13. A idéa de <i>independencia</i> : a conspiração mineira; Tiradentes	134
14. Mudança da sede da monarchia portugueza para o Rio de Janeiro: causas e effectos desse facto	140
15. A revolução de 1820 em Portugal e seus effectos no Bra- sil. Regresso da corte portugueza	150
16. A regência de D. Pedro: sua administração. A declaração da independencia	156

Figura 13: Programma-índice da Obra *História da Civilização*. 1ª Edição do professor José Estácio Corrêa de Sá e Benevides.

— II —

PARTE II
A MONARCHIA

O reinado de D. Pedro I.

1. A acclamação e a coroação. A guerra da independencia .	Pag 175
2. A assembléa constituinte. Juramento da Constituição do Imperio. A revolução de 1824 em Pernambuco. Motins na Bahia. Reconhecimento da independencia por Portugal. Guerra no Rio da Prata .	181
3. Tratados de commercio. Medidas legislativas. Revolta de tropas estrangeiras. Motins em Pernambuco e na Bahia. A revolução de 7 de Abril de 1831 e a abdicacão de D. Pedro I .	194

O reinado de D. Pedro II.

4. A menoridade: regencias provisoria e permanente trina. Estudo dos factos principaes deste periodo .	202
5. Regencias de Feijó e de Araújo Lima: estudo dos factos mais importantes .	211
6. A maioridade: primeiros actos governamentaes. Actos legislativos mais importantes. Movimentos revolucionarios em S. Paulo e Minas Geraes. Pacificação do Rio Grande do Sul. A revolução <i>praieira</i> em Pernambuco .	221
7. A guerra contra Oribe e Rozas. Tratados com o Paraguay. A questão anglo-brasileira «Christie». As guerras contra o Uruguay e Paraguay.	227
8. Apreciação geral do estado do Brasil: sciencias, lettras e artes; agricultura, commercio e industria; finanças.	247

PARTE III
A REPUBLICA

1. A revolução de 15 de Novembro de 1889: proclamação e estabelecimento da República; o governo provisório .	253
2. A presidência do Marechal M. Deodoro da Fonseca .	258
3. A presidência do Marechal Floriano Peixoto .	262
4. A presidência do Dr. Prudente J. de Moraes Barros .	264
Enumeração das fontes da recopilacão	266

—♦♦♦—

Figura 14: 2ª parte: Programma-índice da Obra *História da Civilização*. 1ª Edição do professor José Estácio Corrêa de Sá e Benevides.

— 266 —

Canudos em 5 de Outubro do mesmo anno, depois de enormes perdas de ambos os lados.

Terminada a campanha de Canudos, indo o Dr. Prudente de Moraes ao Arsenal de Guerra esperar o General Barboza e os batalhões que de lá voltavam foi aggreddido pelo Anspeçada Marcellino Bispo de Mello, que tentou assassinal-o com uma garrucha. Impedido pelo Coronel Mendes de Moraes e pelo Ministro da Guerra, Marechal Carlos Machado Bittencourt, que já havia voltado de Canudos, onde fóra organizar a campanha, investio Marcellino Bispo contra estes dous, ferindo o primeiro e assassinando o Marechal Bittencourt.

Em Novembro de 1896, por motivo de molestia, entregou o Dr. Prudente de Moraes o governo ao vice-presidente Dr. Manoel Victorino Pereira, reassumindo-o em 4 de Março do anno seguinte; e no dia 15 de Novembro de 1898 passou-o ao seu successor Dr. Manoel Ferraz de Campos Salles.

FIM.

Fontes:

C. CANTU—*Historia Universal*—ampliada por Antonio Ennes; R. BOUTELHO—*Historia Universal*; A. HERCULANO—*Historia de Portugal*; PORTO SEGURO—*Historia Geral do Brazil*; PORTO SEGURO—*As luctas com os Hollandezes*; R. SOUTHEY—*Historia do Brazil*; MELLO MORAES—*Corographia do Brazil*; J. A. TEIXEIRA DE MELLO—*Ephemerides Nacionais*; COUTO DE MAGALHÃES—*O Selvagem*; CAPISTRANO DE ABREU—*Descobrimto e desenvolvimento do Brazil no seculo XVI*; JOSÉ FELICIANO—*O descobrimto do Brazil, Centenario (III) do Veneravel Joseph de Anchieta* (conferencias); PEREIRA DA SILVA—*Quadros da Historia Colonial do Brazil*; A. BRASILIENSE—*Historia Patria*; MATTOSO MAIA—*Lições da Historia do Brazil*; PADRE GALANTI—*Compendio da Historia do Brazil*; JOÃO RIBEIRO—*Historia do Brazil*; ANDRADE—*Historia do Brazil*; SYLVIO ROMERO—*A Historia do Brazil* (ensino civico); R. VILLA-LOBO—*Historia do Brazil*; A. MOREIRA PINTO—*Historia do Brazil*; MACHADO DE OLIVEIRA—*Historia da Provincia de S. Paulo*; PEREIRA DA SILVA—*Historia da fundação do Imperio*; J. RIX—*Guerra do Paraguay, etc.*

O AUTOR.

Figura 15: Fontes da Obra *História da Civilização*. 1ª Edição do professor José Estácio Corrêa de Sá e Benevides.

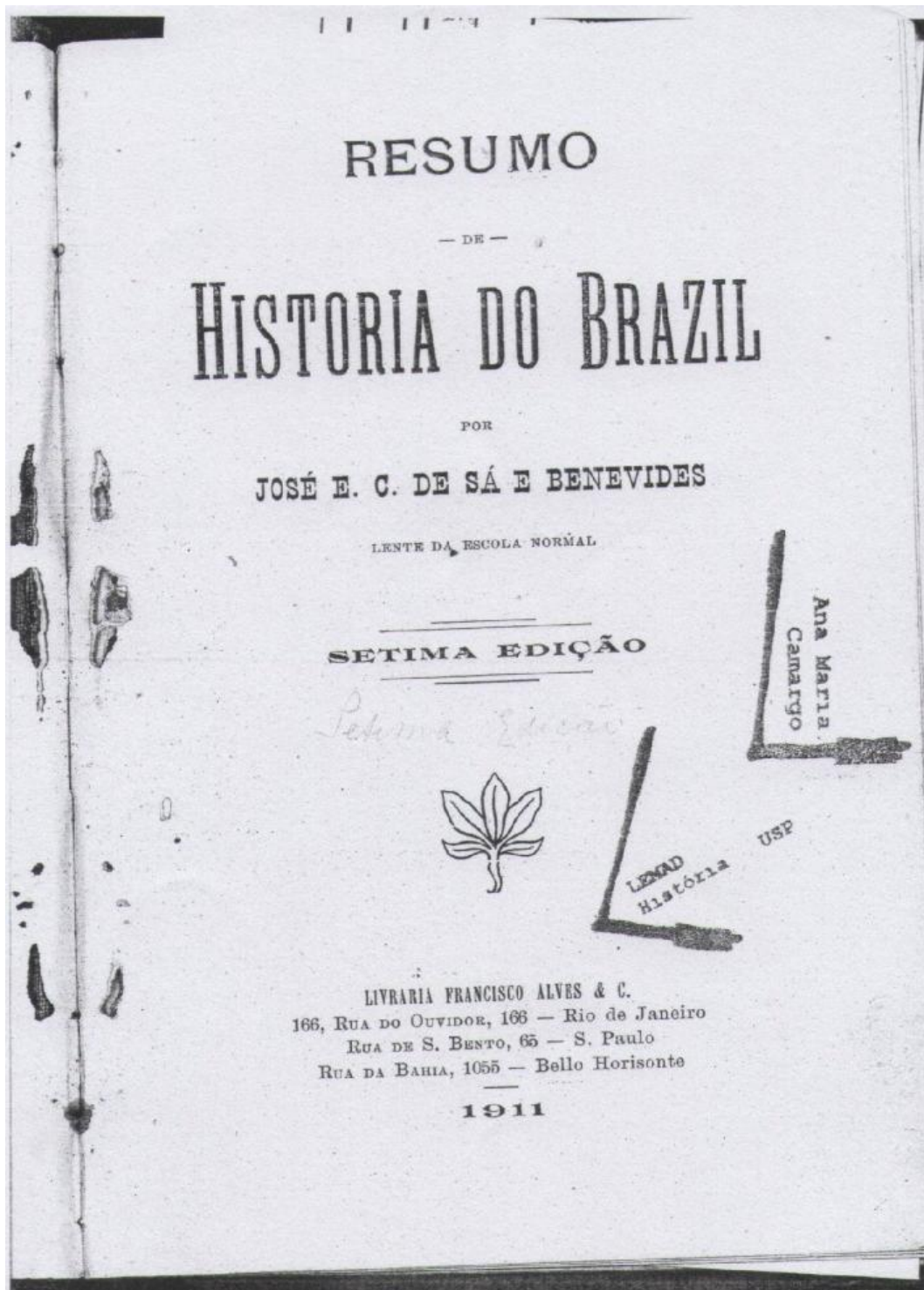


Figura 16: Capa da Obra *Resumo de História do Brasil*. 7ª Edição do professor José Estácio Corrêa de Sá e Benevides.

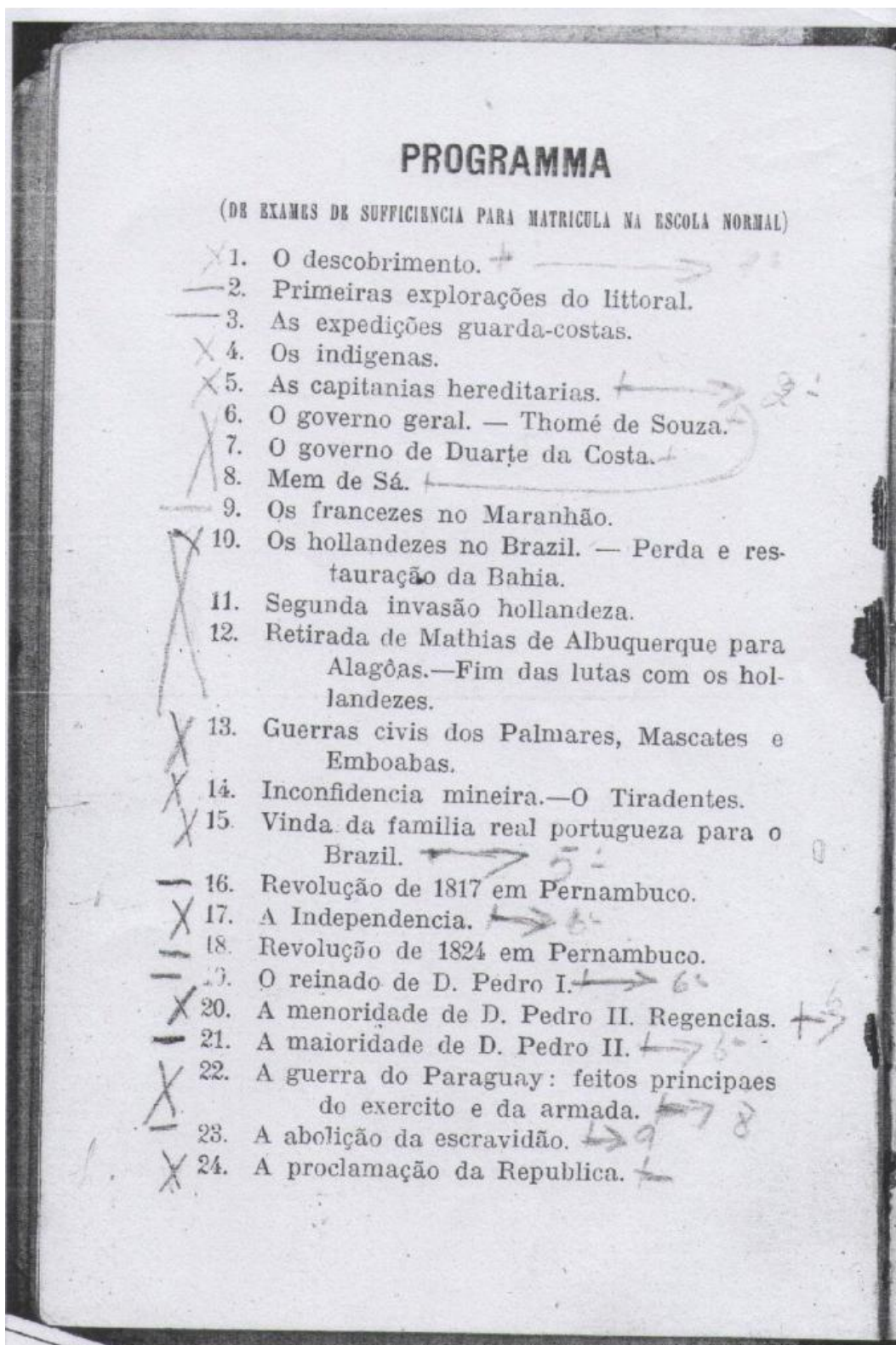


Figura 17: Programma da Obra *Resumo de História do Brazil*. 7ª Edição do professor José Estácio Corrêa de Sá e Benevides.

As obras escolares de Benevides tiveram várias edições, fato que mostra sua aceitação pelos professores. Seu compêndio mais famoso parece ter sido *Lições de História da Civilização*, objeto de alguns estudos já anunciados.

Lições de História da civilização do Professor José Estácio Corrêa de Sá e Benevides, em sua terceira edição corresponde a um projeto editorial da Francisco Alves & C, contando com 239 páginas sem ornamentos ou ilustrações.

A Capa além do título da obra apresentou os dados da editora, edição, ano de publicação, informa também qual a qualificação de seu autor *Bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas e Lente da Escola Normal Secundária da Capital de São Paulo* e a referência de onde esta obra foi aplicada *Obra adaptada nas escolas Normais do Estado de São Paulo*.

Tivemos acesso à sua obra *História do Brasil. Lições*, em sua 1ª edição, mas sem identificar exatamente a data de sua publicação. Esta obra foi publicada por uma editora de São Paulo, N. Falcone & Comp., com sede na rua São Bento, e sem, portanto o aval da importante editora carioca responsável pelas outras obras do autor. Parece, tendo em vista o último capítulo, ser do início do século XX, por tratar em sua página final (p. 266) da posse do presidente Campos Salles em 1898.

Na Advertência, o autor informa sobre as características do livro:

Estas lições, subordinadas ao respectivo programa oficial do ensino, nada mais são do que uma recopilação para facilitar o estudo dos meus discípulos. Fornecem, elas, os elementos de um conhecimento geral da "História Pátria", se bem que muito limitados com relação à última parte do programa, porque, sendo tarefa de futuros historiadores os escrever a "história "desse Período, só existe dele por enquanto simples "resenha" dos fatos.

Serei feliz, se, na realidade, forem elas proveitosas à mocidade estudiosa- habilitando-as para futuras e mais profundas investigações.

O autor

(Benevides, E. C. de Sá e. *Historia do Brasil*. São Paulo: N. Falcone & Comp.)

Por se tratar de obra de História do Brasil, possivelmente a editora nessa primeira edição não tivesse se interessado, mas encontramos como pertencente à editora de Francisco Alves suas edições posteriores, conforme se pode identificar na contra capa da 3ª edição, do ano de 1912, da História da Civilização do mesmo autor.

Já o caso do Resumo de História do Brazil é interessante por se tratar de livro voltado não exatamente para os professores, mas por ser uma espécie de apostila para os alunos ingressarem na Escola Normal. De acordo com as regras oficiais, era necessário que se fizessem exames “de suficiencia” para ser matriculado na Escola Normal.

Benevides preocupou-se então, nessa publicação, em apresentar os tópicos aos quais os alunos deveriam estudar para realizar tais exames, sendo que este Programa deveria ser elaborado pelo próprio professor catedrático da Escola Normal.

O livro é diferente dos demais, medindo 11x 16, com capa dura e contendo 70 páginas. Foi, como os demais livros do autor, publicado pela Livraria Francisco Alves mas, diferentemente dos demais, foi impresso em São Paulo pela Gráfica Weisflog e Irmãos.

A obra analisada corresponde à sétima edição e pertenceu a um aluno que deixou registrado na folha de rosto que “no dia 6 de dezembro de 1912 fiz o 1º exame de história” (Benevides, Resumo de História do Brazil, 1911).

O conteúdo da obra corresponde exatamente ao *Programma* prescrito para a realização das provas, compondo 24 tópicos:

1. O descobrimento
2. Primeiras explorações do litoral
3. As expedições guarda-costas
4. Os indígenas
5. As capitânicas hereditárias
6. O governo geral- Thomé de Souza
7. O governo de Duarte da Costa
8. Mem de Sá
9. Os franceses no Maranhão

10. Os holandeses no Brasil- Perda e Restauração
11. Segunda invasão holandesa
12. Retirada de Mathias de Albuquerque para Alagoas- Fim das lutas com os holandeses
13. Guerras civis dos Palmares, Mascates e Emboabas
14. Inconfidência Mineira- o Tiradentes
15. Vinda da família real portuguesa para o Brasil
16. Revolução de 1817 em Pernambuco
17. A independência
18. Revolução de 1824 em Pernambuco
19. O reinado de D. Pedro I
20. A menoridade de D. Pedro II- Regências
21. A maioridade de D. Pedro II
22. A Guerra do Paraguai: feitos principais do exercito e da armada
23. A abolição da escravidão
24. A proclamação da República

Comparando com o *Programma-índice* do livro Lições de História do Brasil, os tópicos são os mesmos, mas apenas mais conteúdo. Considerando ainda que o livro era para os exames de entrada à Escola Normal, portanto, para alunos que frequentaram escolas primárias, este conteúdo deveria ser o proposto para esse nível de ensino.

3.3 As Lições de História do Brasil e as Lições de História da Civilização

Nesta parte da pesquisa são analisadas os conteúdos históricos de duas obras em especial: Lições de *História da civilização* e *História do Brasil – Lições*, levando em consideração que estes dois manuais representam o resultado da prática do Dr. José Estácio Corrêa de Sá e Benevides durante o período que foi professor.

Na História da Civilização do professor José Estácio Corrêa de Sá e Benevides, na primeira parte da obra, no *Proemio*, é apresentada a concepção

de História adotada e também a caracterização pelo autor dos períodos da História os quais adota, chamando-os de *divisões* - *A História conforme concepção moderna: noção, objeto, e divisões da mesma*.

Segundo a concepção moderna de História proposta por Benevides,

Pretende-se que ela seja uma ciência e que das ciências tenha tudo quanto as constitui : leis, segurança dos métodos, certeza dos resultados, e até o próprio desinteresse. Entretanto, não satisfaz ela ainda nenhuma das exigências.

A verdade é que sua função consiste em coligir e classificar metodicamente os fatos para ministrar os materiais, que servem de base as induções da ciência social fundamental, e das ciências sociais especiais.

Tem ela, por objetivo narrar metodicamente os fatos notáveis, sucedidos nas sociedades humanas civilizadas, procurando deduzir tanto quanto possível as relações que os ligam. (Benevides, 1912, p.3-4)

O professor Sá e Benevides divide a História em Antiga, Média e Moderna, apesar de em seu livro haver uma parte destinada à História Contemporânea, sobre esse fato fez uma consideração onde concebe a ideia de que alguns historiadores subdividirem a História Moderna em Moderna e Contemporânea tomando como fato histórico de que dividi uma da outra a *Revolução Francesa de 1789*.

Ainda no *Proemio* atribui a abolição do que chama de História Universal, *velha história das batalhas e das datas* por uma tendência mais atual a *História das civilizações*, na qual percebe além da alteração da nomenclatura a mudança no olhar do historiador, visando trazer a tona outras questões mediante os objetos apresentados, tendência apropriada por ele nesta obra e evidenciada:

Exigi-se modernamente, a informação minuciosa dos costumes, do viver, do pensar, do crer das gerações passadas; o conhecimento

cabal da existência simultânea e das relações recíprocas das classes superiores, médias e inferiores, em que as sociedades se dividiam; o painel exato e colorido, enfim, do que foram elas com seus matizes, suas condições, suas paixões e seus usos peculiares.

No texto a marcha da humanidade passa pelos cinco continentes, tendo a Europa como a imagem dominante, ocupando 56% das páginas do impresso, com destaque para França, Inglaterra, Alemanha, Itália, Portugal e Espanha, a Europa é seguida pela Ásia com 31% das páginas, na qual se destacam as civilizações assíria, babilônica, fenícia, hebreia, iraniana, ária, chinesa, árabe, e turca. A África tem 6%, a América 5% e a Oceania 2%, ambas só ganham destaque quando os processos civilizatórios as alcançam por volta do século XIX.

Nas páginas que tratam da Civilização Antiga, estas totalizam 70 significando que são 30% do total; a Civilização Medieval ocupa 64 páginas, o que corresponde a 27% do total; Civilização Moderna, 42 páginas, 18% do total; e Civilização Contemporânea 58 páginas, 25% do total. O que indica que apesar da maior quantidade de séculos que são tratados na antiguidade, seus conteúdos não são os mais privilegiados, fato que ocorre na Civilização Contemporânea que mesmo contemplando um número menor de séculos tem seus conteúdos aprofundados e tratados com maior riqueza de acontecimentos.

Sá e Benevides constrói a narrativa em terceira pessoa, 'onisciente e onipresente', formalmente imparcial, compatível assim com a *Concepção moderna da história* exposta anteriormente no *Proêmio*. (Freitas, 2006, p.158)

Os conteúdos da obra são divididos em quatro partes, a Parte I *Civilização Antiga*, foi assim definida pelo professor Benevides

A história antiga começa com as mais velhas nações conhecidas – egípcios e caldeus; passa em revista os povos do oriente – hindus, persas, fenícios, judeus, gregos e romanos; e termina no quinto século depois de Cristo com a queda do império romano do ocidente [473 d.C.].(Benevides, 1912, p.4. Grifos do autor)

A distribuição dos conteúdos acontece em dois tópicos - a) *Antiguidade oriental*, dispõe os seguintes conteúdos: *Dos Egípcios*⁴⁹; *Dos Assírios e Babilônicos*; *Dos Fenícios*; *Dos Hebreus*; *Dos iranianos*; *Dos Arias da Índia*; *Dos Chineses*.

O tópico b) *Antiguidade Clássica*, trata de dois povos os gregos e os romanos. Sobre os gregos apontam os seguintes pontos de estudos: *Tempos primitivos e heroicos*; *As colônias gregas*; *Tempos legislativos*; *Guerras pérsicas ou médicas*; *Guerras do Peloponeso*; *Tebas – Pelopidas e Epaminondas*; *Os Macedônios*; *Últimos tempos da Grécia*; *A Civilização*. Sobre os romanos os pontos de estudos são: *A realeza*; *A república*; *O império*; *A civilização*.

A Parte II da obra *Civilização Medieval*, foi definida pelo Professor Benevides como:

A história média compreende o período que decorre desde a queda do império romano até o décimo quinto século, por ocasião da descoberta da América. Compreende pouco mais ou menos dez séculos. (Benevides, 1912, p.4. Grifos do autor)

Nesta parte a distribuição dos pontos de estudos está agrupada em três partes, a primeira se refere *Os bárbaros: invasões, suas causas e consequências* e apresentou os tópicos: a) *O mundo romano e o mundo bárbaro*; b) *As invasões*; c) *Estados fundados pelos germanos – Os bárbaros e o Cristianismo: as conversões – O império bizantino – os árabes e o islamismo – Carlos Magno: organização social, política e militar – O regime feudal – A Igreja: sua organização e reforma – A civilização oriental: estudo das civilizações bizantina e árabe, influência das mesmas no ocidente*.

Na segunda parte *As cruzadas*, os tópicos abordados foram: a) *As cruzadas do oriente*; b) *As cruzadas do ocidente – Formação da burguesia – As instituições da Inglaterra – A Alemanha Imperial*.

⁴⁹ As normas de escrita foram atualizadas para facilitar o entendimento.

A terceira parte dos estudos relacionados à *Civilização Medieval* trata *A constituição das monarquias modernas*, e apresentou os seguintes tópicos de estudos: a) *Portugal e Espanha*; b) *Unificação da França*; c) *Itália*; d) *Inglaterra*; e) *Alemanha*; f) *Estados escandinavos*; g) *Fundação da Polônia e da Rússia*; *A queda do Império do Oriente*; e *Apreciação Geral da civilização medieval*.

O Professor José Estácio Corrêa de Sá e Benevides no momento em que periodizou a história universal não diferenciou história moderna de história contemporânea, contudo sua obra foi realizada levando em consideração essa divisão temporal da História, a qual ele fez observação no *Proêmio* do livro.

A história moderna começa no fim do século décimo quinto, e vem até nossos dias ocupando-se principalmente dos povos do ocidente. Alguns historiadores, porém, subdividem a história moderna em idade moderna e idade contemporânea – começando a última com a grande revolução francesa de 1789. (Benevides, 1912, p.4. Grifos do autor)

Os conteúdos da Parte III, *Civilização Moderna*, foram organizados pelo professor Benevides da seguinte maneira: *As grandes invenções e os descobrimentos marítimos: sua conseqüências* – a) *As grandes invenções* – b) *Os descobrimentos*; *Estabelecimentos dos governos absolutos na Europa*; *reinados de Luís XIII e Luís XIV na França*; *A entrada dos Eslavos na política geral da Europa* – *A Rússia* – *Pedro o grande*; *Engrandecimento da Prússia*; *Engrandecimento da Inglaterra*; *A Renascença*; *A Reforma*; *A Contra Reforma*; *As relações internacionais* – *a diplomacia* – *o direito das gentes* – *a guerra e etc*; *A revolução de 1648 na Inglaterra e suas conseqüências*; *a revolução de 1688 na Inglaterra e o estabelecimento do regime parlamentar*; *O regime colonial no século XVIII*; *Apreciação geral da civilização moderna*.

Na IV Parte, *Civilização Contemporânea*, os tópicos de conteúdos foram dispostos da seguinte maneira: *A Revolução*; *O Diretório e o Consulado*; *O governo de Napoleão I*; *Estabelecimentos dos governos constitucionais na Europa* – a) *A revolução de 1830 na França e seus efeitos*, b) *a revolução de 1848 na França e seus resultados*; *Repercussão das ideias revolucionárias na*

Europa; Unificação de nacionalidades; A Questão do oriente no século XIX; A democracia, questões sociais; Ciências, letras e artes no século XIX; As transformações econômicas; A expansão da civilização europeia, I – Na América, II – Na Ásia, III – Na Oceania, IV – Na África; e a Apreciação Final.

O livro também apresenta a bibliografia utilizada pelo professor José Estácio Corrêa de Sá e Benevides como fonte de pesquisa para realização dessa obra.

No trabalho de Gualtieri (2008), ela indica que o autor compilou e reproduziu muito das ideias de autores positivistas tais como Thomas Henry Buckle, o próprio A. Comte e o pensador católico Monseigneur Pèchenard. O professor da Escola Normal inicia sua exposição, segundo Gualtieri que analisa como o autor Benevides se posiciona diante do problema da raça, tema fundamental na época, explicando que a história deve reunir e classificar metodicamente os fatos: é a história que nos apresenta os fatos que servem de fundamento às generalizações da sociologia (Gualtieri, 2008). Ainda, na sequência, o autor Benevides discute os elementos que modificam a história, apontando dois deles - o meio físico e a raça – mas, destacando o último como o mais importante modificador da história (p. 238). A noção de raça apresentada é biológica, definida por um conjunto de características peculiares de um determinado grupo humano, ou seja, nas palavras do texto:

As raças extremam-se, atendendo à soma de caracteres constantes ou transmissíveis hereditariamente, que nos aparecem em certos e determinados grupos humanos, com relação aos demais. A reunião destes caracteres, que se encontram exclusivamente num grupo, e que o separam dos restantes, é a característica étnica e constitui um modificador muito importante dos fatos históricos. (Benevides, p. 239)

Pela *Lição* de Benevides existe uma visão comprometida pelo ideário predominante da superioridade da raça branca, sendo, neste caso acrescida da raça branca e cristã. Segundo a autor, os amarelos, embora comparáveis aos “ativos operários da civilização”, não são superiores por não serem cristãos. Essa percepção é reforçada no livro didático de Benevides que encerra as

cerca de trezentas páginas escrevendo, no último parágrafo, que cristianismo e civilização são dois termos equivalentes. (Benevides, s/d, p.307)

Os demais autores e livros que serviram de base à sua obra foram assim organizados pelo professor Benevides:

João Ribeiro – “História Antiga”; Gama Berquó – “História Universal”; Webber – “História Universal”; Buckle – “História da Civilização da Inglaterra” (Introdução); Bacharel Alfredo Moreira Pinto – “Noções de História Universal”; R. Botelho – “História Universal”; Pedroso – “Compêndio de História Universal”; Pedroso – “As grandes épocas da história” (conferências); Victor Duruy – “Compêndio de história universal” (Tradução do Cônego Francisco B. de Souza); C. Cantú – “Histoire Universelle”; Oliveira Martins – “As raças humanas”; Idem – “A republica romana”; Sismond – “Chute de l’ empire romain”; J. Chantrel – “Histoire Eglise”; Ch. Seignobos – “Histoire de la Civilisation”; J. Crozais - “Histoire de la Civilisation”; Ph. Lebas – “Histoire Du moyen-age”; G. Kurt – “Les Origenes de la civilisation moderne”; Dezobry et Bachelet - “Dictionnaire de geographie et d’histoire”; Rocha Pombo – “Compêndio de história da América”; Un siècle (mouvement du monde de 1800-1900) – par um Comité sous la presidence de Monseigneur Pèchenard; A. Mallet – “L’ époque contemporaine” – estas são as fontes desta recopilação. (Benevides, s/d, p.308)

Já a obra História do Brasil – Lições de José Estácio Corrêa de Sá e Benevides nasceu de um projeto editorial da empresa N. Falcone & Companhia, com 266 páginas, na sua primeira edição apresenta na capa o título, o nome do autor e sua formação *Bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas*, bem como o cargo que ocupa *Lente da Escola Normal*.

O livro foi didaticamente dividido em três partes *Tempos Coloniais*, *A Monarquia* e *A República*, precedida de uma introdução *Estudos dos antecedentes históricos da descoberta do Brasil*.

Os conteúdos foram separados em 28 tópicos e organizados seguindo a seguinte distribuição: 16 tópicos, *Tempos Coloniais*; 8 tópicos, *A Monarquia*; e 4 tópicos, *A República*.

A Parte I, *Tempos Coloniais* foi organizada da seguinte maneira: 1. *Descobrimiento do Brasil e primeiras explorações*; 2. *Os habitantes do Brasil ao tempo do seu descobrimiento – noções gerais sobre sua origem, raças, língua, usos e costumes*; 3. *A colonização do território – Martin Afonso e fundação do primeiros núcleos coloniais – as capitanias hereditárias*; 4. *O governo geral – causas e efeitos do seu estabelecimento – Primeiros governadores*; 5. *Os jesuítas no Brasil, sua influência sobre a conduta moral, civil e política dos habitantes – Anchieta, Nóbrega, Antonio Vieira*; 6. *As lutas com os franceses*; 7. *As lutas com os ingleses*; 8. *As lutas com os holandeses*; 9. *As lutas com os Espanhóis*; 10. *Período expansivo dos habitantes do Brasil – povoamento dos sertões – as bandeiras e bandeirantes paulistas e suas entradas – Rivalidades e lutas*; 11. *Marques de Pombal e o Brasil – Influência de sua administração*; 12. *Estudo da origem e da formação da nacionalidade no Brasil*; 13. *A ideia de independência – Conspiração mineira – Tiradentes*; 14. *Mudança da sede da monarquia portuguesa para o Rio de Janeiro, causas e efeitos desse fato*; 15. *A Revolução de 1820 em Portugal e seus efeitos no Brasil – Regresso da corte portuguesa*; 16. *A regência de D. Pedro, sua administração – A declaração da Independência.*

Na Parte II, *A Monarquia*, foi subdividida em duas O reinado de D. Pedro I, com três tópicos: 1. *A aclamação e a coroação – A guerra da independência*; 2. *Assembleia Constituinte – Juramento da Constituição do Império – A revolução de 1824 em Pernambuco – motins na Bahia – Reconhecimento da independência por Portugal – Guerra no Rio da Prata*; 3. *Tratados de comércio – medidas legislativas – Revolta das tropas estrangeiras – motins em Pernambuco e na Bahia – A revolução de 7 de abril de 1831 e a abdicação de D. Pedro I.*

A segunda subdivisão O Reinado de D. Pedro II, conta com cinco tópicos, distribuído em: 4. *A menoridade, regências provisória e permanente – Estudos dos fatos principais deste período*; 5. *Regências de Feijó e de Araújo Lima, estudo dos fatos mais importantes*; 6. *A maioridade – primeiros atos governamentais, atos legislativos mais importantes – Movimentos revolucionários em São Paulo e Minas Gerais – Pacificação do Rio Grande do Sul – A revolução praieira em Pernambuco*; 7. *A guerra contra Oribe e Rosas – Tratados com o Paraguai – a questão anglo-brasileira, Christie – As guerras*

contra o Uruguai e Paraguai; 8. Apreciação geral do estado do Brasil, ciências, letras, artes, agricultura, comércio e indústria, finanças.

A Parte III, *A República* apresentou quatro tópicos de conteúdos, contudo conforme advertência feita pelo autor trata-se de um período ainda em construção. Segundo o autor

Fornecem, elas, os elementos de um conhecimento geral da 'História Pátria', si bem que muito limitadas com relação à última parte do programa, porque, sendo tarefa de futuros historiadores o escrever a 'história' desse período, só existe dele por enquanto a simples resenha dos fatos. (Benevides, 1911, p. 2)

A distribuição dos conteúdos para Parte III foram assim propostos: *1. A revolução de 15 de novembro de 1889 – Proclamação e estabelecimento da República – O governo provisório; 2. A presidência do Marechal Deodoro da Fonseca; 3. A Presidência do Marechal Floriano Peixoto; 4. A presidência do Dr. Prudente J. de Moraes Barros.*

A obra foi finalizada com a enumeração das fontes da recopilação, onde o professor José Estácio Corrêa de Sá e Benevides aponta quais os livros que serviram de alicerce para produção do livro,

C. Cantu – História Universal ampliada por Enne; R. Botelho – História Universal; A. Herculano – História de Portugal; Porto seguro – História Geral do Brasil; Mello Moraes – Corographia do Brasil; J. A. Teixeira de Mello – Ephemerides nacionaes; Couto de Magalhães – O Selvagem; Capistrano de Abreu – Descobrimto e Desenvolvimento do Brasil no século XVI; José Feliciano – O Descobrimto do Brasil, Centenário (III) do Venerável Anchieta (conferencias); Pereira da Silva – Quadros da História colonial do Brasil; A. Brasiliense – História Pátria; Mattoso Maia – Lições da História do Brasil; Padre Galanti – Compendio da História do Brasil; João Ribeiro – História do Brasil; Andrade – História do Brasil; Sylvio Romero – História do Brasil (ensino cívico); R. Villa Lobo – História do Brasil; A. Moreira

Pinto – História do Brasil; Machado de Oliveira – História da Província de S. Paulo; Pereira da Silva – História da fundação do Império; J. Fix. Guerra do Paraguay, etc... (Benevides, E. C. de Sá e. *História do Brasil*. São Paulo: N. Falcone & Comp.s/d. p. 266)

Em suma, partindo da análise sobre as obras do Professor José Estácio Corrêa de Sá e Benevides foi possível explicitar um pouco de sua prática, evidenciando o caráter de suas ações enquanto foi professor de História da Escola Normal de São Paulo.

Considerações Finais

A pesquisa buscou identificar as especificidades do processo de consolidação da disciplina História na Escola Normal de São Paulo entre 1880, ano que ocorre sua terceira fundação e a aprovação de seu Regulamento, até 1890, ano que a escola passou pela Reforma Caetano de Campos, seus métodos e conteúdos, buscando lançar olhar para as finalidades educativas desta disciplina escolar.

Para cumprir essa tarefa realizamos um minucioso trabalho de levantamento de fontes primárias no Arquivo Histórico do Estado de São Paulo, onde se destacam o programa de História, apresentado a Congregação de professores em 1888, correspondências entre políticos, legisladores, diretores, professores e alunos da Escola Normal, no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP), no qual são objeto de análise desta pesquisa, impressos do século XIX, principalmente os relatórios da Escola Normal e o Regulamento da mesma, no LEMAD – Laboratório de Ensino e Material Didático (USP) onde se encontram as obras *História da Civilização* e *História do Brasil- Lições* do Dr. José Estácio Corrêa de Sá e Benevides, e no Acervo Histórico da escola Caetano de Campos, onde se podem encontrar fontes como Atas da Congregação de Professores, Relatórios dos Diretores, Notas e Exames, que ajudaram a reconstruir a história do ensino de História.

Dessa investigação, aprendemos que os conflitos da Escola Normal foram diversos no que se referiu à organização curricular, envolvia a seleção dos conteúdos e várias questões de natureza metodológica para a efetivação de práticas escolares.

As divergências na constituição curricular ocorriam no momento em que os debates colocavam em confronto os projetos curriculares humanísticos e os de caráter científico e em lados opostos os que se recusavam a aderir ao regime republicano e os que compartilhavam das propostas do novo sistema político.

Conforme se pode observar pelas atas da Congregação dos professores da Escola Normal, os programas curriculares foram elaborados em meio a conflitos entre posições diversas do corpo docente, tanto de caráter político quanto epistemológicas.

Ao mesmo tempo há interferência direta do poder político da província e, depois estado de São Paulo, com forte controle sobre os diretores e sua atuação frente o corpo docente.

Pudemos verificar também que o currículo pré-ativo dos programas da cadeira de História da Escola Normal de São Paulo, entre os anos de 1880 e 1890 foram elaborados pelo professor José Estácio Corrêa de Sá e Benevides, sendo ele também o responsável por tornar este currículo pré-ativo em interativo, caso pouco comum nas disputas de constituição de uma disciplina escolar.

Constatamos que a Escola Normal, por ter o objetivo de formar professores introduziram cadeiras para formação específica dos professores, que também apresentavam propostas curriculares para as escolas anexas de nível elementar que serviam para a prática. Portanto, não deveria ser uma escola com base no modelo de escola secundária com caráter propedêutico, mas sim, uma instituição de formação profissional.

No entanto apesar de algumas inovações no currículo da Escola Normal o conservadorismo educacional manteve o ensino da Religião atrelado à formação pedagógica dos alunos, permanecendo no currículo da Escola Normal de São Paulo durante toda a década de 1880.

Nesse sentido, o ensino de História proposto com base nos programas escolares foi objeto de disputas entre diferentes setores das classes dominantes, no âmbito do conhecimento histórico, havendo um embate entre o predomínio de uma História Sagrada em contraposição a uma História laica, influenciada por métodos cientificistas e positivistas.

O Conteúdo de História Universal e do Brasil ensinado na Escola Normal São Paulo era factual e descritivo com tendência em conciliar uma história de caráter científico sem perder a gênese de uma moral católica. Usava como principal metodologia as preleções, leitura de livros didáticos e memorização.

Durante análise da história ensinada pelo professor José Estácio Corrêa de Sá e Benevides realizadas principalmente pelas Atas da Congregação, memórias de ex-alunos publicadas em revistas de ensino ou comemorativas, livros Didáticos de História por ele publicados foi possível reconstruir algumas das características das práticas de sala de aula, e a percepção de que ele foi um profissional com determinado status de intelectual, com responsabilidades,

não apenas profissionais, mas também no que se referia ao conhecimento que estava sendo disseminado e de como era produzido e divulgado.

Desse modo, a análise das fontes permitiu reunir indícios para a reconstrução da disciplina escolar História na Escola Normal de São Paulo, no final do século XIX, seus programas, conteúdos, carga horária, propostas metodológicas, considerando a ação dos intelectuais que participaram deste processo de consolidação da disciplina, bem como seus conflitos e jogos políticos. Tal análise permitiu perceber como foram elaborados os currículos da cadeira de história durante a fase de transição do período imperial para o republicano. Apontando mudanças e permanências quanto ao que estava sendo proposto para a formação dos professores naquele momento.

Referências Bibliográficas

Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1880. São Paulo, 1880.

ALMEIDA, Jane Soares de. *Currículos da Escola Normal Paulista (1846-192): revendo uma trajetória*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília. Set/dez, 1995.

A Província de São Paulo, Campinas 1876, 1877, 1879, 1880, e 1884.

ARAÚJO, José Carlos Souza ET all (orgs). *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. Campinas, SP: Alínea, 2008.

ARAÚJO, José Carlos Souza ET all (orgs). *À Guisa de um Inventário sobre as Escolas Normais no Brasil: O movimento histórico-educacional nas unidades provinciais/federativas (1835-1960)*. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (orgs.). *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

BARRETO, Arnaldo de Oliveira de oliveira. *Revista de Ensino, São Paulo, n. 2, p. 367, jun. 1902*.

BARROS, Roque Spencer Maciel de Barros. *A Ilustração e a Idéia de Universidade*. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Boletim nº241, 1959.

BAUAB, Maria Aparecida Rocha. *O ensino normal na província de São Paulo(1846-1889):subsídios para o estudo normal no Brasil-Império*. Doutorado em Filosofia. São José do Rio Preto: FFLCH-USP, 1972.

BENEVIDES, José Estácio Corrêa de Sá. *História do Brasil - Lições*. São Paulo: Falcone. 19__.

BENEVIDES, José Estácio Corrêa de Sá. *Resumo da História do Brasil*. São Paulo: Francisco Alves.1911.

BENEVIDES, José Estácio Corrêa de Sá. *Lições de História da Civilização*. São Paulo: Francisco Alves.1912.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Pátria, Civilização e Trabalho: o ensino de História nas escolas paulistas (1917-1939)*. São Paulo: Loyola. 1990.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Disciplinas escolares: História e Pesquisa. In: TABORDA DE OLIVEIRA, M. A. (Org.) ; RANZI, Serlei Maria Fischer (Org.) . *História das Disciplinas Escolares no Brasil: contribuições para o debate*. 1. ed. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2003,p.09-38.

BITTENCOURT, Circe .M.F. *Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910)*. Educação e Pesquisa. São Paulo, n.32, set/dez, 2004, pp. 475-491.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes.. *Livro Didático e Saber Escolar 1810-1910*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes.. *Ensino de História : fundamentos e métodos*. 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRUNO, Silva Ernani. *História e Tradições da Cidade de São Paulo: Metrópole do Café (1872-1918)*. Volume III. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.

BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2008.

CAMPOS, M. C. S. S. *Formação do magistério em São Paulo: do Império a 1930*. Cadernos de Pesquisa (São Paulo), v.72, p.5-16, 1990.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Uma biblioteca francesa para Escola Normal de São Paulo (1882): livros de formação profissional e circulação de modelos culturais. In: *Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007.

CATANI, Denice. B. Memória e Biografia: o poder do relato e o relato do poder. *Cadernos pesquisa Histórica: Retratos da Educação no Brasil*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, s/d.

CATANI, Denice. *Educadores a Meia-Luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Benéfica do Professorado Público de São Paulo – 1902-1919*. 1989. Tese (Doutorado) – FEUSP, São Paulo.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel: 1990.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n.2, 1990.

DIAS, Marcia. Hilsdorf. *Professores da Escola Normal de São Paulo (1846-1890): a história não escrita*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

DIAS, Marcia. Hilsdorf. Escola Normal de São Paulo do Império: entre a metáfora das luzes e a história republicana Escola Normal de São Paulo. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (orgs.). *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 14, p. 19-34, 2000.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. *Construtores de Identidades: A pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: Editora Iglu, 2004.

GOODSON, Ivor F. *Currículo: teoria e história*. Trad. Atílio Brunetta. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GOODSON, Ivor. *Currículo: Teoria e História*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.

GUALTIERI, Regina Cândida Ellero . Leituras de formação: raça, corpo e higiene em publicação pedagógica do início do século XX. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 18, p. 49-67, 2008.

H AidAR, Maria Lurdes Mariotto. *O Ensino Secundário no Império do Brasileiro*. São Paulo: Grijalbo/Edusp, 1971.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *Francisco Rangel Pestana: jornalista, político, educador*. 1986. Tese (doutorado) – Faculdade de Educação da USP, São Paulo.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *A Escola Normal de São Paulo, entre o Nós e o Outro*. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (orgs.). *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

HOLLANDA, Sergio Buarque de. *O Brasil monárquico: do Império à República*. Tomo II. Vol.5. Rio de Janeiro: DIFEL, 1985. 4ªed.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, n.1,p.9-43, 2001.

MONARCHA, Carlos. *A Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1999.

NADAI, Elza. *Ginásio do Estado em São Paulo: uma preocupação republicana (1889-1896)*. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1987.

OLIVEIRA, J. F. de. *O ensino em São Paulo: algumas reminiscências*. São Paulo: Tipografia Siqueira, 1932.

PESTANA, Marina Gugliotti. *Colecionando livros, Formando Mestres: A biblioteca pedagógica da Escola Normal de São Paulo (1883)*. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011).

Polianthéia Comemorativa do Centenário do Ensino Normal em São Paulo 1846-1946. São Paulo, Gráfica Bréscia, 1946.

REIS FILHO, Casemiro dos. *A educação e a ilusão liberal*. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 1995.

REIS, M. C. D. *Tessitura de destinos: mulher e educação*. São Paulo: EDUC, 1993.

RODRIGUES, J. L. *Um Retrospecto: alguns subsídios para a história pragmática do ensino público em São Paulo*. São Paulo: Instituto Anna Rosa, 1930.

RODRIGUES, L. M. P. *A Instrução feminina em São Paulo: subsídios para sua história até a Proclamação da República*. São Paulo: Faculdade de Filosofia Sedes Sapientea, 1962.

SCHAFFRATH, M. dos S. Escola Normal: o projeto das elites brasileiras para a formação de professores. *In I Encontro Interdisciplinar de Pesquisa em Artes*. 2008, Curitiba. FAP, 2008.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890 – 1910)*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

SHIEH, Cynthia Lushiuen. *O que ensinar nas diferentes escolas públicas primárias paulistas: um estudo sobre os programas de ensino (1887-1929)*. Dissertação (mestrado em educação), Universidade de São Paulo. 2010.

TANURI, Leonor M. *A Escola Normal no Estado de São Paulo no período da Primeira República: Contribuição para o Estudo de sua estrutura didática*. 1973. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Marília, 1973.

TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldina Tursi. *A disciplina de História no Paraná: Os Compêndios de História e A História Ensinada (1876-1905)*. Tese (doutorado em Educação: História, Política, Sociedade), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

VIDAL, Gonçalves Dias & FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da Educação no Brasil: A constituição histórica do campo (1880 – 1970). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, nº 45, pp. 37-70 – 2003.

VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. *A Primeira Escola Normal do Brasil: concepções sobre a institucionalização da formação docente no século XIX*. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (orgs.). *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

XAVIER, Maria Elizabete S.P, *Poder político e educação*, Editora Cortez, São Paulo, SP, 1980.

VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernard e THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. *Educação em revista*, n. 33p. 7-48, jun/2001.

Documentos

BRITO, Laurindo de. Regulamento da Escola Normal: Expedido aos 30 de junho de 1880 pelo Conselheiro Laurindo de Brito. Texto manuscrito. 30/06/1880. Arquivo Público do Estado de São Paulo, Escola Normal, Lata 5131, 1880.

Série Manuscritos do Arquivo do Estado de São Paulo sobre a Escola Normal, Lata 1TI, número de ordem 5129.

Série Manuscritos do Arquivo do Estado de São Paulo sobre a Escola Normal, Lata 2TI, número de ordem 5130.

Série Manuscritos do Arquivo do Estado de São Paulo sobre a Escola Normal, Lata 3TI, número de ordem 5131.

Decretos

Decreto de Lei n.º 9 de 22 de março de 1874, *Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo*, tomo I, 2ª Ed., Imp. Oficial do estado de São Paulo.

Decreto de Lei nº 53, de 21 de Abril de 1875, *Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo*, tomo I, 2ª Ed., Imp. Oficial do estado de São Paulo.

Decreto de Lei nº81 de 6 de abril de 1887, *Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo*, tomo I, 2ª Ed., Imp. Oficial do estado de São Paulo.

Decreto de Lei nº 27, de 12 de março de 1890, *Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo*, tomo I, 2ª Ed., Imp. Oficial do estado de São Paulo.

Relatórios

A. Brasiliense, Os Programas dos Partidos e o 2º Império, São Paulo, Tipografia de Jorge Seckler, 1878.

BENEVIDES, José Estácio Corrêa de Sá. Programa de História apresentado a Congregação de professores da Escola Normal de São Paulo. Texto manuscrito. 01/03/1888. Arquivo Público do Estado de São Paulo, Escola Normal, Lata 5131.

BENEVIDES, José Estácio Corrêa de Sá. Relatório da Escola Normal de São Paulo – 1886. Texto manuscrito. 26/10/1886. Arquivo Público do Estado de São Paulo, Escola Normal, Lata 5131.

Ofício dos diretores para o Governo da Província de São Paulo

BOURROUL, Paulo. Ofício do Diretor da Escola Normal, ao Presidente da Província, datado de 8/10/1882. Arquivo do Estado de São Paulo, Escola Normal de São Paulo: 1849 – 1885. Lata nº de ordem 5130.

CHAVES, Manuel José, Ofício ao Inspetor de Instrução Pública Diogo de Mendonça informando sobre a Escola Normal de São Paulo (1860), Arquivo do Estado. Instrução Pública, Série Correspondências.

CHAVES, Manuel José, Ofício ao Inspetor de Instrução Pública Diogo de Mendonça informando sobre a Escola Normal de São Paulo (1861), Arquivo do Estado. Instrução Pública, Série Correspondências.

BENEVIDES, José Estácio Corrêa de Sá. Ofício apresentando argumentos para a alteração no currículo e exames da Escola Normal encaminhado ao Presidente da Província. Ofício manuscrito. 12/03/1885. Arquivo Público do Estado de São Paulo, Escola Normal, Lata 5131, 1885.

BENEVIDES, José Estácio Corrêa de Sá. Ofício informando ao Presidente da Província sobre a reunião com a congregação da escola para proposta e aprovação dos compêndios de ensino das respectivas cadeiras. Ofício manuscrito. 04/03/1886. Arquivo Público do Estado de São Paulo, Escola Normal, Lata 5129, 1886.

Livro de Atas da Congregação de professores.

REIS, Carlos. Ata da Congregação dos Professores da Escola Normal. 29/09/1888. Texto manuscrito. Acervo Histórico da Escola Caetano de Campos.

RIBEIRO DE LIMA, Thomaz Augusto. Ata da Congregação dos Professores da Escola Normal. 30/07/1887. Texto manuscrito. Acervo Histórico da Escola Caetano de Campos.

RIBEIRO DE LIMA, Thomaz Augusto. Ata da Congregação dos Professores da Escola Normal. 31/12/1887. Texto manuscrito. Acervo Histórico da Escola Caetano de Campos.

RIBEIRO DE LIMA, Thomaz Augusto. Ata da Congregação dos Professores da Escola Normal. 01/03/1888. Texto manuscrito. Acervo Histórico da Escola Caetano de Campos.

RIBEIRO DE LIMA, Thomaz Augusto. Ata da Congregação dos Professores da Escola Normal. 24/03/88. Texto manuscrito. Acervo Histórico da Escola Caetano de Campos.

RIBEIRO DE LIMA, Thomaz Augusto. Ata da Congregação dos Professores da Escola Normal. 30/05/1888. Texto manuscrito. Acervo Histórico da Escola Caetano de Campos.

BENEVIDES, José Estácio Corrêa de Sá. Ofício informando ao Presidente da Província sobre a reunião com a congregação da escola para proposta e

aprovação dos compêndios de ensino das respectivas cadeiras. Ofício manuscrito. 04/03/1886. Arquivo Público do Estado de São Paulo, Escola Normal, Lata 5129, 1886.

BENEVIDES, José Estácio Corrêa de Sá. Ata da Congregação dos Professores da Escola Normal. 01/03/1887. Texto manuscrito. Acervo Histórico da Escola Caetano de Campos.

BENEVIDES, José Estácio Corrêa de Sá. Ata da Congregação dos Professores da Escola Normal. 31/08/1887. Texto manuscrito. Acervo Histórico da Escola Caetano de Campos.

BENEVIDES, José Estácio Corrêa de Sá. Ata da Congregação dos Professores da Escola Normal. 30/12/1887. Texto manuscrito. Acervo Histórico da Escola Caetano de Campos.

BENEVIDES, José Estácio Corrêa de Sá. Ata da Congregação dos Professores da Escola Normal. 28/06/1888. Texto manuscrito. Acervo Histórico da Escola Caetano de Campos.

BENEVIDES, José Estácio Corrêa de Sá. Ata da Congregação dos Professores da Escola Normal. 20/07/1888. Texto manuscrito. Acervo Histórico da Escola Caetano de Campos.

BENEVIDES, José Estácio Corrêa de Sá. Ata da Congregação dos Professores da Escola Normal. 16/11/1888. Texto manuscrito. Acervo Histórico da Escola Caetano de Campos.

BENEVIDES, José Estácio Corrêa de Sá. Ata da Congregação dos Professores da Escola Normal. 01/03/1889. Texto manuscrito. Acervo Histórico da Escola Caetano de Campos

BENEVIDES, José Estácio Corrêa de Sá. Ata da Congregação dos Professores da Escola Normal. 16/11/1889. Texto manuscrito. Acervo Histórico da Escola Caetano de Campos.

BENEVIDES, José Estácio Corrêa de Sá. Ata da Congregação dos Professores da Escola Normal. 19/11/1889. Texto manuscrito. Acervo Histórico da Escola Caetano de Campos.

BENEVIDES, José Estácio Corrêa de Sá. Ata da Congregação dos Professores da Escola Normal. 21/11/1889. Texto manuscrito. Acervo Histórico da Escola Caetano de Campos.

BENEVIDES, José Estácio Corrêa de Sá. Ata da Congregação dos Professores da Escola Normal. 15/03/1890. Texto manuscrito. Acervo Histórico da Escola Caetano de Campos.

BENEVIDES, José Estácio Corrêa de Sá. Ata da Congregação dos Professores da Escola Normal. 31/10/1890. Texto manuscrito. Acervo Histórico da Escola Caetano de Campos.

BENEVIDES, José Estácio Corrêa de Sá. Ata da Congregação dos Professores da Escola Normal. 18/11/1890. Texto manuscrito. Acervo Histórico da Escola Caetano de Campos.

BENEVIDES, José Estácio Corrêa de Sá. História da Civilização. São Paulo: Francisco Alves. 1912.

BENEVIDES, José Estácio Corrêa de Sá. História do Brasil – Lições. São Paulo: Francisco Alves. 1912.

VICENTE DA SILVA, Manoel. Ata da Congregação dos Professores da Escola Normal. 10/06/1888. Texto manuscrito. Acervo Histórico da Escola Caetano de Campos.

ANEXOS

Anexo A - Programa de História apresentado a Congregação de Professores da Escola Normal de São Paulo em 1º de março de 1888 pelo Professor Dr. José Estácio Corrêa de Sá e Benevides⁵⁰

História do Brasil

1. As viagens e Descobrimientos Marítimos dos portugueses. Cristovão Colombo. Vasco da Gama.
2. Descobrimto do Brasil e seus primeiros exploradores.
3. Povos indígenas: Etnografia, língua, período de civilização, tabas, usos e costumes, religião, forma de governo e guerras.
4. O sistema de colonização, Capitanias Hereditárias. D. João III.
5. Governo Geral: Thomé de Sousa, Duarte da Costa e Mem de Sá.
6. Domínio da Espanha e fatos subseqüentes.
7. Holandeses: Primeira e segunda invasão.
8. Destruição dos Palmares, guerras civis dos Mascates e dos Emboabas.
9. Duclera, Duguay Trowin no Rio de Janeiro; Tratados de Utrecht e de Madrid 1688 a 1750.
10. Desenvolvimento do Brasil no reinado de D. João 5º.
11. Reinado de D. José 1º; Jesuítas e Marques de Pombal.
12. Primeiras idéias de Independência – Minas.
13. Transmigração da Família Real de Bragança para o Brasil.
14. Revolução de Pernambuco.
15. Revolução em Portugal em 1820; Seus feitos no Brasil.
16. Regresso da Corte portuguesa e, Regência no Brasil, Independência.
17. Assembléia Constituinte, Fatos Subseqüentes.
18. Abdicação, governos regenciais: Declaração de maioria de D. Pedro 2º.
19. Primeiro ministério em Minas Gerais e em São Paulo 1842.
20. Guerra no Rio da Prata contra Oribe e Rosas.
21. Tratado com o Paraguai de 6 de Abril de 1856.
22. Desenvolvimento industrial, comercial e literário do Brasil.
23. Guerra contra o Uruguai: Intervenções indébitas do ditador Solano Lopes. Guerra Contra o Paraguai.
24. Recapitulação da matéria dada.
25. Desenvolvimento de alguns fatos principais da História da Província.

História Sagrada

1. Provas doutrinárias da verdade científicas dos livros santos.
2. Criação do mundo: Cosmogomia da bíblia e das ciências.
3. Dilúvio : Noé, dispersão dos homens.
4. Terceira época: Abraão, Issac e Jacó.
5. História de José, de Moisés.
6. Governo dos juizes.
7. Reinado de Saul, de David, de Salomão.
8. As 10 tribos. Reinos de Israel e de Judá. .
9. Os profetas Elias, Eliseu e Jonas. História de Tobias e Judite.
10. Os judeus cativos em Babilônia. História de Ester.
11. Últimos acontecimentos que precederam a vinda do Messias.
12. Nascimento do Messias sua Infância.

⁵⁰ Procurando facilitar à compreensão a ortografia foi modificada, adequando-a as normas atuais.

13. Vida pública de Jesus.
14. História dos apóstolos. Conclusão.

Resumo da História Universal

1. Objeto da História: seus métodos e divisões; fontes históricas.
2. Elementos modificadores da História. Antiguidade do Homem.
3. Egito: história política e Civilização do Egito.
4. Assíria e Babilônia. Fenícia: Civilização.
5. Israel, Ária e Pérsia. China: Civilização
6. Grécia: Política e Civilização
7. Roma: história política de Roma. Cartago. Fim do Império do Ocidente.
8. História política. Idade Média: Fatos principais.
9. História Moderna: Fatos principais, Civilização.
10. História Contemporânea: Revolução e reações políticas.
11. Constituição de novas nações.
12. Unificação de nacionalidades.
13. Civilização da Idade Contemporânea.
14. Quadro cronológico da História Universal.

Anexo B – Atas da Congregação de professores da Escola Normal de São Paulo dos dias 07 de Fevereiro e 18 de Março de 1887.

Acta da Congregação extraordinária dos Professores
da
Escola Normal de S. Paulo.

Nos 7 dias do mês de Fevereiro do anno de 1887, nesta Imperial
Cidade de S. Paulo, no edificio da Escola Normal, em
a sala das Congregações, presentes o Sr. Director e
Professores abaixo assignados foi aberta a sessão.

O Sr. Director declarou a reunião da Congregação em
sessão extraordinária a fim de ^{tractar-se} tratar-se dos
exames vagos que devem ter lugar a 10 de Fevereiro p.
futuro

Com respeito foram, pelo Sr. Director, designadas
as Comissões examinadoras, compostas dos Pro-
fessores dos respectivos annos.

Nada mais havendo a tractar-se foi encerrada a
sessão. E eu, Antonio Militar de S. Alexandrino, Professor
Secretario auctente a escrever: José S. C. & Luiz Benevides
Carlos Lemos P. Camargo, Cypriano José de Bar-
sello J. Furtado. Antonio Militar de S. Alexandrino.

Acta da Congregação extraordinária dos Professores
da Escola Normal de S. Paulo.

No primeiro dia do mês de Março do anno
de mil e oitenta e sete, nesta Imperial Cidade
de S. Paulo, no edificio da Escola Normal, em a sala
das Congregações, presentes os Professores abaixo
assignados, foi pelo Sr. Director aberta a sessão.

O Sr. Director declarou a reunião da congregação

A autentica
diz: tractar-se
dos exames

gação reunida em sessão extraordinária, apim de que se tracte de assumptos relativos ao bem andamento da Escola. Pelo mesmo Sr. Director foi apresentado e se quizo o Horario, que deve vigorar no presente anno:

(1º anno)		Horario.	Sala n.º 2
Aritmetica	nas 2 ^{as} 4 ^{as} e 6 ^{as}	} das 8,45 ás 9,45	" n.º 2
Portuguez	" 3 ^{as} - Sabbados		
Frances	" 2 ^{as} 4 ^{as} e 6 ^{as}	} das 10 ás 11	" n.º 3
Latina	" - Sabbados		
- 2º anno -			
Portuguez	" 2 ^{as} 4 ^{as} - 6 ^{as}	} das 8,45 ás 9,45	Sala 1 (" n.º 2
Geometria	" 3 ^{as} - Sabbados		
Frances	" 3 ^{as} - Sabbados	" 10-11	(" 2
Physica	" 3 ^{as} - Sabbados	" 11,45-12,15	(" 3

3º anno

Geographia	" 2 ^a 3 ^a 4 ^a 6 ^a Sabbados,	das 10-11	Sala n.º 1
Chymica	" 2 ^a 4 ^a 6 ^a	das 11,15 ás 12,15	(3
Pedagogia	" 2 ^a , 3 ^a , 4 ^a , 6 ^a	" 12,30-1,30	(2

a Bibliotheca sera' franqueada aos alumnos nas 2^{as}, 4^{as} e 6^{as} da 11^a a 2^{da} da tarde, e ás alumnas nas 3^{as} e Sabbados das 12 ás 2^{da} da tarde.

Curso Annuo

Escolas primarias das 9 ás 12-

" preparatorias das 12^{1/2} ás 2-

Isto em observação foi approvado por unanimidade de de votos.

Em seguida os Professores Sr. José C. Garcia de Sa. e Sr. Miranda, Cyrilliano José de Carvalho e Sr. Padre Camillo Bassalacqua apresentaram o programma do Curso de suas respectivas cadeiras, que foram unanimemente approvados.

ma tracadem em ma grammatica da
Lingua Franca.

Tratando-se da adopção de compendios
a Congregação por indicação dos respectivos
nos professores adopta:

Berra a 2^a Cadeira: Arithmetica de Ottoni
e Geometria de Lacroix.

" 3^a Cadeira: Geographia de Cartembert,
Geographia de Brossol de Moreira Brito, Lecons
na Universa de C. Pedrose e Lecons na de Motte
no Mayer.

" 4^a Cadeira: Pedagogia e Methodologia
pelo B.^o Cornille Bassalacerna. e Cathecismo de F. X. Schenpp

" 5^a Cadeira: Physica per Jacquet e Chis
mica per Langlibert.

O Sr. Professor da 5^a Cadeira propoe aceitar
compendios para o estudo de Physica e Chimi
ca, unicamente como norma e ordenaçã
de factos, reservando-se o direito de fazer
as modificações que julgar convenientes. Foi
approvado.

O Sr. Professor da 2^a Cadeira - absterne-se
de votar quanto a approvaçã dos Com
pendios organisaes pelos professores da
Escola.

Nada mais havendo a tractar-se
foi encerrada a sessão.

E. para comter foi esta por assim lavada.
Eu, Antonio M. B. T. de Souza Agui
re, Secretario interino a escrever.

Com tempo declare que o Compendio ado
ptado pelo Sr. Professor da 6^a Cadeira intitu
la-se: Curso de Lingua Franca, com mes

fulgando justificadas as faltas de effeio,
e tambem as de abril de Lydia Cortez,
Lydia de Castro e Glycerio Barrios.

2.º

Que provassem o motivo allegado em
suas peticoes os alumnos Alfred Rava-
lho Bellegarde, Francisco Americo Pe-
reira, Pedro Thomaz Paulo de Oliveira,
Americo Marcando Machado, Maria
Pora Duarte e Isabel de Toledo Bouda-
a fim de poderem justificar as faltas.

3.º

Indeferir as peticoes de Felisbina Vas-
cous Caellas, Alzira de Almeida Lis-
boa, Carlos Grellet Junior, Julio de
Almeida e Edmundo Malagueira, de
Almeida Lisboa - fulgando nao justi-
ficadas as suas faltas de effeio.

4.º

Que se considerassem tambem nao
justificadas as faltas de todos os outros
alumnos que nao requereram justificacaes.

5.º

Declarar-se terem perdido o anno os
seguintes alumnos:

1.º Anno: Calimeria Froemberg, Joao
Silvio de Faria, Fortunato
A. de Oliveira Penteado, Vir-
gilio Francisco Caldas,
e Fernando Machado.

2.º Anno: Francisca Aurelia Vaz
Pinto e Benedicto Ma-
ria de Jesus.

com excepção d'aquelles que fossem reprovados em exames de supplementa ultimamente effectuados.

O Sr. Sr. Director apresentou a consideração dos professores de Eschola, uma proposição de L. Ca.º o Sr. Presidente da Commissão, em virtude da qual ficou a Commissão autorizada a dividir as aulas do 1º Anno, em duas secções - masculina e feminina, e em consequencia dessa divisão apresentou o Sr. Sr. Director a seguinte medida propozção no horario das aulas:

Horario

1º Anno (alunos)

Arithmetica	2 ^{as} 4 ^{as} 6 ^{as}	Sala nº 2	} 8,45 a 9,45
Continguer	3 ^{as} Sabb.	" nº 1	
Francês	2 ^{as} 4 ^{as} 6 ^{as}	" nº 2	- 10 a 11
Domtina Christã	Sabb.	" 1	12,30 a 1,30

- alumnas -

Arithmetica	2 ^{as} 4 ^{as} 6 ^{as}	" nº 2	- 10 a 11
Continguer	3 ^{as} Sabb.	" nº 1	10 a 11
Francês	2 ^{as} 4 ^{as} 6 ^{as}	" nº 2	11,15 a 12,15
Domtina Christã	Sabbado	" nº 1	11,15 a 12,15
Cartas de g. Granda de metricas	3 ^{as}	" nº 1	11,15 a 12,15

2º Anno

Continguer	2 ^{as} 4 ^{as} 6 ^{as}	Sala nº 2	} 8,45 a 9,45
Geometria	3 ^{as} Sabb.	" nº 2	
Francês	" "	" nº 2	10 a 11
Phisica	" "	" nº 3	11,15 a 12,15
Granda de metricas	3 ^{as}	" 1	12,30 a 1,30

3º Anno

Geographia e Historia	2 ^{as} , 3 ^{as} , 4 ^{as} , 6 ^{as}	Sabb. sala nº 1	10 a 11
-----------------------	---	-----------------	---------

Arreigua - 2^o 4^o e 6^o de n.º 3 11,15 e 12,15

Escuela e Metodologia 2^o 3^o 4^o e 6^o de n.º 2 12,30 e 1,30

O honorario foi aceite e approvado pela Congregação.

O Sr. Director da 5^a Classe pede permissão para prolongar a aula de Syllabus, em sábado, o tempo que julgar necessario.

E foi approvado.

Nota para honrando a tratar.

Dr. Dr. Director encerrou a reunião. E para esmitter foi esta promissa lavrada. Em, Antonio M. S. Furtado de Lima Aguiar, Secretario. e encerrado.

Juvenio - P. L. Passalacqua Carlo Rosa
G. Furtado. Antonio M. S. Furtado

Acta da Congregação archiepiscopal dos Proprietarios da Escola Normal de S. Bento.

Em 30 dias do mes de Março de 1887, nesta Congregação Episcopal de S. Bento, no edificio da Escola Normal, em um sábado, Congregação, presentes os proprietarios abençoados assignados, foi pelo Sr. Director celebrada

Anexo C – Atas da Congregação de professores da Escola Normal de São Paulo dos dias 31 de Agosto, 30 de Setembro e 31 de Outubro de 1887.

terminasse a dar diariamente, só uma aula, como está determinado pelo Reg. em vigor.

Não havendo mais nada a tratar foi pelo Sr. Director encerrada a sessão.

E eu, para constar, lavrei esta que assigno. Thomaz Augusto Ribeiro de Lima, secretario interino.

Conseg. Manoel Vicente da Silva
 Carlos Reis. J. Furtado. Cipriano J. de
 Carvalho. José C. de Sá e Benevides.

Acta da sessão ordinaria de 31 de Agosto de 1887.

Nos trinta e um dias do mez de Agosto do anno de mil e oitocentas e oitenta e sete, nesta Imperial Cidade de S. Paulo, e edificio em que funciona a Escola Normal, as dez horas da manhã, presentes o Excellentissimo Senhor Director Canejo Manoel Vicente da Silva e os professores Sr. Carlos Reis, Gedeon José Furtado, José C. C. de Sá e Benevides, Sr. Camillo Passalacqua e Carlos M. de Toledo Lessa - houve o numero regulamentar - declarou o Excellentissimo Senhor Director aberta a sessão.

Antes de se tractar do expediente o Excellentissimo Senhor Director, alludindo ao facto de se achar pela primeira vez presidindo os trabalhos da Congregação, proferiu algumas palavras extenuando a seu modo de pensar sobre a Escola Normal e seu Professorado e, em relação a empresa de que fôra encarregado pelo Excellentissimo Governador Provincial, affirmou que si outros lhe faltavam para bem exercê-la - digo - affirmou que, si outros dotes lhe faltavam para bem exercê-la, possuía pelo menos omitissimos boa vontade e necessario

tuicão a altera de que era necessária — contando para isso tambem com a boa vontade e auxilio do illustre do corpo docente, ao qual finalmente pediu que não o recibem com qualquer prevençã de espirito e que aguardam os seus actos para julgal. e absolvendo-o ou condemnando-o.

Em seguida, lida a acta da sessã antecedente foi ella approvada e assignada — passando-se a tratar do expediente que contava de peticões de justificaçã de faltas dos alumnos nas differentes aulas do curso durante o mez de julho ultimo.

Ao comecar a tratar-se os referido expediente com parecer o D. Cypriano Jau de Carvalho e tomou parte nos trabalhos.

Depois de lidas as peticões apresentadas, e depois de apreciados os motivos allegados para a justificaçã das faltas, foi resolvido por unanimidade de votos que se deferisse todas as peticões — com excepçã das seguintes:

de D. Maria Amelia Ribeiro — sendo confirmada a anterior decisã da Congregaçã que declarou ter a Supplicante perdido o anno;

de D. Carlota de Padua Ferreira e Francisca E. de Campos — devendo de novo requererem em termos;

de Joã Pereira de Barros — devendo de novo requerer juntando attestado medico;

de D. Francisca E. de Campos, Joã quem Teixeira Junior, e Joã P. T. Penna — sendo julgada, não justificadas as faltas, na 5.^a Cadeira;

de Carlos A. Pereira, Francisco A. de Gedeira e Joã F. P. e Silva — sendo julgados, não justificadas as faltas nas aulas da 4.^a Cadeira;

E as de Americo A. Vieira e Joã B. F. Varconcellos.

Terminado o expediente pediu a palavra o Sr. Godofredo
 Fari Furtado e apresentou por escripto uma proposta
 cuja leitura requereu a fim de depois de discuti-
 da e approvada - caso o fôre - ser incorporada
 no acta da sessã: de ferido o requerimento pelo Ex-
 cellentissimo Senhor Director, foi lida a proposta e em
 discusã unanimemente approvada - sendo do teor
 seguinte: «Propozho que se conigne em acta em
 «atto de reconhecimento ao nosso Collega e ex-direc-
 «tor, Sr. D^o Benevides, pela maneira affavel por
 « que sempre nos tratou e especialmente pela toleran-
 «cia de que deu tantas provas durante sua direcã.»
 «Paulo 31 de Agosto de 1887 - Godofredo Fari Furtado.»

Tomando em seguida a palavra o Excellentissimo Senhor
 Director e declarou que, tendo examinado o regimento
 interno, ultimamente organizado, julgarã-o incom-
 pletos e carecedor de reforma pelo que nomeava em com-
 missã os S^os Carlos Reis, Godofredo Fari Furtado e Cypriano
 Fari de Carvalho a fim de estudarem o aprompto e apre-
 sentarem na proxima reuniaã da Congregaçã o proje-
 to do novo regimento para ser discutido.

O Sr. Carlos Reis declarou que, não por querer eximir-se
 do trabalho, mas por entender que ao Excellentissimo
 Senhor Director competia a organizaçã do novo regi-
 mento interno não só pelas habilitaçães theoreticas e
 practicas que possuia como em virta da disposiçã
 do art. 112 do Regulamento de 2 de Janeiro do corrente an-
 no - podia dispensar de communicar como que fôra
 lhomado.

Foi, entã, a final resolvido pelo Excellentissimo Se-
 nhor Director que na proxima futura sessã apresenta-
 se cada um dos Professores as ideias que tiverem
 sobre os estudos e os alumnos e seus estudos

quanto practica das necessidades organicas da Escola, a fim de serem discutidas e, depois de approvadas, por elle organisadas de modo a formar o novo regimento interno - sendo para servir de base a tal effecto distribuidas, a requerimento do Sr. Cypriano José de Carvalho, a todos os Professores copias do actual regimento interno.

Nada mais havendo a tratar foi pelo Excellentissimo Senhor Director encerrada a sessão, ás 12 horas e vinte minutos da manhã, sendo para constar lavrada a presente. E eu José B. de Sá e Benevides, secretario, a escrevi.

Conego Manoel Vicente da S.
 Carlos Reis. G. Turtado. Cypriano J. de Carvalho.
 Carlos Reis P. L. Panalacqua

Acta da sessão ordinaria de 30 de Setembro de 1884.

Nos trinta dias do mez de Setembro do anno de mil oitocentos e oitenta e oito, na esta Imperial Cidade de Paulo e edificio em que funciona a Escola Normal, ás 10 horas da manhã, presentes o Excellentissimo Senhor Director Conego Manoel Vicente da Silva e os professores Sr. Carlos Reis, G. Turtado, José B. C. de Sá e Benevides, Sr. Camillo Panalacqua, Cypriano José de Carvalho, Carlos M. de Talveo Lessa e Thomaz Augusto Ribeiro de Lencos - ha-seendo do numero regulamentar - declarou o Excellentissimo Senhor Director aberta a sessão.

Declarou o Excellentissimo Senhor Director, antes de se tractar do expediente, estar em discussão a seguinte questão preliminar: Dever ou não os professores das escolas

las annexas primarias tomar parte nas deliberações da Congregação?

Discutida a matéria, e posta em seguida em votação, foi a referida questão preliminar decidida pela negativa contra o voto do Sr. Carlos Reis. Passando-se então a tractar do expediente, foi lida a acta da sessão antecedente, a qual, tendo sido sem discussões approvada, foi assignada.

Expediente: 1º) Petições de justificação de faltas, relativas ao mez de Agosto, de alumnos dos differentes annos do curso normal;

2º) Abaixo-assignado de diversas alumnas do 1º anno pedindo serem dispensadas de exame de sufficiencia a que foram obrigadas pela Lei n.º 23 do corrente anno;

3º) Propozitura de medidas relativas á organização do novo regimento interno;

4º) Representação verbal de alumnos do 3º anno feita ao excellentissimo Senhor Director, e por este transmittida á Congregação, relativamente á ordem pela qual deverão ser chamados a exame.

Resoluções: Foram deferidas todas as petições de justificação de faltas com excepção das seguintes:

de Aurea de Toledo Ramos - cujas faltas foram julgadas não justificadas;

de Carlos Marianno Fagundes - sendo julgada não justificada a falta do dia 20 na aula da 5ª cadeira;

de Laurinda Vieira de Bresbar e Maria Amalia Marcon dos Varella - sendo julgadas não justificadas as faltas das no dia 20 na aula da 5ª Cadeira.

Foi declarado terem perdido o anno os seguintes alumnos: 2º anno - Francisco Vieira da Silva - profusor

publicos, Jaci Carneiro de Carvalho, Eugenia Joly,
e Francisca Eugenia de Mendonça Campos, professora.
Foi indeferido o abaixo-assinado das alumnas do
1º anno, e resolvido que os exames extraordinarios
de alumnas, ordenados pela Lei n.º 23 do 5º anno,
terão lugar nos dias 16, 18 e 19 do mez de
Novembro proximo futuro.

Apresentadas algumas ideias sobre o regimento inter-
no, discutidas e approvadas, ellas tomou conta
a Excellentissimo Senhor Director, e declarou que
(ia) ia redigir o novo regimento interno e que
convocaria extraordinariamente a Congregação p.
assistir a sua leitura antes de ser submettido a
approvação do Governo Provincial.

Finalmente, foi resolvido, com relação a represen-
tação dos alumnos do 3º anno, que, para os pro-
ximos futuros exames, serão os alumnos chama-
dos na seguinte ordem: em primeiro lugar os alum-
nos do 3º anno, depois os do 2º anno e em ultimo
lugar os do 1º anno.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a
sessão a 4 hora da tarde - sendo para contar la-
viada a presente acta. E eu Jaci C. de La Ribeira,
secretario, a escrevi.

Conego Manuel Nicent. J. Turtato.
Carlos Reis. P. L. Paulmann. Carlos Netto.
Thomas de Albeiro de Lima

Acta da sessão ordinaria de 31 de Outubro de 1887.

Às trinta e uma dias do mez de Outubro de anno de mil oitocentos e oitenta e sete, nesta Imperial cidade de São Paulo, em o edificio em que funciona a Escola Normal, às 10 horas da manhã, presentes o Excellentissimo Senhor Director, Conde Manoel Vicente da Silva e os professores S.^{rs} Carlos Lessa, Eypriano de Carvalho, Thomaz Ribeiro de Lima e P.^o Passalacqua - havendo numero regularmentar, foi pelo Senhor Director aberta a sessão.

Lida, approvada sem discussão e assignada a acta da sessão anterior, o Excellentissimo Senhor Director, declarou não ter promettido convocar e reunir extraordinariamente a Congregação da Escola para ouvir se fuser a leitura de novo regimento interno, antes de sujeitalo a approvaçào do Govern.^o; 1.^o porque esse regimento compoem se em grande parte de artigos do antigo regimento interno, já acceto e executado pela Escola; 2.^o porque os que foram creados o foram por elle Director, com audiencia da Congregação dos professores da mesma Escola, como determina o Art.^o 112, do Reg. de Janeiro de 1880, - porém que não obstante não ter feito essa promessa já proceder a leitura delle, declarando que o mesmo já estava approvado pelo Conselho de Instrucção Publica, apenas com a alteraçào que se segue: - serem substituidos seus dois ultimos artigos, referentes ao ensino no curso annexo, pelos art.^{os} do Reg. da Instrucção Publica, 53 e 54.

Terminada essa declaracão, ordenou o Senhor Director, que se fizesse a leitura do expediente, que coustou do seguinte.

Expediente: - Petições de alumnos e alumnas, pedindo que fossem justificadas suas faltas no mez de Setembro.

A Congregação julgando os justos motivos apresentados pelos alum-

nos, deferiu todas as petições com excepção das seguintes que a
 Professor da 5.ª cadeira não as justificou: — De D. Elisa Mathias
 de Faria, no dia 24, de D. Gabriella Moreira, no mesmo dia, de D. Maria
 de Carmo Moreira, no dias 10, 11 e 24, de José Maurício da Silva, no
 dia 23.

Finalmente o Sr. Cypriano pediu que a Congregação determinas-
 se o verdadeiro sentido dos Arts.ºs 44 e 45, sobre o modo de alter-
 se completo e parcialmente das habilitações dos concorrentes,
 isto é, poderem os examinadores interrogar os, quando não
 satisfeitos com a argumentação recíproca.

Não havendo mais nada a tratar, o Excellentíssimo Senhor
 Director, encerrou a sessão ao meio dia, sendo para encerrar la-
 vrada a presente: Eu Thomaz Augusto Ribeiro de Lima, secretario
 interino, a escrevi.

Conego Viceente — Carlos Reis
 D.º L. Passalacqua — Cypriano J. de Carvalho.

Acta da sessão de 16 de Novembro de 1887

Em os dias seis de Novembro, do anno de mil oitocentos e oitenta e sete,
 nesta Imperial cidade de São Paulo, em o edificio em que funciona a Es-
 cola Normal, ás 10 horas da manhã, presentes o Excellentíssimo Senhor Dire-
 ctor Conego Manuel Vicente da Silva e os professores Cypriano de Carvalho, Thomaz
 Ribeiro, Paulo Passalacqua, Carlos Reis e Carlos Reis — havendo numero regularmen-
 tar, foi pelo Senhor Director aberta a sessão.

O Sr. Godofredo deixou de comparecer a esta sessão por encommas de
 saúde.

Em seguida mandou o Senhor Director que se procedesse á leitura do
 expediente, que constou do seguinte:

1.
 Petições de alumnos e alumnas em que pediam as justificações de suas

Anexo D – Atas da Congregação de professores da Escola Normal de São Paulo dos dias 16 e 19 de Novembro de 1889.

Sessão de 16 de Novembro.

Os dias 16 e 17 de Novembro de mil e oitocentos e oitenta e nove, no edificio em que funciona a Escola Normal, ás onze horas da manhã, presentes os professores Sr. Carlos Reis, Joaquim José de Almeida Lourenço, José Benedito Barreira de Sá Benevides, Sr. Camillo Passalacqua, José Eduardo de Llanca de Lourenço, José Roberto Leite Pereira e Thomaz Augusto Ribeiro de Lima - estando ausente o Excm. Sr. Encarregado Manoel José Rodrigues - affirmado a presidencia o Sr. Benevides, de accordo com o disposto no artigo 8.º do Reg. de 3 de Janeiro de 1887, e declarou aberta a sessão, convidando a Sr. Carlos q. servir como secretario.

Foi, em seguida, lida e sem discussões approvada a acta da sessão anterior.

Declarou então o Sr. Benevides que a Congregação se reuniria para tractar

de dar cumprimento as disposições do artigo 77 do citado Regulamento - e 9.ª tomar conhecimento de diversos petições de alumnos sobre justificações de faltas.

Em consequência foram tomadas as seguintes resoluções:

1.ª

Admitir a exame todos os alumnos que não perderão o anno.

2.ª

Considerar approvado, f. o effecto de ser observado, o programma de trabalhos de exames, que foi proposto pelos Sr. Rencvids.

3.ª

Considerar approvados os pontos organizados pelos respectivos Professores para as provas em scripta e oras dos materias do curso normal.

4.ª

Deferir todas as petições que foram apresentadas - considerand as justificadas todas as faltas dadas no mez de Novembro.

O programma f. os trabalhos de exames, que foi approvado, e o seguinte:

Exame de materias em que houve reprovacao:
dia 20 de Novembro: - prova scripta, ás 8 horas: oral, ás 11 horas.

Exames de Calligraphia e desenhos.

Provas theoretica e practica: - sala n.º 3 - as 11 horas/:

Tercio anno:	1 ^a turma - alumnas	Novembro	20
"	2 ^a " - " - "	"	22
"	3 ^a " - alumnos	"	23
"	4 ^a " - " - "	"	26
Segundo anno:	1 ^a " - alumnas	"	27
"	2 ^a " - " - "	"	29
"	3 ^a " - alumnos	"	30
"	4 ^a " - " - "	Dezembro	3
Primeiro anno:	1 ^a " - alumnas	"	4
"	2 ^a " - " - "	"	5
"	3 ^a " - alumnos	"	6
"	4 ^a " - " - "	"	9.

Exames das demais materias

(Provas escriptas - sala n.º 1 - as 10 horas)

Tercio anno:	alumnos	Novembro	20
"	" - "	"	22
"	alumnas -	"	23
"	" - "	"	26
Segundo anno:	alumnos	"	27
"	" - "	"	29
"	alumnas -	"	30
"	" -	Dezembro	3
Primeiro anno:	alumnos	"	4
"	" - "	"	5
"	alumnas -	"	6
"	" - "	"	9

(Provas orales - sala n.º 2 - as 10 horas):

Tercera turma:

1 ^a turma	—	Novembro	—	22
2 ^a	"	"	"	23
3 ^a	"	"	"	26
4 ^a	"	"	"	27
5 ^a	"	"	"	29
6 ^a	"	"	"	30
7 ^a	"	—	Dezembro	—
8 ^a	"	"	"	—

Segunda turma:

1 ^a turma	—	Dezembro	—	5
2 ^a	"	"	"	6
3 ^a	"	"	"	9
4 ^a	"	"	"	10
5 ^a	"	"	"	11
6 ^a	"	"	"	13

Primeira turma:

1 ^a turma	—	Dezembro	—	14
2 ^a	"	"	"	16
3 ^a	"	"	"	17
4 ^a	"	"	"	18
5 ^a	"	"	"	20
6 ^a	"	"	"	21

Exams extraordinarios

Prescritos:

Materia da 1 ^a Caderno	—	Dezembro	—	13
"	"	2 ^a	"	—
"	"	3 ^a	"	—
"	"	4 ^a	"	—
"	"	5 ^a	"	—
"	"	6 ^a	"	—
"	"	7 ^a	"	—

Provas orais:

Dias 23, 24 e 26 de Dezembro.

Prova practica.

Dia 27 de Dezembro.

Exams de admissao:

Provas scriptas:

10 de Dezembro: examinandos, ás 10 horas.

examinandos, ás 12 horas.

Provas orais:

11 de Dezembro - 1ª turma (de 10 examinandos):

13	"	- 2ª	"
14	"	3ª	"
16	"	4ª	"
17	"	5ª	"
18	"	6ª	"
20	"	7ª	"
21	"	8ª	"

Pontos para os exams
de admissao theor:

Primeiro Anno:

Primeira Caderno:

Para prova scripta:

- 1- Descripcao da cidade de Lisboa.
- 2- Definicoes, divisoes e subdivisoes da grammatica. Importancia do estudo da grammatica.

10-
 Nôças gerais e profissões

Terceiro Anno

3.^o Ordem:

Geographia — provas escritas:

1.^o

Definições, objecto e fim da geographia;
 seu methodo, suas divisões, e sciên-
 cias auxiliares.

2.^o

Terra, sua forma, dimensões e res-
 vimentos.

3.^o

Theoria dos eclipses.

4.^o

Estrelas cadentes, bolidos e aerolithos.

Historia — provas escritas:

1.^o

Definição, objecto e fim da história: seu methodo: suas divisões: sciencias auxiliares.

2.^o

A unidade de especie e de origem das racas humanas é sententavel perante a sciencia?

3.^o

Antiquidade do homem sobre a terra. Ha conflicto entre a doutrina biblica e a da sciencia em tal respeito?

4.^o

O diluvio é um facto historico? Foi ou não universal?

5.^o

Theoria dos elementos modificadores da historia.

Geographia — provas novas:

1.^o

Theoria do systema solar.

2.^o

" das estrellas fixas.

3^o
Thermia des planetes

4^o
" des cometas

5^o
Europa - description physique.

6^o
" - " politique.

7^o
Asia - " physique.

8^o
" - " politique.

9^o
Africa - " physique

10^o
" - " politique

11^o
America - " physique.

12^o
" - " politique

13^o
Oceanie - " physique.

14°
Oceania - description, politica.

15°
Brasil - " physica.

16°
Brasil " politica.

17°
Municípios neutro.

18°
Provincia do Amazonas.

19.
" " Pará.

20.
" " Maranhão.

21.
" " Piauí.

22.
" " Ceará.

23.
" " Rio Grande do Norte.

24.
" " Paraíba.

25.

Provincia de Pernambuco.

- 26^o
 " " Olinda.
- 27^o
 " " Recife.
- 28^o
 " " Bahia.
- 29^o
 " " Espírito Santo.
- 30^o
 " " Rio de Janeiro.
- 31^o
 " " Pernambuco.
- 32^o
 " " Paraíba.
- 33^o
 " " Santa Catarina.
- 34^o
 " " Rio Gr. do Sul.
- 35^o
 " " Minas Gerais.
- 36^o

Provincia de Goyas.

37-

" " Mattos-Góms.

Historia — proiss orus.

1^o

Egypto — consideraçõs gerais +
breve sua historia politica e sobre
sua civilisaçõs.

2^o

Assyria e Babilonia — idem.

3^o.

Phenicia — idem

4^o

Judeia — idem.

5^o

Media e Persia — idem.

6^o

India — idem.

7^o

China — idem.

8^o

Grecia — idem.

9^o

Roma — idem.

10^o

Os bárbaros — invasões —

11^o

O feudalismo na Europa: suas causas e resultados.

12^o

A lucta entre o sacerdotio e o imperio.

13^o

As cruzadas no Oriente, suas causas e resultados.

14^oInvenções, estabelecim^{to} e progresso das

Comunicações.

15^o

Considerações gerais sobre a história política e sobre a civilização da Idade Média -

16^o

Idade Moderna - Descobrimientos - A renascença -

17^o

A reforma e a reação - enthu-
siasmo.

18^o

A revolução francesa de 1789 - Seus
causas e resultados.

19^o

O directorio : o consulado : o império.

20^o

Considerações gerais sobre a história política e sobre a civilização da Idade Moderna.

21^o

Edade Contemporanea - Comteiros de
novas nações. Guacia: Belgica.

22°

Idem - idem. Egypto e Principados
Sarracenos.

23°

Idem - idem. Estados Unidos da
America do Norte.

24°

Idem - idem - Mexico. Republicas
Sulamericanas do sul da America.

25°

Considerações gerais sobre a historia
politica e sobre a civilização da Edade
Contemporanea.

26°

Descobrimientos do Brasil

27°

Principios exploracao?

28°

Christovam Jacques e Martin Affonso.

29°

Capitanias hereditarias.

30°

o o Thomé de Souza.

- 31^o
Quarta de Costa.
- 32^o
Mém de La' -
- 33^o
Divisão do Brasil em 2 governos.
- 34^o
Manuel Teles Barreto.
- 35^o
Diogo Botelho.
- 36^o
Diogo de Albuquerque.
- 37^o
Primeira invasão dos Holandeses.
- 38^o
Segunda invasão dos Holandeses.
- 39^o
Guerra holandesa - Capitulação de
Campina de Taboão.
- 40^o
Paz de Portugal com a Holanda -
Resultados da guerra holandesa.
-

Quarta Caderneta

Para a prova escrita:

1^o
Pedagogia - Definição e importância
do seu estudo.

2^o
Educação própria do homem. Lugar que
a Pedagogia occupa no quadro dos

Gouveia

Acta da sessão
extraordinaria da
Congregação da
Escola Normal
de São Paulo,
effectuada aos 19
de Novembro de
1889, em virtu-
de de convocação
do snr. director
interino, dr. Jose
Estacio Corteza
de Sá e Benevi-
des, para o fim
abaixo declara-
do.

Aos dezenove dias
do mez de Novembro do
anno de mil oitocentos
oitenta e nove, nesta ci-
dade de São Paulo, ca-
pital do Estado de São
Paulo, na sala onde
funciona a secretaria
da Escola Normal do
dito Estado de São Pau-
lo, ás onze horas da
manhã, presentes o di-
rector interino da mes-

mesma Escola, professor Doutor Jose Estacio Corrêa de Sá e Benevides e os professores da primeira, segunda, sexta e sétima cadeiras, cidadãos Carlos Reis, Joaquim Jose de Azevedo Soares, Doutor Jose Roberto Leite, Tenente e Doutor Thomas Augusto Ribeiro de Lima, havendo numero legal para funcionar a congregação, declarou o cidadão director interino aberta a sessão.

Lida a acta da sessão ultima, posta em discussão e votada, foi a mesma approvada e assignada.

Em seguida o cidadão director declarou que tinha convocado a reunião da congregação da Escola Normal para esta sessão extraordinaria afim de dar conhecimento do officio adiante transcripto que lhe

G. R. M. M.

que lhe foi dirigido
pelo Governo Provi-
sorio do Estado de
São Paulo:

(Theor do officio)

Palacio do Governo
do Estado de São
Paulo, em dezesseis
de Novembro de mil
oitocentos oitenta e
nove. Illustris-
simo Senhores. Ten-
do assumido a ad-
ministração da Pro-
vincia o Governo
Provisorio accla-
mado pelo povo e
confirmado pelo
Governo Provisorio
da Republica Bra-
sileira, communi-
co este facto a Vossa
Senhoria, conta-
ndo com sua adhe-
são, com a do illus-
trado corpo docente
e a dos respectivos
empregados. Outro-
sim, o Governo Pro-
visorio espera do
patriotismo de todos
os brasileiros resi-
dentes nesta provin-

nesta provincia, com
o franco promun-
ciamento de suas
adhesões á actual
ordem de cousas, a
leal cooperação
para que seja man-
tida a ordem, o
respeito a todos os
direitos legitimos
e a paz publica, em
que reside o regimen
da liberdade plena
que se acaba de
inaugurar. Saude

e Fraternidade.

Excedente de Moraes.

Francisco Rangel

Pestana. Joaquim

de Sousa Moura.

Senhor Director da
Escola Normal.»

Lido este officio, foi
elle posto em discus-
são.

Pedindo a palavra
o professor Carlos Reis,
disse que de algum
tempo ja tinha posto
os seus serviços e a sua
actividade á disposição
da causa republicana
que brilhante e victorio-

Muniz

victoriosamente triumphou a quinze do corrente mes com a declaração do estabelecimento da Republica como forma de governo politico do Brazil, e que portanto claro era que a nova ordem de coisas, fructida por aquelle glorioso facto, e o Governo Provisorio do Estado de São Paulo tinham a sua franca e sincera adhesão, o seu franco e leal apoio, pois comprehendia que agora mais do que nunca tinha todo cidadão bom patriota o indeclinavel dever de cooperar para a estabilidade e firmeza da Republica na nossa querida patria, unica instituição que pode e ha de fazer a felicidade do

do Brasil, fadado para altos e grandiosos destinos.

Todos os demais professores presentes também se pronunciaram no sentido de darem sua adheção franca á actual ordem de coisas, seu apoio ao Governo Provisorio do Estado de São Paulo e ao da Republica Brasileira e cooperarem lealmente para que seja mantida a ordem, o respeito aos direitos legitimos e a tranquillidade publica, visto fundar-se nisto o regimen de liberdade plena que acaba de ser inaugurado.

Tendo unanimemente accorde a congregação manifestado a sua adheção ao estabelecimento da Republica e apoio ao Governo aclamado e em exercicio, deliberou a mesma congregação que

Município

que o cidadão director communicasse ao Governo Provisorio do Estado de São Paulo o modo de sentir da dita congregação relativamente ao assumpto discutido.

O cidadão director declarou que ia responder ao officio que se discutio e scientificaria o Governo Provisorio do que acaba de ser deliberado e manifestado, isto é, que a congregação da Escola Normal adhere francamente á Republica Brasileira e prestará seu leal apoio ao Governo Provisorio do Estado de São Paulo. Declarou mais o cidadão director que, tendo previamente consultado os professores que não têm assento na congregação e outros empregados do estabelecimento, manifestaram-se elles no mesmo sentido de adheção e apoio como o fez a congre-

a congregação, pelo que achava bom e propunha que esses ditos empregados também assignassem a presente acta, indicação que foi approvada unanimemente.

Propoz mais o cidadão director que, como uma prova publica e positiva da adhesão e apoio que acabam de ser pronunciados, fossem todos os professores e empregados da Escola Normal, encorporados, apresentarem-se ao Governo Provisorio do Estado de São Paulo e pessoalmente patentear-lhe a referida adhesão e apoio. Foi esta proposta accета e approvada por unanimidade, ficando designado o dia de quinta feira proxima (vinte e um do corrente mes) para este

para este acto, e reunindo-se os professores e empregados ás onze horas da manhã no edificio da Escola, donde partirão para o Palacio do Governo.

Nada mais havendo a tratar, o cidadão director interino declarou encerrada a sessão.

Para constar, foi em acto continuo lavrada a presente acta por mim Carlos Reis, servindo de secretario, e assignada por todos os professores e empregados presentes.

Jacinto C. S. Almeida, director interino.

Joaquim José de Aguiar Loures.

Thomas R. Lima

Joaquim José de Aguiar Loures

Carlos Reis.

Felicidade Perpétua de Macedo.

Catharina Amélia Vaz de Almeida

Benedicta Maria da Conceição.

António M. de Souza Aguiar

Paulo Galhardo Medeiros.

Jose Guilherme da Costa
José Bonifácio da Silva
João Custódio ^{7º} da Silva

